



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

**MEMÓRIA E ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: COMISSÃO NACIONAL DA
VERDADE**

VALÉRIA DE CASTRO FONSECA

Brasília

Fevereiro de 2015



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

MEMÓRIA E ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

VALÉRIA DE CASTRO FONSECA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Comunicação Social.

Orientadora: Profa. Dra. **CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA (presidente)
Prof. Dr. JOSÉ OTÁVIO NOGUEIRA GUIMARÃES (membro)
Prof. Dr. LUIZ GONZAGA MOTTA (membro)
Prof. Dr. LUIZ CLAUDIO MARTINO (suplente)

Brasília

Fevereiro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada um, a cada uma o incentivo, a dedicação, o companheirismo, a compreensão, a crítica, a disponibilidade de ouvir, o diálogo, a troca de momentos preciosos nestes anos de mestrado. Todos vocês são pessoas ativas no processo de construção desta dissertação, entrelaçando fios de pensar, de agir e de sentir tão vitais neste trabalho. Porque juntos somos um, e cá estamos. Do passado temos a memória, do futuro temos a esperança e a vontade, do presente temos juntos a consciência do aqui e agora.

À Família, Amigos, amores sem fim,

Aos Professores, Colegas, Funcionários da pós da Comunicação, sem esquecer dos ex-funcionários Luciano e Regina, companheiros nesta luta,

À encantadora e admirável orientadora, Célia Ladeira Mota, Sérgio Dayrell Porto, mestres queridos, a luz desta dissertação,

Ao meu pai, que me ofertou a paixão pelos livros, e que está agora em outras terras, outras águas, outros mundos, outras narrativas povoadas de anjos e arcanjos, magicamente unidos ao mundo de cá pelos fios de ser e de existir,

*Muito obrigada!
E juntos vamos em frente, tecendo histórias pela vida afora*

Resumo

Como acontecimentos revividos podem se incorporar a uma nova memória dos tempos da ditadura militar no Brasil? A partir do levantamento de documentos ainda inéditos, e de testemunhas ainda vivas, cujos depoimentos à Comissão Nacional da Verdade se transformaram em acontecimentos jornalísticos, foi possível reconstituir significados sobre a memória histórica, jogando luz sobre fatos até então mergulhados no esquecimento. Os depoimentos são o eixo de uma extensa narrativa que tornou públicas as práticas do regime militar contra seus opositores.

Esta monografia analisa a Comissão Nacional da Verdade como um acontecimento social e político, a partir do discurso da presidente Dilma Roussef que a instituiu e observa como, em dois anos, a Comissão se tornou um acontecimento jornalístico que revelou ora o esquecimento ora a memória do governo militar. Para a análise foram utilizados os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso (PORTO, 2012), numa primeira etapa, de busca de significados históricos no discurso presidencial. Numa segunda etapa, foram examinadas sequências de narrativas jornalísticas, analisadas segundo os pressupostos e métodos da Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013). Os acontecimentos entrelaçados em fios discursivos revelaram as malhas que antes eram sombras, chegando à superfície da análise do acontecimento jornalístico pelas representações sociais, consciência histórica e memória coletiva. O objetivo foi resgatar a verdade sobre a memória de um passado ainda vivo e ampliar a compreensão de que “no plano mais profundo, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa” (RICOEUR, 2012).

Palavras-chave: narrativa, memória, fios discursivos, acontecimento jornalístico.

Abstract

How revived events may become incorporated into a new memory of military dictatorship times in Brazil? From the survey of documents still unpublished, as well as from witnesses still alive, some testimonies to the National Truth Commission became journalistic events, and thus enabled the reconstruction of meanings involving historical memory, throwing light on facts previously deeply forgotten. The testimonials are the nodal point of an extensive narrative that made public the practices of the military regime against the opponents.

This paper analyzes the National Truth Commission as a social and political event, from the speech of President Dilma Rousseff, who established the Commission, and testifies how, in two years, the Commission has become a journalistic event, either revealing memory or forgetting of the military government. For the analysis, theoretical and methodological assumptions of Discourse Analysis (PORTO, 2012) were used as a first step, in the search of historical meanings in the presidential discourse. As a second step, sequences of journalistic narratives were analysed according to the assumptions and methods of Critical Analysis of Narrative (Motta, 2013). The events entangled in discursive threads revealed nets previously hidden, coming to the analysis surface of the journalistic event by social representations, historical consciousness and collective memory. The aim was to unveil the truth and rescue the memory of a past still alive and to amplify the understanding that "in the deepest level, the constitution of identity through the narrative function is incorporated into memory." (RICOEUR, 2012).

Keywords: narrative, memory, discursive threads, journalistic event.

Sumário

PRIMEIROS PASSOS	9
INTRODUÇÃO	11
BREVE HISTÓRICO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	26
MEMÓRIA E ACONTECIMENTO	42
Memória	42
Acontecimento social > Acontecimento jornalístico	46
DISCURSO E NARRATIVA	51
Discurso	51
<i>Discurso jornalístico</i>	52
Narrativa	53
<i>Narrativa jornalística</i>	53
Processos produtivos da notícia	54
DUAS VERTENTES METODOLÓGICAS	57
Análise de discurso em seis leituras.....	57
Análise crítica da narrativa jornalística	60
<i>Fios e malhas discursivas</i>	63
ANÁLISE DO OBJETO: DITOS E NÃO-DITOS	66
Primeiro Tempo pela Análise de discurso em seis leituras	66
<i>Discurso de Dilma</i>	66
Segundo Tempo pela Análise crítica da narrativa jornalística	74
<i>Um Ano da Comissão: “Vingança é o objetivo”</i>	75
<i>Caso Malhães</i>	84
<i>Caso Ustra</i>	98
CONCLUSÃO	123
ENTREVISTAS	128
José Paulo Cavalcanti Filho.....	128
Pedro Dallari	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
Sites pesquisados	150
ANEXOS	154
Post Scriptum (Sergio Dayrell Porto).....	155

Discurso de Dilma Rousseff	158
A dor lancinante da verdade (José Paulo Cavalcanti Filho)	162
Com os olhos no futuro (José Paulo Cavalcanti Filho)	164
Pequena Introdução à Consciência Jurídica (José Paulo Bisol)	166
Comentário na banca de qualificação (Sérgio D. Porto)	169
Ofício da Comissão Nacional da Verdade ao ministro da Defesa	173

Em memória de Celso Fonseca

PRIMEIROS PASSOS

O percurso de elaboração desta dissertação inclui minha passagem no programa de pós-graduação em Comunicação da UnB como aluna especial, em julho de 2011 e março de 2012, que resultou, respectivamente, na produção de dois textos sobre a temática Narrativa, Discurso e Poder: o artigo ‘Fios de *O substrato da corrupção* pela análise narrativa’, que apresentei como conclusão da disciplina *Tópicos Especiais em Comunicação: Jornalismo Político*, e selecionado para *Narrativas Midiáticas*, livro publicado em 2012 pela editora Insular; e o texto ‘Camadas e fios de *Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade* pela análise de discurso’, que elaborei para a disciplina *Processos Interpretativos da Comunicação*, e apresentei durante o Colóquio Semiótica Das Mídias, no Centro Internacional de Semiótica e Comunicação – CISECO.

Em 2013, como mestranda em Comunicação da UnB, na linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade, apresentei o artigo ‘Comissão da Verdade: o esquecimento do passado na notícia da Veja’, à luz da análise crítica da narrativa, durante o 11º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. Em 2014, o artigo ‘Memória e acontecimento jornalístico: o caso Malhães’ foi selecionado para o *Congresso Universal sobre Direitos Humanos Emergentes e Meios de Comunicação*, na área *Paz e Justiça Social*, pela Universidade de Sevilha, Espanha, onde foi apresentado pela coordenadora da área, e transformado em capítulo de livro digital, previsto para abril de 2015. Ainda em 2014, o artigo ‘Narrativa jornalística e a memória da ditadura no Brasil’ foi aceito para apresentação no *Congresso Mobilizando às margens: cidadania, identidade e democracia*, pela organização latino-americana de pós-graduação (LAGO) da Universidade de Tulane, EUA, previsto para fevereiro de 2015.

O foco desta dissertação reside na Comissão Nacional da Verdade (CNV) como acontecimento jornalístico, seus significados e reverberações, a partir de dois tempos: primeiro, o discurso de sua instalação em maio de 2012, e segundo, episódios decorrentes dos trabalhos realizados pela Comissão, que teve seu término em dezembro de 2014. O caminho teórico segue duas vertentes metodológicas: a análise de discurso em seis leituras para o

primeiro tempo, e a análise crítica da narrativa para o segundo tempo, sendo que o acontecimento constitui o fio nodal, o ponto de encontro entre as duas vertentes. Segundo Maurice Mouillaud, o acontecimento é a sombra projetada do conceito de fato, construído pelo sistema de informação, num ciclo ininterrupto de transformações. Como notícia, o acontecimento vai possibilitar a articulação do eixo temático de narrativa e discurso, fazendo a ponte entre a leitura enunciativa do discurso e a estratégia argumentativa da narrativa, através do fato narrado com seus enunciados e enunciatários, personagens, conflitos e epílogos. Da mesma forma, ambas as vertentes metodológicas de análise abarcam, neste trabalho, a estrutura textual dos fios nodais, fios de referência, fios de espera e malhas discursivas, que vão entrelaçar os acontecimentos, as leituras discursivas e os planos de análise da narrativa, num conceito circular de espaço/tempo. No decorrer desta dissertação, vamos nos deparar com questionamentos, silêncios, reflexões, nos levando em busca do entendimento da CNV como notícia, seus desencadeamentos, efeitos de sentido e de real, em busca da natureza do nó, latente ou manifesto, do objeto analisado. Com o cronômetro indicando o tempo regulamentar de mestrado esgotado, cá estamos, com a oportunidade de aprender, refletir, dialogar, participar de narrativas do real neste presente que dura; e cá seguimos nas indagações, uma vez que perguntar é uma atitude de vida e que, segundo Paul Ricoeur, “a consciência do presente consiste essencialmente na atenção à vida”.

INTRODUÇÃO

“General da força humana – Verbo – marche!” (Maiakósvki)

A palavra em movimento é a matéria prima do discurso jornalístico, cuja intencionalidade é informar e construir significados do mundo real. Ao passar de uma formação discursiva para outra, as palavras mudam de sentido e constituem diferentes discursos circulantes na realidade social. No jornalismo, pois, é preciso puxar os fios dos acontecimentos e diferentes versões dos fatos entre a memória e os esquecimentos do passado e as perspectivas e antecipações para o futuro a fim de que a história do presente circule nas praças públicas como itens de atualidade ou atributos que visem o bem comum. É preciso lembrar que, “no plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa.” (RICOEUR, 2012, p. 98).

Neste trabalho busco observar, experimentar, demonstrar o campo do jornalismo através de matérias referentes ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Com a missão de investigar e narrar violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, a presidente Dilma Rousseff instalou a CNV em 16 de maio de 2012, com prazo de dois anos, sendo prorrogada até dezembro de 2014. Para tanto, cabe perguntar: qual o agendamento dos meios de comunicação relativo à Comissão Nacional da Verdade e seus trabalhos? De que maneira a mídia está resgatando o passado? Como o enquadramento dos acontecimentos jornalísticos referentes à CNV revela o esquecimento, a memória dos tempos do governo militar no Brasil? Como a notícia participa da construção da realidade social?

Idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Comissão Nacional da Verdade passou a vigorar em 16 de maio de 2012, junto com a Lei de Acesso à Informação, assegurando que os dados relativos às violações de direitos humanos não mais poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos. Composta por sete conselheiros: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sergio Pinheiro, Pedro Dallari, Gilson Dipp (de licença por motivos de saúde) e Rosa Cardoso, além de uma equipe de dezenas de assessores, a CNV completou um ano em vigor com a renúncia de Cláudio Fonteles em junho de 2013 (substituído por Pedro Dallari), e a saída de diversos assessores. Em 10 de dezembro de 2014, o coordenador da CNV, Pedro Dallari, junto com os cinco conselheiros da CNV, com exceção de Gilson Dipp, que não foi substituído, entregaram o relatório final à presidente Dilma, no Palácio do Planalto, pela manhã, ao presidente da OAB na sede da instituição, em seguida. Vale ressaltar que a entrega do documento aconteceu no Dia Mundial dos Direitos Humanos, estabelecido pela ONU em 1950, dois anos após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU, em 1948.

O objetivo da pesquisa é buscar o conhecimento que o campo da comunicação proporciona pela apuração dessa realidade, por meio de acontecimentos agendados em jornais e revistas, utilizando análise metodológica de categorias discursivas e narrativas, sendo o acontecimento o elemento integrador. Este caminho permite a leitura de acontecimentos que se dá tanto pela notícia quanto pela linguagem, uma vez que o fato narrado no discurso e na narrativa surge como uma maneira de ver, de expressar a linguagem. Segundo Célia Mota, “ao procurar uma integração entre discurso e narrativa, pretendo adotar uma metodologia que, partindo de uma divisão analítica entre categorias discursivas e categorias narrativas, leve a uma maior compreensão do objeto estudado.” (MOTA, 2008, p.133). Para C. Mota, esta integração metodológica considera que narrativa e discurso refletem formas de linguagem, que se expressam por meio de estratégias e intenções textuais. Ambos, narrativa e discurso constroem a notícia a partir do acontecimento, mas, enquanto a análise da narrativa se volta para a busca dos significados profundos a partir dos ditos do texto, com seus reflexos culturais, a análise do discurso quer desvendar os elementos hegemônicos no campo ideológico, que expliquem possíveis não-ditos ou esquecimentos sobre os fatos.

Por sua vez, nas camadas mais profundas do discurso jornalístico, por meio da linguagem comum a ambas as análises, identificam-se as vozes de um imaginário político que ao mesmo tempo limita as imagens de uma época e escolhe as mudanças nessas imagens, ao indagar

sobre a verdade nos tempos da ditadura e a verdade hoje. Daí a necessidade de interrogar radicalmente a história, e a consciência histórica, para conseguir compreender o que se entende por verdade.

A palavra Verdade vem sendo amplamente discutida ao longo dos tempos no ocidente, desde a antiguidade grega, passando por Sócrates, que era mestre de Platão, que por sua vez era mestre de Aristóteles, que nos legou o raciocínio dialético, mesmo tendo Platão admitido a existência de verdades demonstráveis apenas pela via do mito como os mistérios da morte, da alma, do além, representados por dramaturgos como Ésquilo e suas tragédias povoadas por deuses e mortais, reveladoras, sobretudo, do sofrimento e de sua aceitação como caminho fatídico e imprescindível ao homem para alcançar a sabedoria e o livre-arbítrio, o que remete aos usos da história mencionados por Foucault (1984) no capítulo intitulado *Nietzsche, a Genealogia e a História*, onde ele afirma que ‘a vontade de verdade perde todo o limite e toda a intenção de verdade no sacrifício que deve fazer no sujeito de conhecimento’; que a vontade infinitamente desdobrada de saber arrisca-se a destruir a própria humanidade em nome do conhecimento. No capítulo intitulado *Soberania e Disciplina*, Foucault (1984) afirma que

“é bem possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias; é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação de saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nestes instrumentos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.” (FOUCAULT, 1984, p.186).

De outra parte, o verdadeiro e o falso travam relação direta com o poder, que se perpetua pelo duelo de forças entre lados antagônicos por vezes menos preocupados com a igualdade e os direitos humanos do que com a manutenção do *status quo* de dominante econômico-político. Esse fato remete a *O Poder Simbólico*, onde

“as expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos (“Ganharemos as eleições”) nunca são verificáveis ou falsificáveis logicamente, elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia (por sua própria conta ou em nome de um grupo) é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir da história – e isto depende ao mesmo tempo da sua aptidão para apreciar de maneira realista as probabilidades de êxito da ação destinadas a pô-las em ato e das suas capacidades para mobilizar as forças necessárias para o fazer, ao conseguir inspirar a confiança na sua própria veracidade e, portanto, nas suas possibilidades de êxito.” (BOURDIEU, 2010, p.186-187)

Quanto aos trabalhos da CNV como acontecimento jornalístico, ao entrelaçar os fios sobre a verdade à época da ditadura militar no Brasil e em tempos democráticos pós-85, cabe ressaltar o não-dito do discurso e o fundo ideológico da metanarrativa, sinalizando que após a Segunda Guerra a humanidade se viu em dois mundos míticos e antagônicos: o capitalismo visto pelos soviéticos como dominação de classe e o comunismo considerado por seus opositores como totalitarismo, sendo que esse imaginário menos ideológico do que político e econômico fora desfeito com a queda *ipso facto* do Muro de Berlim, já nos fins da década de 80. Estes elementos ditos e não-ditos do acontecimento jornalístico se situam em espaço e tempo distintos, interligados pela atualidade mediática (Martino, 2012), dando lugar às ações constitutivas de um imaginário político atualizado e permanentemente renovado pelas narrativas jornalísticas.

Da mesma forma, é preciso não esquecer que entre a década de 50 e meados da década de 80 a tragédia das ditaduras assolou os países do Cone Sul, tendo a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai¹ longos e tenebrosos anos de terror, protagonizado pelos militares, sem mencionar a inegável participação do poderoso tio Sam através de financiamentos, consultorias e manuais de repressão também utilizados na Argélia e no Vietnã.

Em março de 1964 no Brasil, uma coalizão entre grupos militares e civis representantes dos principais grupos oligárquicos e das classes médias urbanas, opositores do então presidente João Goulart, depôs o presidente e instaurou a ditadura, que se prolongou até 1985. A autora Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, afirma que a justificativa do golpe teve por base a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) com a colaboração do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sendo que a tomada do poder “foi precedida de uma desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro

¹ Os países do Cone Sul participaram da Operação Condor, uma organização repressiva clandestina criada em Santiago, Chile, entre 26 e 30 de novembro de 1975 – dois anos após a derrubada do regime constitucional de Salvador Allende (1970-1973), o primeiro presidente socialista da América Latina. Os militares bolivianos também eram integrantes da Condor, que tinha como objetivo o estabelecimento de uma aliança político-militar entre os governos participantes para unir seus aparelhos repressivos e neutralizar os opositores aos seus regimes autoritários. A aliança permitiu que militares uruguaios entrassem no Brasil para sequestrar refugiados da ditadura naquele país. Um desses sequestros foi o dos uruguaios Universindo Díaz Rodriguez, Lilian Celiberti Rosas de Casariego e seus filhos Camilo (8 anos) e Francesca (3), acompanhado de perto pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha, uma testemunha do episódio. Desta memória nasceu o livro *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios, uma reportagem dos tempos da ditadura*, publicado em 2008.

associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – em especial, um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG)” (ALVES, 1989, p. 23) (<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=107>). No *site Observatório da Imprensa*, o general Hélio Ibiapina, presidente do Clube Militar do Rio de Janeiro, conta que a agência norte-americana CIA estava infiltrada no IBAD, além de atuar no movimento sindical e no Partido Comunista Brasileiro (PCB) (http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exclusiva_foi_feita_em_1998).

Ainda sobre os acontecimentos no Brasil na década de 60 envolvendo o IBAD, a polícia, os militares, e outras instituições, o jornal **Folha de S.Paulo** publica reportagem em 1998, replicada pelo *site Observatório da Imprensa*:

“Folha de S.Paulo, 23/08/1998, reportagem de Marcelo Rubens Paiva e Claudio Julio Tognolli: Um livro a ser lançado nesta semana no Brasil traz novas revelações sobre a participação do governo dos Estados Unidos no movimento militar de 1964. Chama-se ‘Polícia e Política - Relações Estados Unidos/América Latina’ (Cortez Editora). Foi escrito pela pesquisadora Martha Huggins. As informações trazidas à luz por Huggins reforçam outros fatos, já conhecidos, que indicam que os EUA não ficaram à margem dos acontecimentos à época do movimento militar: a Operação Brother Sam, frota naval norte-americana que estaria pronta para intervir no Brasil, e as ações do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que financiava com dinheiro norte-americano propaganda anticomunista e campanhas de deputados contra o ex-presidente João Goulart. Em seu livro, Huggins constata que o governo norte-americano agiu também por intermédio da OPS (Office of Public Safety - Seção de Segurança Pública), uma repartição criada em 1962 para promover intercâmbio com polícias de todo o mundo. A OPS era um setor da AID (ou Usaid), que estabelecia acordos de cooperação em várias esferas. Entre as principais revelações de Huggins, no livro e em entrevista à Folha, estão: 1. Os EUA treinaram, em seu próprio território e no Brasil, entre 1958 e 1974, cerca de 100 mil policiais brasileiros em programas de intercâmbio. ‘Sempre que digo esse número a um brasileiro, ele fica chocado’, disse Huggins. 2. Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil de 1961 a 1966, indicou os militares brasileiros Amerino Raposo Filho e Riograndino Kruehl, dois dos criadores do DOI/Codi (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, órgãos de repressão), para fazerem um curso de inteligência militar da CIA nos EUA. A pesquisadora encontrou a informação no documento 512.070.50342 do Arquivo Nacional norte-americano. 3. Agentes norte-americanos da OPS tinham trânsito livre no submundo da repressão brasileira. Tinham acesso a informações do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), da Oban (Operação Bandeirantes) e do DOI/Codi. Entre os documentos que manuseou nos EUA, Huggins encontrou relatórios de agentes da OPS enviados desde o Brasil. 4. Agentes da OPS ajudaram ‘discretamente’, diz Huggins, na redação da Lei Orgânica das Polícias, em 1967, que colocou as polícias militares sob o comando do Exército. 5. A estrutura da Oban foi, depois, levada pelo chefe da OPS no Brasil, o norte-americano Theodore Brown, ao Vietnã, e lá rebatizada de Projeto Phoenix. ‘A Oban foi um projeto piloto’, afirma a pesquisadora.”

(http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exclusiva_foi_feita_em_1998)

No desencadeamento de ações decorrentes dos anos de chumbo, os números são expressivos:

“A ditadura brasileira fez isso, e fez muito mais. Investigou 500 mil cidadãos, deteve 200 mil por suspeita de subversão, prendeu 50 mil só nos primeiros cinco meses do golpe de março de 1964. Acusou 11 mil civis nos tribunais militares, condenou quase a metade deles. Torturou 10 mil pessoas só no DOI-CODI da rua Tutóia, (---) colocou interventores em 1.200 sindicatos insubordinados, expurgou 49 juízes dos tribunais e afastou três ministros rebeldes da Suprema Corte brasileira. Fechou o Parlamento por três vezes, colocou sete Assembleias estaduais em recesso, matou 400 opositores na tortura e legou ao país o fantasma de 144 pessoas que ainda hoje são uma incógnita, seres que não têm identidade, não estão mortos, nem vivos, estão apenas ‘desaparecidos’.” (CUNHA, 2013, p. 95-96).

Sobre o controle da imprensa brasileira nos anos pré-ditadura, Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil* informa que “de fevereiro de 1958 a julho de 1963 a alta do preço do papel importado para a imprensa foi de mais de 3294%” e que essa alta de preços “arrasou a pequena imprensa, reduziu a circula o dos jornais, entregou-os integralmente ao controle das agências estrangeiras de publicidade.” (SODRÉ, 1999, p. 411), condicionando a informa o nacional e internacional a mãos estrangeiras, “grandes trustes e monopólios industriais peculiares à etapa imperialista”, arremata Sodré; em seguida, o autor cita um estudo sobre a imprensa brasileira, de autoria de Nóbrega da Cunha, que discorre acerca do serviço telegráfico no Brasil na década de 60: “Recebem-se no Brasil, no momento, mais de 50 000 palavras diárias. Se temos, pois, o serviço telegráfico mais acessível ainda é porque, também para servir aos jornais norte-americanos, existe nos Estados Unidos a *Press Wireless*, cooperativa de jornais para transmissão pelo rádio, que realiza, por preço insignificante, o serviço de tráfego sem fio das agências noticiosas.” (*op. cit.*, p. 416). Nessa época, a imprensa artesanal brasileira foi promovida à imprensa industrial, destacando-se diferentes enunciadore s nas empresas jornalísticas: proprietários e jornalistas-assalariados. Depois de instalada, a crise na imprensa brasileira foi alardeada durante o II Congresso Latino-Americano de Publicidade em Buenos Aires, em fins de 1962, com o poder econômico da publicidade mandando no agendamento dos meios de comunica o e desmandando qualquer posi o contrária proveniente das empresas jornalísticas.

De acordo ainda com Sodré (1999), o Instituto Brasileiro de A o Democrática (IBAD) financiou a campanha de 250 deputados ou candidatos a deputados, nas elei es de 1962, investindo mais de cinco bilhões de cruzeiros   época, como também “editava um boletim, sob o título *A o Democrática*, impresso na oficina que confeccionava as Listas Telef nicas da *Light*, para distribui o gratuita (210 000 exemplares). O boletim acusava: ‘O poder econômico que é preciso destruir é, antes de mais nada, o que se encontra em mãos do

Governo, através dos Institutos de Previdência, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacional.’ ” (SODRÉ, 1999, p. 430). Em julho de 1963 já estava constituída na Câmara dos Deputados a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), por iniciativa do deputado Elói Dutra, para apurar os escândalos do IBAD, e a fonte de seus recursos, e ainda outra CPI, por iniciativa do deputado João Dória, que escreveu na justificção, entre outros motivos, para investigar a participação do IBAD em “corrupção da imprensa, do rádio e da televisão, intervenção na política externa do País, pela corrupção e o controle do processo eleitoral e da ação parlamentar” e, ainda, “pelo golpe militar para a conquista do poder.” (*op. cit.*, p. 432). Em 1964, com a ditadura, “os parlamentares que tiveram qualquer participação nas referidas CPIs perderam os seus mandatos; os eleitos pelo IBAD ganharam o merecido destaque, tornaram-se árbitros da situação, feitos ministros, porta-vozes da ditadura, líderes no congresso.” (*op. cit.*, p. 435), sem esquecer os inúmeros jornalistas que foram presos, torturados, exilados, “desaparecidos”.

Em 1983, George Gebner publicou no *Journal of communication* o texto “Ferment in the field”, de relevante importância para a pesquisa sobre os paradigmas da comunicação e seus desafios. Por sua vez, semear o campo da comunicação no Brasil acontece “justamente no período da redemocratização do país, e os seus pesquisadores sempre acompanharam com grande atenção a revalorização da opinião pública e da pluralidade da expressão política nos meios de massa, bem como o papel de vigilância sobre o sistema político exercido pelas indústrias da informação, para verificar a sua incidência numa democracia que se restaurava.” (GOMES e MAIA, 2008, p.12). É importante salientar, no entanto, que falar de realidade não a substitui, o que torna necessário estabelecer o que é real (McDonald, 2004) - não por uma organização sintética e não analítica, uma forma de consciência, como no mundo dos mitos, nem se baseando em infundáveis interpretações da realidade, como no mundo da arte, e nem pelos mistérios, suas revelações e dogmas, como no mundo da religião. Cabe perscrutar o mundo das formas de conhecimento como um encontro mesmo com a realidade, pela atitude, pela depuração da racionalidade, pela apuração de coerência e argumentação em questões, pelo confronto com esta mesma realidade através do acontecimento jornalístico e sua análise.

Neste sentido, alguns estudos do campo da Comunicação fornecem elementos que fazem parte do processo produtivo da notícia. Um desses elementos é o *agenda-setting*, ou agendamento. Este trabalho identifica o agendamento (Saperas, 1987) como uma rotina de produção que busca temas e expõe acontecimentos no meio comunicacional, colocando os indivíduos como receptores no mundo da atualidade mediática (Martino, 2012) que noticia o

presente e o passado, influenciando, portanto, na construção da memória coletiva, das representações e práticas sociais, da realidade social.

Vale notar que os indivíduos precisam da informação para exercer seus direitos, sendo os meios de comunicação intrínsecos ao regime democrático. Como alternativa teórico-social no campo da teoria crítica, Axel Honneth (1986), membro do frankfurtiano Instituto para a Pesquisa Social (fundado nos anos 20), cita os trabalhos de Franz Neumann e Otto Kirchheimer, que contribuíram para a teoria do Direito e do Estado ao perceberem que a ordem constitucional de uma sociedade é fruto de um compromisso generalizável, ou de um consenso entre forças políticas. Para eles, as instituições de uma sociedade nada mais são que expressões passageiras dos acordos sociais que os diferentes grupos de interesses firmam em consonância com seus respectivos potenciais de força. No pensamento de Neumann e Kirchheimer, tudo isso se junta para formar um conceito de sociedade cujo centro é um processo global de comunicação entre grupos sociais. Não é de hoje que as sociedades constroem a realidade e lidam com o simbólico a partir de efeitos cognitivos produzidos pelos meios, que intencionalmente podem disparar o processo comunicacional e influenciar em pautas interpessoais. Surgem atos de fala perlocucionários, processos não midiáticos que agregam efeitos de sentidos, envolvem valores, práticas culturais, inclusive o que não é dito e o que é dito nas entrelinhas. O agendamento faz parte desse processo tanto na comunicação dos meios quanto no processo não midiático de construção da opinião pública.

Sendo assim, o meu desafio inicial é o de observar dois Tempos distintos, interligados por uma série de enquadramentos da Comissão Nacional da Verdade como acontecimento jornalístico. No Primeiro Tempo, à luz da Análise de discurso em seis leituras (Porto, 2012), examinamos o discurso da presidente Dilma durante a solenidade de instalação da CNV, discurso este considerado nesta dissertação como uma macroproposição, extraída do jornalismo digital. No Segundo Tempo, pela Análise crítica da narrativa (Motta, 2013), examinamos diferentes episódios noticiosos sobre os trabalhos da Comissão, tomando como ponto de partida o jornalismo de revista digital. Para tanto, entendemos que o acontecimento jornalístico constitui a narrativa do fato (França e Oliveira (orgs.), 2012), que ocorre pela linguagem, integrando os dois métodos de análise: enquanto o discurso faz surgir leituras de acontecimento na articulação discursiva, a narrativa – que tem a personagem como eixo central – traz um encadeamento de episódios, noticiados temporalmente, que participam na construção de histórias, práticas, valores do nosso mundo. E é no enquadramento, no dito e no não-dito como atributos da notícia, que diferentes leituras e sentidos surgem e tecem o

jornalismo diário. Segue o *corpus* de análise: **Primeiro Tempo pela Análise de discurso em seis leituras:** “*Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade*” (FOLHA DE S.PAULO digital, 16/05/2012); **Segundo Tempo pela Análise crítica da narrativa:** Um Ano da Comissão: “*Vingança é o objetivo*” (VEJA, 29/05/2013); Caso Malhães: “*O último segredo do doutor Pablo*” (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014); “*A confissão do coronel*” (ISTOÉ digital, por Alan Rodrigues, 21/03/2014) e “*Os generais eram leões hoje são ratos*” (ISTOÉ digital, por Wilson Aquino, 28/03/2014); e Caso Ustra: “*Nunca ocultei cadáver*”, diz coronel Ustra em depoimento à Comissão da Verdade (ÉPOCA digital, Redação Época com Agência Brasil e Estadão conteúdo, 10/05/2013); “*COMISSÃO DA VERDADE: Afinal, quem mente? Dilma ou os generais?*” (VEJA digital no blog Ricardo Setti, por Luiz Claudio Cunha, 15/08/2014); “*Reconciliação depende das Forças Armadas, diz coordenador da Comissão Nacional da Verdade*” (CARTA CAPITAL digital, por Marsílea Gombata, 02/09/2014).

O Primeiro Tempo é constituído de trechos específicos do discurso da presidente Dilma na instalação da Comissão Nacional da Verdade, constante em matéria da Folha de S.Paulo digital de 16 de maio de 2012. A matéria apresenta Dilma Rousseff e os ex-presidentes Collor, Sarney, FHC e Lula como sujeitos enunciadorees da história do presente e do passado que se interpenetram, e ainda como fator preponderante no desencadeamento da notícia a própria Comissão da Verdade e seus sete integrantes iniciais - Gilson Dipp, Maria Rita Kehl, Rosa Maria Cardoso da Cunha, José Paulo Cavalcanti Fo., José Carlos Dias e Claudio Fonteles.

Por meio da Análise de discurso em seis leituras interpretativas, vertente metodológica desenvolvida pelo professor Sergio Dayrell Porto, mostram-se os fios que tecem as malhas da matéria da Folha *online* e do discurso analisado, evidenciando arquivos polissêmicos, sentidos denotativos e conotativos, referências documentais, sujeitos enunciadorees e enunciatários, argumentação retórica de interlocutores e novos fatos e acontecimentos a porvir na narrativa jornalística (Porto, 2010). Percorrer os sentidos do discurso, ligar os fios discursivos e revelar as conexões faz o passado reconhecido valer como passado percebido, como o antídoto do esquecimento, como um reconhecimento que irá decifrar a representação presente do passado ausente (Ricoeur, 2007). Os abusos da memória, devido à função mediadora da narrativa, tornam-se abusos de esquecimento pelo manejo da história autorizada, imposta, oficial. “Logo, tudo depende da natureza do nó – do *nexus* – que vincula pretensões de legitimidade levantadas pelos governantes à crença na dita autoridade por parte dos governados. Nesse nó

reside o paradoxo da autoridade.” (RICOEUR, 2007, p. 96). A proposta neste Primeiro Tempo do trabalho é dispor em seis leituras (Porto, 2010) o discurso jornalístico e político, detectar sua influência na constituição das representações sociais e do imaginário político, e assim, evocar mundos possíveis ricoeurianos, e ainda, “pensar o acontecimento sob a categoria da transição, do vir a ser e da emergência, em vez da substância e da simples ocorrência” (QUÉRÉ, 2012, p.22).

Emerge então o seguinte silogismo: se para representar é necessário comunicar, e sendo a mídia veículos de comunicação que abordam e divulgam os temas que alimentam as representações sociais por meio do acontecimento jornalístico, logo é pertinente afirmar que a mídia influencia e interfere nas práticas sociais, bem como perfaz a rota dinâmica do imaginário político e social, o qual alimenta e reconfigura as representações sociais e as imagens simbólicas do inconsciente coletivo, presentes no jornalismo diário.

Captar, interpretar, mergulhar nos sentidos da narrativa, sua história e seu discurso requer perscrutar a linguagem e sua base – o signo, suas formas e seus sentidos – como uma representação de ações, palavras, ideias, sentimentos que trazem significados diferentes conforme a intenção do ato de fala. Toda linguagem é, pois, intencional, comunicando uma intenção que ora abre ora fecha os sentidos, proporcionando diferentes significados que não estão na superfície da fala. Fazer as diferentes leituras do discurso conduz à compreensão dos encadeamentos da história, da mesma forma que traz à luz o elo entre significação e representação social. Representar é utilizar o ‘discurso como efeito de sentidos entre locutores’ (Orlandi, 2009). Falar sobre, narrar sobre está estreitamente relacionado às representações sociais, que, segundo Moscovici (2007), são todas as formas de crença, ideologias, conhecimento popular, inclusive o conhecimento científico, reproduzidos e transmitidos de uma geração a outra através de uma linguagem comum, naturalmente adquirida por todos em uma comunidade.

Para Moscovici (2007), as representações sociais carregam uma relação profunda entre operações mentais e linguísticas que se estabelece ao redor da informação e da significação, o que explica a formação e a evolução do conhecimento popular, ou o senso comum, e sua função social. Esta relação materializa o pensamento a partir de palavras e imagens e transforma em característica comum o que pertencia a um campo específico. O acontecimento jornalístico como fato narrado consegue não só identificar o sujeito e investi-lo de suas próprias características como também personificar a cultura por meio da linguagem, além de

representar situações pela transformação de palavras, ideias e indivíduos não-familiares em usuais, próximos e atuais. As representações então tornam o não-familiar em algo familiar, cria novos tipos sociais, modifica o comportamento, estabelece um senso comum. “Sem dúvida, cada fato, cada lugar comum esconde dentro de sua própria banalidade um mundo de conhecimento, determinada dose de cultura e um mistério que o faz ao mesmo tempo compulsivo e fascinante.” (MOSCOVICI, 2007, p.60).

O analista deve ter em mente que apreender os sentidos de um discurso é tomar conhecimento dos diferentes enunciados, sem, no entanto, precisar tomá-los como seus. Ainda, é precaver-se contra ideias e hábitos inconscientes de interpretação, como se fossem originalmente seus, assegurando dessa forma que suas antecipações se desdobrem segundo a ‘coisa mesma’ heideggeriana. “Trata-se da relação circular entre o todo e suas partes: o significado antecipado em um todo se compreende por suas partes, mas é à luz do todo que as partes adquirem a sua função esclarecedora.” (GADAMER, 2006, p.58). Surgem então das camadas mais profundas do discurso os fios que tecem e sustentam a consciência histórica, que consiste em preconceitos seculares e antecipações usuais do sujeito, que, segundo Gadamer (2006), é tomado pelo sentido de ‘pertencimento’ de uma tradição no comportamento histórico-hermenêutico e de uma compreensão em ‘conhecer-se em algo’ compreensível às ‘coisas mesmas’. Ao interpelar estes preconceitos o sujeito dá-se conta deles, procurando não ceder o lugar a um tipo de ‘verdade definitiva’, e por meio de uma posição mediadora, define um novo papel do preconceito e desta ‘verdade’ como membros de uma rede ininterrupta de acontecimentos. “Qualquer posição ‘nova’ que substitui uma outra segue necessitando da ‘antiga’, já que ela não pode se explicitar enquanto não souber nem *a* que nem *por* que ela se opõe” (GADAMER, 2006, p.69), eis porque é preciso organizar a memória para conseguir o reconhecimento do passado e poder incorporá-lo ao agir do presente.

Em política, “dizer é fazer”, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social (Bourdieu, 2010). O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; na opinião de Bourdieu, é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Em jornalismo, o poder de enunciação faz parte do processo de configuração de realidades sociais, sendo a mídia “o palco desta trama de disputas”, afirma Ronaldo Henn (2012); em sua opinião, a mídia faz emergir forças hegemônicas, provenientes da construção de “memórias coletivas, de onde se sobressaem as tendências de manutenção de padrões repetitivos em vários níveis que reforçam determinados enquadramentos destas memórias” (HENN, 2012, p. 167), e que, ainda, esta construção e organização das memórias coletivas se alinham, como sempre, à visão dos vencedores. Devemos lembrar que os acontecimentos jornalísticos “revelam o tecido vivo da vida social. eles não apenas fazem falar; eles colocam questões, revelam aspectos, abrem possibilidades.” (FRANÇA, 2012, p. 48). A mídia exhibe diariamente notícias do real que atuam na construção das representações sociais do país, torna públicas decisões do governo e da sociedade e instaura o debate em torno delas.

O Segundo Tempo traz como ponto de partida uma série de matérias no jornalismo digital de revista, enunciadas a seguir, que abordam trabalhos da CNV após doze meses de funcionamento, indo até o final de sua vigência, em fins de 2014: Um Ano da Comissão: “*Vingança é o objetivo*” (VEJA, 29/05/2013); Caso Malhães: “*O último segredo do doutor Pablo*” (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014); “*A confissão do coronel*” (ISTOÉ digital, por Alan Rodrigues, 21/03/2014) e “*Os generais eram leões hoje são ratos*” (ISTOÉ digital, por Wilson Aquino, 28/03/2014); e Caso Ustra: “*Nunca ocultei cadáver*”, diz coronel Ustra em depoimento à Comissão da Verdade (ÉPOCA digital, Redação Época com Agência Brasil e Estadão conteúdo, 10/05/2013); “*COMISSÃO DA VERDADE: Afinal, quem mente? Dilma ou os generais?*” (VEJA digital no blog Ricardo Setti, por Luiz Claudio Cunha, 15/08/2014); “*Reconciliação depende das Forças Armadas, diz coordenador da Comissão Nacional da Verdade*” (CARTA CAPITAL digital, por Marsílea Gombata, 02/09/2014).

Por meio da Análise crítica da narrativa, vertente metodológica desenvolvida pelo professor Luiz Gonzaga Motta, este trabalho utiliza métodos e procedimentos que procuram orientar-se pelo acontecimento jornalístico como uma reformulação discursiva, pela reconstrução das personagens jornalísticas, identificação da estratégia narrativa e sua análise e revelação das metanarrativas (MOTTA, 2005). Segundo Célia Mota, “o grande desafio é perceber como a narrativa reconstrói a realidade, numa atividade mimética que não se limita a copiar, mas a reinventar criativamente o real. E algumas questões se tornam o foco da pesquisa: de que maneira as narrativas tecem os fios e constroem o sentido das histórias?” (MOTA, 2012, p. 11).

As matérias possuem em comum o “desaparecimento”, o assassinio, a morte como uma garantia real do passado, expostos à atenção pública em razão do seu valor simbólico. A matéria “*Vingança é o objetivo*” escolhe o ressentimento, a vingança como acontecimento que reverbera até hoje, após longos anos de ditadura, o que nos faz lembrar que “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa do esquecimento tanto quanto da rememoração.” (RICOEUR, 2007, p. 98). O caso Malhões constitui autêntico acontecimento no sentido do inesperado que introduz uma descontinuidade, operando uma ruptura dos quadros dos anos de chumbo no Brasil, rompendo com a história oficial de negação da tortura e morte de opositores ao regime militar, como no caso do deputado Rubens Paiva. O caso Ustra, por meio da intertextualidade, desdobra-se em outros episódios, outras notícias, personagens e tramas de grande interesse, sobretudo, de um *vir a ser* da memória coletiva e da história do Brasil. Pela análise da narrativa, devemos ressaltar a temporalidade do fato narrado enquanto acontecimento jornalístico, uma vez que ao desorganizar o presente, o acontecimento estende o tempo para trás e para frente, ligando-se ao passado e a futuros possíveis; da mesma forma o local do acontecimento produz o efeito de real essencial ao jornalismo. A memória é do passado (tempo), vincula-se a lugares (espaço) e permite integrar a sociedade através de mediações simbólicas e retóricas da ação (Ricoeur, 2007), que reverberam no acontecimento. Os enquadramentos dos episódios selecionados salientam a capacidade que tem o discurso jornalístico de fazer narrativa tanto pela memória, como também por uma *organização do esquecimento*. Na opinião de Barry Barnes (1977), a evolução do conhecimento constitui a correlação do desenvolvimento histórico de procedimentos, competências e técnicas relevantes em vários níveis para as finalidades ou objetivos de culturas ou subculturas. E ainda, que para descobrir o passado, devemos examinar a geração de conhecimento em seu contexto social, como parte da história de uma sociedade e uma cultura particular, sendo que o componente cultural nunca pode ser checado isoladamente. Dessa forma, os enquadramentos do acontecimento jornalístico nos diferentes episódios analisados refletem o manejo da memória tanto como memória impedida, uma *organização do esquecimento*, quanto uma memória manipulada, mais manifesta, na construção das realidades sociais.

Considerando a análise crítica da narrativa jornalística como um processo comunicativo, podemos identificar a enunciação intencional e argumentativa de estados de transformação de acontecimentos, o sentido em construção, utilizando-se da técnica da hermenêutica (teoria interpretativa da sociedade) na constituição das representações sociais e da realidade histórica

(Motta, 2013). É preciso decompor e recompor a história, “encontrar os fios que alinhavam a narrativa, dão continuidade, seguimento ou conexão, assim fica mais fácil compreender as propostas para encontrar as conexões, o *caminho de Ariadne* das narrativas.” (MOTTA, 2013, p. 151).

As malhas e fios discursivos como estrutura do objeto empírico da pesquisa constitui inicialmente uma abordagem alegórica, visto ser uma metáfora em movimento: os fios se interligam uns nos outros, possibilitam distinguir os acontecimentos, diferenciar as leituras e níveis da narrativa jornalística, e se engendrarem para formar ‘outras mesmas’ malhas discursivas. Para Mouillaud e Porto (2012, p. 75), “a informação, mantida discretamente atrás do acontecimento, permanece nele presente como uma filigrana.” A significação de uma narrativa, segundo Barthes (2011), não reside no final, mas atravessa toda a narrativa; é necessário, em sua opinião, perceber seus estágios e encadeamentos horizontais do fio narrativo sobre um eixo vertical. Por sua vez, Ricoeur (2007) afirma que a estrutura e o acontecimento da narrativa integram fenômenos que se encontram em níveis diferentes nas escalas de duração e de eficiência, cabendo à narrativa entrelaçá-los. Neste sentido, uma vez que a origem da narrativa reside em uma estratégia enunciativa entre sujeitos, minha meta é identificar os fios que fazem conexões com a narrativa jornalística, que levam à construção de sentidos e efeitos de real, presentes no jornalismo. Os fios e malhas discursivas dos acontecimentos jornalísticos selecionados entrelaçam os sentidos da narrativa e, desse modo, captam os acontecimentos como representações da realidade social. “Na verdade, do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias.” (MOSCOVICI, 2007, p. 210).

Por sua vez, Maurice Mouillaud (2012) afirma que um único acontecimento é um acontecimento no plural, pertencente à natureza da informação como um efeito de sua estrutura. Para ele, “as redes de informação são árvores cujos fios se ligam em nós situados em vários andares (do escritório local ao central). Os despachos de agência que afluem por um fio encontram fluxos que provêm de outros locais. Fazendo uso de um termo da topologia, chamar-se-ão “bacias de captura” os centros onde os acontecimentos se tornam concorrentes de outros acontecimentos.” (MOUILLAUD e PORTO, 2012, p. 86). No jornalismo digital, o hipertexto (HT) ocupa lugar de destaque. Mendonça Jorge (2012, p. 133) afirma que o hipertexto é o primeiro elemento do discurso multimídia, e diferencia o texto do hipertexto através de citação de Landow (1995, p. 59-60): “Um texto é uma estrutura linear (...)

fortemente hierarquizada: os elementos textuais, mais ou menos autônomos, estão ligados entre si por relações de ordem. Um HT é uma estrutura de rede: os elementos textuais são nós, ligados por relações não lineares e pouco hierarquizadas.”

Da mesma forma, pela conexão dos fios e malhas discursivas do acontecimento jornalístico, espaço e tempo se fundem, alteram o conhecimento, produzem efeitos, transformam a sociedade. Vale lembrar o contemporâneo de Marshall McLuhan, Harold Innis, em seu *The Bias of Communication*, onde o princípio de transformação de uma sociedade reside na circulação da informação através dos meios de comunicação, cuja tendência ou viés (Martino, 2011) pode estruturar o simbólico, a política, a economia, tanto pelos meios leves (espaço) que trazem a influência de fora, do global, como pelos meios pesados (tempo) que trazem a continuidade pela tradição.

Sendo assim, seguimos em frente com a pesquisa a fim de compreender, partilhar a lógica textual, episódios, intrigas, personagens e enunciadores com seus conflitos, suas estratégias argumentativas, o emaranhado de malhas e fios discursivos que tecem o jornalismo como a história do presente. O percurso da pesquisa é sinalizado por guias como Fredric Jameson, que, diante de caminhos que se bifurcam, mostra o rumo certo na interpretação alegórica de um relato: “uma sequência de eventos ou textos ou artefatos históricos é reescrita em termos de uma narrativa mais profunda, subjacente e ‘fundamental’, de uma narrativa-mestra oculta.” (JAMESON, 1992, p. 25)

BREVE HISTÓRICO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

*“Se no teu distrito/Tem farta sessão/De afogamento, chicote/Garrote e punção/A lei tem caprichos/O
que hoje é banal/
Um dia vai dar no jornal”*

Hino da Repressão, de Chico Buarque

Em 16 de maio de 2012, 28 anos após o fim da ditadura militar, a presidente Dilma Rousseff instalou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o objetivo principal de resgatar a memória sobre as graves violações de direitos humanos, de 1946 a 1988. Com vigência de dois anos, a Comissão concentrou as investigações no período do regime militar, tendo sido criada pela Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011.

Com mandato prorrogado até dezembro de 2014, a CNV é o selo de uma concretização tardia no processo histórico de luta pelos direitos humanos no Brasil, da vontade política de Estado em trazer à luz os acontecimentos sombrios da ditadura, proporcionar o avanço no processo de consolidação da democracia e de fortalecimento do Estado democrático de direito. Por conta disso, vale lembrar que a apuração de graves violações de direitos humanos não começou com os trabalhos da CNV. De 1979 a 1982, um grupo liderado por dom Paulo Evaristo Arns, o reverendo Jaime Wright e o rabino Henry Sobel iniciaram o projeto de pesquisa *Brasil: Nunca Mais*, copiando registros de julgamentos militares entre 1964 e 1979, e tomando depoimentos de presos políticos. A pesquisa resultou no livro *Brasil: Nunca mais*, que trata do amplo uso da tortura durante o regime militar, e dos movimentos políticos oposicionistas da época.

Em contrapartida, na gestão Collor (1990-1992), foi feita a devolução dos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro, em 1992, e de São Paulo, em 1994. No ano seguinte, a Lei 9.410 criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), no âmbito do Ministério da Justiça, e sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda na gestão de

FHC, foi constituído o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 1 e 2, após orientação de convenção realizada em Viena, em 1993. Da mesma forma, a Comissão da Anistia foi instalada pelo Ministério da Justiça em agosto de 2001, com a função de analisar pedidos de indenização pelos que sofreram perseguição política, de 1946 a 1988, e não puderam exercer suas atividades econômicas.

Por sua vez, foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso. O embrião de criação da Comissão encontra-se no Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), lançado em dezembro de 2009, cujo Eixo Orientador VI propõe medidas sobre o “Direito à Memória e à Verdade”. Em seguida, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para elaborar um projeto de lei que instituísse uma Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de examinar abusos cometidos durante o regime militar. A proposta foi bem recebida por entidades defensoras dos direitos humanos, mas causou grande desconforto entre os militares e comandantes das Forças Armadas, que declararam descontentamento ao então ministro da Defesa, Nelson Jobim, que da mesma forma, ameaçou pedir demissão alegando não ter sido consultado sobre a proposta de investigação de abusos praticados apenas por agentes de Estado, excluindo os militantes de esquerda que combatiam o regime. Nesse contexto, a Comissão Nacional da Verdade, a partir de um Projeto de Lei, foi transformada em Lei Ordinária pelo Congresso Nacional.

Instalada no primeiro mandato do governo Dilma, a Comissão teve assegurado o papel de investigar os fatos, mas não de punir qualquer um dos implicados, o que compete unicamente à Justiça. No discurso de instalação, a presidente Dilma afirmou:

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha à superfície e se torne conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações. (...)

O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido... E nesse sentido fundamental, essa é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo.

Reitero hoje, celebramos aqui um ato de Estado. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos de regime democrático.



Fernando Collor de Mello, José Sarney, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso. Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula.

Ladeada pelos antecessores Fernando Collor, José Sarney, Lula e FHC, Dilma conferiu à solenidade o caráter histórico pela busca da memória, verdade e reconciliação que dali em diante norteariam os trabalhos da Comissão. Por sua vez, os sete integrantes escolhidos para integrar a Comissão foram anunciados pela presidente Dilma poucos dias antes da instalação da Comissão: Cláudio Fonteles, José Carlos Dias, Maria Rita Kehl, Rosa Maria Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro, José Paulo Cavalcanti Filho e Gilson Dipp (da esquerda para direita, na fileira de baixo da foto).



Foto: Agência Brasil

A coordenação da CNV constitui um posto rotativo, ocupado a cada quatro meses por um dos sete integrantes da Comissão. No início, existiram divergências entre os próprios integrantes da CNV sobre se era para investigar tanto as violações cometidas pelos militares quanto as cometidas por civis. Investigar os dois lados foi a postura de Gilson Dipp, que atuou como perito na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em nome do Estado brasileiro, na ação movida contra o Estado por familiares de mortos na Guerrilha do Araguaia. A necessidade de reconhecimento das graves violações dos direitos humanos por parte dos militares foi mencionada desde o início dos trabalhos da Comissão. Maria Rita Kehl, que é psicanalista, frisou que o problema está no recalque de algo que não é falado, na interdição (in)consciente que autoriza de maneira implícita o abuso da violência em um país que passou por três séculos de escravidão e duas ditaduras, com as instituições contaminadas pela prática abusiva da repressão.

Para apurar temas específicos, a Comissão foi dividida em 13 diferentes Grupos de Trabalho:

1. Araguaia;
2. Contextualização, fundamentos e razões do Golpe Civil-Militar de 1964;
3. Ditadura e gênero;
4. Ditadura e sistema de Justiça;
5. Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical;
6. Estrutura de repressão;
7. Mortos e desaparecidos políticos;
8. Graves violações dos Direitos Humanos ou contra indígenas;
9. Operação Condor;
10. O Estado ditatorial-militar;
11. Papel das igrejas durante a ditadura;
12. Perseguição a militares; e
13. Violação de Direitos Humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil.

Esses Grupos de Trabalho tiveram como foco realizar a pesquisa documental, a tomada de depoimentos e audiências públicas para, dentre outros objetivos, identificar as cadeias de comando do terrorismo de estado, reconstituir a estrutura dos órgãos de repressão, identificar

os locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos pela ditadura implantada em 1964 e, finalmente, produzir um relatório de encerramento.

Vale ressaltar que, de acordo com o seu regimento interno, a CNV estabeleceu parcerias com outras comissões estaduais e municipais da Verdade, espalhadas pelo território nacional com o objetivo de proporcionar capilaridade à CNV. Segue a relação de Comissões da verdade com acordo de cooperação técnica com a CNV: Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB; Comissão da Memória e da Verdade Eduardo Collier Filho da Faculdade de Direito da UFBA; Comissão da Memória e Verdade da UFPR; Comissão da Memória, Verdade e Justiça de Natal “Luiz Ignácio Maranhão Filho”; Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Araras; Comissão da Verdade da OAB/PR; Comissão da Verdade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Reitora Nadir Gouveia Kfoury; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”; Comissão da Verdade do Município de São Paulo “Vladimir Herzog”; Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas); Comissão da Verdade e da Memória Advogado Luiz Maranhão (OAB/RN); Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da OAB/MG; Comissão da Verdade e Memória: pela construção do Nunca Mais! (Escola de Sociologia e Política de São Paulo); Comissão da Verdade “Marcos Lindenberg” da Universidade Federal de São Paulo; Comissão da Verdade “Professor Michal Gartenkraut” da Câmara Municipal de São José dos Campos; Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça da OAB (Conselho Federal da OAB); Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE); Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Deputado Estadual José Porfírio de Souza (GO); Comissão Estadual da Verdade da Bahia; Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul; Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Comissão Estadual da Verdade Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha” (AP); Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (SC); Comissão Memória, Verdade e Justiça do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados e Afins, Energia de Biomassas e Outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro; Comissão Municipal da Verdade no Âmbito do Município de Juiz de Fora (MG); Comissão Parlamentar Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Subcomissão Parlamentar Memória Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, por exemplo, se posicionou a favor da revisão da Lei da Anistia durante audiência pública que debateu o não cumprimento da sentença do *caso Gomes Lund e outros vs. Estado Brasileiro*, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, instância da Organização dos Estados Americanos (OEA), expedida em 2010, violando dessa maneira a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou Pacto de San José da Costa Rica. Em dezembro de 2010, a Corte determinou ao país a responsabilização criminal dos agentes de repressão, a partir da análise da Guerrilha do Araguaia. O Estado brasileiro, segundo a Corte, deve encontrar e punir os responsáveis pelo desaparecimento de 70 guerrilheiros no Araguaia, onde houve o maior levante armado contra a ditadura, organizado pelo PC do B na Amazônia.

Meses antes da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em final de abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi contra a revisão da Lei da Anistia, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ADPF era a favor de anular o perdão concedido aos representantes do Estado acusados de tortura durante a ditadura. O pedido foi julgado improcedente por 7 votos a 2.

Em entrevista à rede alemã *Deutsche Welle*, em maio de 2013, a então coordenadora da CNV, Rosa Cardoso, afirma: "Queremos ampliar o círculo de pessoas que conhecem as questões. Há violências que precisamos contar e que a nossa juventude precisa conhecer." Na reportagem, a *DW* relata:

“Um marco importante aconteceu em 2010, quando o Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA em ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, uma ação armada ocorrida entre 1972 e 1974, na região de Marabá, no estado do Pará. Só com a criação da Comissão Nacional e das comissões estaduais da Verdade e a Lei de Acesso à Informação ampliou-se a publicidade sobre o tema para toda a sociedade.(...)”

“Hoje temos uma vasta base de dados e documentos que estão sendo digitalizados e queremos investir na discussão, principalmente com as quase 20 comissões estaduais e os inúmeros comitês pelo país afora”, diz Cardoso.(...)”

“Depois da primeira fase – a revelação da verdade – virá a segunda, da retribuição via justiça. A Argentina já chegou a isso, o Chile está próximo, mas o Brasil ainda está distante. Se conseguirmos saber o que aconteceu, quem fez o quê, onde estão os mortos, terá sido um passo importante”, diz o historiador Carlos Fico, especialista na época da ditadura.

"Estamos aprendendo a caminhar, aprendendo a trabalhar de forma horizontal, descentralizada, orientada a não gerar dispersão e buscando envolver a sociedade, capilarizando nossa atuação", resume Cardoso. <http://www.dw.de/comiss%C3%A3o-da-verdade-completa-um-ano-e-quer-ampliar-debate-sobre-o-passado/a-16813525>

É preciso mencionar que, no mundo, mais de 30 países instalaram comissões da verdade com o objetivo de ao menos identificar e responsabilizar moralmente os torturadores e agentes de graves violações dos direitos humanos. A instalação em 1974 da primeira comissão da verdade, em Uganda, na África, deu início a um movimento de resgate da memória pelo mundo. A ideia comum a todas as comissões, além do resgate da memória, é o reconhecimento pelo protagonismo do Estado em perseguição, tortura, desaparecimento forçado de opositores do regime então vigente.

No Brasil, transcorreram três décadas entre o fim da ditadura e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, seus trabalhos e o relatório final, com o reconhecimento de instituições brasileiras sobre as graves violações de direitos humanos durante a ditadura (1964-1985). O diálogo com a sociedade civil, bem como a transparência, a comunicação de suas atividades, o contato com a imprensa foram pressupostos explícitos da Comissão. Cabe ressaltar que o primeiro ano de atividades da CNV foi marcado pela pouca visibilidade de seus trabalhos na mídia, com posições contrárias de seus integrantes sobre a divulgação ou não dos trabalhos da Comissão. A CNV completou um ano em vigor com a renúncia de Claudio Fonteles em junho de 2013 (substituído por Pedro Dallari), e a saída de diversos assessores. Em contrapartida, a partir do segundo ano de vigência, a CNV divulgou de forma crescente o andamento das investigações, também divulgados pela mídia de forma direta e proporcional. De outra parte, cabe perguntar: por que investigar esse período da história recente do Brasil, já que se passaram três longas décadas?

A resposta em uníssono dos integrantes da CNV é a de que as gerações de hoje e as do futuro precisam conhecer sua história para que os erros não se repitam, e história se constrói com memória. E ainda, a violência praticada pelas forças de segurança do Estado continua até hoje como pauta frequente, não mais numa situação de repressão política como na ditadura, mas na ocorrência de prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados, torturas em instalações policiais. Pedro Dallari afirmou em entrevista concedida em novembro de 2014 ao programa CPFL Cultura:

“Muitos questionam por que investigamos esse período de nossa história. Investigamos porque o padrão de violações de direitos humanos persiste nos dias atuais. O caso Amarildo é o caso Rubens Paiva”, afirmou Dallari, presidente da CNV. Era uma referência ao desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza em uma favela do Rio de Janeiro, em 2013, após ser abordado e torturado por militares – semelhante ao que aconteceu com o deputado opositor do regime.” <http://www.cpflcultura.com.br/wp/2014/11/10/debate-sobre-comissao-nacional-da-verdade-com-pedro-dallari-e-maria-rita-kehl/>

Ainda em novembro de 2014, foram encontrados documentos em um cofre do Hospital Central do Exército do Rio de Janeiro (HCE) sobre presos políticos na época da ditadura militar, e um dossiê dos membros da CNV e da Comissão Estadual da Verdade do RJ, tendo sido portanto objeto de investigação preliminar daquela unidade militar, de acordo com nota da própria CNV, publicada pelo *site* da EBC:

“Os procuradores dirigiram-se inicialmente à garagem de ambulâncias e ao setor de manutenção, onde, segundo as investigações do MPF, os documentos estariam ocultos. Posteriormente, foram à Seção de Informações [S-2] do hospital e lá, em uma sala com cofre, encontraram um dossiê com notícias e documentos referentes a Raul Amaro [dissidente político Raul Amaro Nin Ferreira, morto no dia 12 de agosto de 1971, nas dependências do HCE], bem como uma pasta com nomes e fotografias dos integrantes das comissões Nacional e Estadual da Verdade.” <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/11/cnv-pede-providencias-sobre-documentos-encontrados-em-hospital-do-exercito>

Um mês depois, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue à presidente Dilma, na manhã do dia 10 de dezembro de 2014, data de comemoração dos 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em solenidade no Palácio do Planalto.

Com 2 anos e 7 meses de trabalhos, a Comissão realizou 80 audiências e sessões públicas em 20 Estados e no DF, colheram 1.121 depoimentos, pesquisou documentos em arquivos públicos e privados aos quais teve acesso, visitou com as vítimas sete unidades militares e policiais onde houve atividades de tortura, execução, repressão que, na opinião do coordenador da CNV, Pedro Dallari, “naqueles que talvez tenham sido os momentos mais emocionantes da Comissão, fazer a identificação dos locais onde haviam padecido um sofrimento indescritível.” (Discurso feito na sede da OAB-DF, em solenidade de entrega do relatório final). De outra parte, mais de seis mil militares foram perseguidos durante o regime militar Vale salientar que a Comissão definiu as graves violações de direitos humanos como sendo as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, as violências sexuais, as execuções e as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados, que praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade. Da mesma forma, a CNV adotou preceitos internacionais e delimitou que as graves violações de direitos humanos são as

cometidas por agentes do Estado, a seu serviço ou com a conivência/aquiescência estatal, contra cidadãos brasileiros ou estrangeiros.

Em breve discurso no Planalto, durante a entrega oficial do relatório final pelos integrantes da CNV, Dilma defendeu uma série de medidas como o respeito aos pactos políticos feitos na transição da ditadura para o regime democrático, a participação da sociedade no acesso ao Relatório, via internet, o esforço da CNV para atingir seus três objetivos mais importantes: a procura da verdade factual, o respeito à memória histórica e a reconciliação do país por meio da informação e do conhecimento, e chorou ao mencionar os que “continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.” A seguir, trechos do discurso:

“Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas duras, por meio de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, que estão muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. (...)

Nós, que acreditamos na verdade, esperamos que este relatório contribua para que fantasmas de um passado doloroso e triste não possam mais se proteger nas sombras do silêncio e da omissão. (...)

Afirmar ainda que o Brasil merecia a verdade, que as novas gerações mereciam a verdade, e, sobretudo, mereciam a verdade aqueles que perderam familiares, parentes, amigos, companheiros e que continuam sofrendo continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. (...)

O relatório que hoje se torna público, e a atuação das comissões estaduais, será um ponto de partida para um país melhor. A busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar pela sua preservação. (...)

Com a criação desta Comissão, o Brasil demonstrou a importância do conhecimento deste período para não mais deixá-lo se repetir. Nós devemos isso às gerações, como a minha, que sofreram suas terríveis consequências.

Mas, sobretudo, devemos isso à maioria da população brasileira que, nascida após o final do último regime autoritário, não teve acesso integral à verdade histórica. E sobretudo a essas gerações e às gerações futuras que a Comissão Nacional da Verdade presta o inestimável serviço da verdade histórica. Conhecer a história é condição imprescindível para poder construí-la melhor.
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560399-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-da-verdade.shtml>



Entrega do relatório final da CNV à presidente Dilma. Da esquerda para direita: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Dilma Rousseff, Pedro Dallari, Paulo Sergio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso. (Foto: Thiago Vilela)

Após a cerimônia de entrega do relatório no Planalto, houve outra audiência ao meio-dia na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que contou com a participação do ex-ministro de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, então membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e do secretário-geral da CNBB, Leonardo Ulrich Steiner. Seguem trechos do discurso de Dallari proferido na OAB:

“(...) Este relatório só foi possível por conta da sociedade brasileira, e a ela dedicamos este trabalho que foi feito. (...) Temos a convicção de que o trabalho não se encerra aqui, que o que a Comissão Nacional da Verdade vai propiciar é uma plataforma, uma base muito organizada de informações, que permitirá agora que as comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais que ainda vão se prolongar, a universidade brasileira, que as entidades da sociedade civil, a imprensa possam aprofundar as investigações, de tal sorte que muito que há ainda por se descobrir venha à tona. A ideia de fazer um trabalho de referência foi o que nos motivou e nós acreditamos que tenhamos conseguido viabilizar algo que será útil para a continuidade dessas investigações. (...)”

O relatório, como costume dizer, não tem gordura, é músculo e osso. São fatos, fatos, fatos. A nossa opinião, dos membros do colegiado, não aparece no relatório. (...)”

Sabemos que por mais que não se esteja responsabilizando essas pessoas, porque isso dependerá obviamente da conduta do Ministério Público, do Judiciário e do devido processo legal, a indicação de autoria é por si só algo relevante, significativo, e portanto nós tivemos muito cuidado na elaboração desta lista (de autores de graves violações de direitos humanos) porque sabemos do impacto que ela vai ter. (...)”

Então, Sr. Presidente, neste momento, entrego à OAB, como nossa anfitriã a nosso pedido, o relatório da Comissão Nacional da Verdade para que esta via física do relatório fique aqui sob custódia da OAB, em nome da sociedade brasileira, e faço isso com muita satisfação.” (Gravação feita por mim)

Na tarde do mesmo dia, Pedro Dallari e Maria Rita Kehl entregaram o relatório final ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, no gabinete da presidência.

Com mais de quatro mil páginas, o relatório final é distribuído em três volumes. O volume 1, dividido em cinco partes e 18 capítulos, descreve as atividades da Comissão, os fatos apurados e as conclusões e recomendações. A parte 1 trata da criação e atividades da CNV. A parte 2 relata as estruturas do Estado e as graves violações dos direitos humanos, ou seja, segundo Pedro Dallari em seu discurso na OAB: “como o Estado brasileiro se organizou para por em prática uma política pública, uma política de Estado, diferentemente do que sempre alegaram os militares, as graves violações não foram produto da ação individual, de excessos, foram produto de uma ação organizada do Estado com cadeias de comando que iam do gabinete do presidente da República até os porões da repressão onde se torturava, se executava, e os corpos desapareciam.” A parte 3 trata dos métodos e práticas de graves violações de direitos humanos, configurando o que deveria ser investigado, listando a tortura, as execuções, os desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres. A parte 4 trata da dinâmica das graves violações dos direitos humanos envolvendo casos emblemáticos como o Riocentro e a Guerrilha do Araguaia, que apresentou o maior número de desaparecidos, 70. A parte 4 traz ainda uma minuciosa descrição das instituições e locais associados às graves violações dos direitos humanos, que Dallari descreve como “o mapa do terror”, e traz a lista de 377 pessoas e agentes públicos envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos, numa iniciativa que Dallari descreve como “inédita nas comissões da verdade no mundo”. E na parte 5, conclusões e recomendações.

O volume 2 reúne nove textos temáticos que lidam com o impacto das graves violações de direitos humanos em segmentos da sociedade brasileira. Dallari explica: “aqui o corte foi outro, não foi um corte pelo viés metodológico, de locais ou da dinâmica, mas foi por segmentos da sociedade que foram objeto de investigação de Grupos de Trabalho (GTs) da CNV e de pesquisadores e colaboradores que conosco trabalharam.” Os sete textos tratam das graves violações de direitos humanos no meio militar, em relação aos trabalhadores, aos camponeses, às igrejas cristãs, na comunidade indígena, na universidade, a ditadura e os homossexuais e o papel desses segmentos na resistência à repressão. Os outros dois textos tratam dos civis que colaboraram com a ditadura, em especial a o empresariado, e a resistência social civil de outros setores às graves violações de direitos humanos.

Finalmente o volume 3, que trata das 434 vítimas identificadas pela CNV e que, segundo Dallari, “pra nós é o de mais significação política e histórica, que é o volume dedicado às 434 vítimas que

identificamos, em relação às quais o quadro fático permitiu que nós fizéssemos uma exposição muito detalhada das circunstâncias de vida e de morte, 434 mortos e desaparecidos”, sendo 191 os mortos, 210 os desaparecidos e 33 os desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado. O volume 3 descreve as circunstâncias da morte e estabelece a cadeia de comando, quais são os autores e sua associação à vítima ou vítimas.

Ademais, o relatório dividiu os 377 responsáveis pelos crimes em três categorias, de acordo com a participação de cada um: responsabilidade político-institucional, responsabilidade pelo controle e gestão de estruturas e procedimentos diretamente vinculados à ocorrência de graves violações, e responsabilidade pela autoria direta nos crimes.

Dentre as medidas institucionais, a primeira recomendação do relatório final refere-se ao reconhecimento pelas Forças Armadas de responsabilidade institucional das graves violações de direitos humanos. Como a CNV, por lei, não teve poder para punir os responsáveis, a segunda recomendação refere-se à determinação pelos órgãos competentes da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos relativos à Lei da Anistia. A não aplicação, segundo o relatório, está em concordância com a jurisprudência internacional que sustenta a total impossibilidade de lei interna, ou seja, de autoanistia, de afastar a obrigação jurídica do Estado de reparação de crimes contra os direitos humanos. Para tanto, o relatório ressalta que “na qualidade de preceito de *jus cogens*, a proibição desses crimes é absoluta, e não pode sofrer nenhuma exceção, suspensão ou derrogação: nenhuma circunstância excepcional – seja guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública – poderá ser invocada como justificativa para a prática de tortura, desaparecimento forçado ou homicídio.” (volume 1, p. 966).

Mencionados nesta dissertação, notadamente no caso Malhães e no caso Ustra, os centros clandestinos de tortura e execução foram listados no relatório final. Estes 11 centros, que eram cedidos por particulares, operaram fora de instalações oficiais, decorrentes de uma política de repressão das Forças Armadas, com o conhecimento e a aprovação das instâncias de comando, segundo o relatório, e serviam “para que seus comandantes não fossem identificados, como ocorreria se tais práticas fossem perpetradas em quartéis e delegacias. (...) contribuindo para a ocultação dos torturadores e, principalmente, da cadeia de comando, assim como para a eliminação de pistas que levassem à identificação dos militantes presos e às circunstâncias em torno das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados.”

(volume 1, p. 792). Segue a lista: 1. Casa Azul de Marabá (PA); 2. Casa da Morte (Petrópolis-RJ); 3. Casa de São Conrado (RJ); 4. Fazenda 31 de março (SP); 5. Casa de Itapevi (SP); 6. Casa do Ipiranga (SP); 7. “Dopinha” (Porto Alegre-RS), diminutivo de DOPS; 8. Clínica Marumbi (Curitiba-PR); 9. Casa de Maranguape (CE), conhecida como Casa dos horrores; 10. Duas Granjas de Campina Grande (PB), conhecidas como Granjas do terror; 11. Fazendinha (Alagoinhas-BA). O relatório também cita seis navios mercantes da Marinha que foram utilizados como navios-prisões: *Raul Soares*; *Canopus*; *Custódio de Mello*; *Princesa Leopoldina*; *Bracuí* e *Guaporé*.

Assim, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade reúne 29 recomendações: 17 medidas institucionais, 8 iniciativas de reformulação normativa de âmbito constitucional ou legal e 4 medidas de seguimento das ações e recomendações da Comissão. As recomendações são fruto de consultas a órgãos públicos, entidades da sociedade civil e cidadãos por meio de um formulário que esteve disponível no *site* da Comissão. Assinam o relatório José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Dallari e Rosa Maria Cardoso. A seguir, as conclusões e o resumo das 29 recomendações propostas pela CNV:

“CONCLUSÕES

[1] Comprovação das graves violações de direitos humanos

[2] Comprovação do caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos, especialmente nos 21 anos do regime ditatorial instaurado em 1964, foram o resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro. Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura

[3] Caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade

A configuração de condutas ilícitas como crimes contra a humanidade consolidou-se ao longo do século XX e no princípio deste século nas normas imperativas internacionais – ditas de jus cogens, o direito cogente, inderrogável e peremptório –, expressas no costume e em tratados de direito internacional dos direitos humanos e de direito internacional penal, como o Tratado de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional.

[4] Persistência do quadro de graves violações de direitos humanos

RECOMENDAÇÕES

A) Medidas Institucionais

[1] Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985)

[2] Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais

Relativamente a esta recomendação – e apenas em relação a ela, em todo o rol de recomendações –, registre-se a posição divergente do conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, baseada nas mesmas razões que, em 29 de abril de 2010, levaram o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no 153, com fundamento em cláusulas pétreas da Constituição brasileira, a recusar, por larga maioria (sete votos a dois), essa tese.

[3] Proposição, pela administração pública, de medidas administrativas e judiciais de regresso contra agentes públicos autores de atos que geraram a condenação do Estado em decorrência da prática de graves violações de direitos humanos

[4] Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964

[5] Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos

[6] Modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos, considerando parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), com a supressão das referências à doutrina de segurança nacional.

[7] Retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações de direitos humanos

[8] Retificação de informações na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) e, de forma geral, nos registros públicos, informações que envolvam registros de atos de perseguição política e de condenação na Justiça Militar ocorridos no período de 1946 a 1988.

[9] Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura

[10] Desvinculação dos institutos médicos legais, bem como dos órgãos de perícia criminal, das secretarias de segurança pública e das polícias civis

[11] Fortalecimento das Defensorias Públicas

[12] Dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso

[13] Instituição legal de ouvidorias externas no sistema penitenciário e nos órgãos a ele relacionados

[14] Fortalecimento de Conselhos da Comunidade para acompanhamento dos estabelecimentos penais. Já previstos na Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal)

[15] Garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de graves violações de direitos humanos

[16] Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação

[17] Apoio à instituição e ao funcionamento de órgão de proteção e promoção dos direitos humanos

[18] Revogação da Lei de Segurança Nacional

[19] Aperfeiçoamento da legislação brasileira para tipificação das figuras penais correspondentes aos crimes contra a humanidade e ao crime de desaparecimento forçado.

[20] Desmilitarização das polícias militares estaduais

[21] Extinção da Justiça Militar estadual

[22] Exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal

[23] Supressão, na legislação, de referências discriminatórias das homossexualidades

[24] Alteração da legislação processual penal para eliminação da figura do auto de resistência à prisão

[25] Introdução da audiência de custódia, para prevenção da prática da tortura e de prisão ilegal

[26] Estabelecimento de órgão permanente com atribuição de dar seguimento às ações e recomendações da CNV

[27] Prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares ou pessoas legitimadas, para sepultamento digno, dos restos mortais dos desaparecidos políticos

[28] Preservação da memória das graves violações de direitos humanos

[29] Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar

<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>

MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

“A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos.”

Michel Foucault

Memória

A memória é a presença ausente de um fato, o que inclui necessariamente a variante espaço/tempo, uma vez que constitui o fato lembrado de uma realidade anterior, que aconteceu em um determinado lugar, em um dado tempo. Ou não. Podemos ter a memória de um futuro projetado por meio de inscrição de registros, como fazem os cientistas espaciais, por exemplo, ou “das páginas arrancadas de um presente infeliz, à saudade imensa de um futuro melhor”, confessa Fernando Pessoa. O que é impresso e/ou transmitido nutre a memória, e o que não o é, o esquecimento.

De qualquer maneira, é impossível desfazer o que foi feito, quer recordemos quer esqueçamos. Para Paul Ricoeur (2007), o esquecimento reside no *habitus* no sentido de Bourdieu, na falta da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência, e propõe dois saberes heterogêneos sobre o esquecimento: um saber exterior e um saber íntimo. De início, afirma Ricoeur, o esquecimento é uma lacuna, uma fraqueza de memória. Por sua vez, o esquecimento profundo inclui tanto o esquecimento de reserva, que pressupõe a sobrevivência das imagens, quanto o apagamento dos rastros - o escrito, o psíquico e o cortical. O antídoto do esquecimento será o reconhecimento, que irá decifrar a representação presente do passado ausente, uma vez que o esquecimento está inelutavelmente associado à memória.

A memória, como fato lembrado de uma realidade anterior, inclui as perguntas “o que?”, “quem?” e “como?” dentro de um determinado espaço/tempo, como elementos constitutivos daquilo que queremos recordar, seja pelo que vimos, ouvimos ou percebemos pelo pensamento e pelas sensações. Ligando passado e presente, a memória propicia outros significados e constroi outras realidades. Ricoeur (2012) nos lembra a asserção aristotélica de

que memória é tempo, e que a coisa lembrada é identificada a um acontecimento singular, que não se repete, sendo que “o essencial é que o objeto temporal reproduzido não tenha mais, por assim dizer, pé na percepção. Ele se desprende. É realmente passado. E, contudo, ele se encadeia, faz sequência com o presente e sua cauda de cometa.” (RICOEUR, 2007, p. 53).

Assim, a memória percorre os caminhos de um sujeito capaz de se lembrar e refletir, seguir rastros e mapear ocorrências, produzir e decifrar documentos, ouvir e prestar depoimentos, na construção incessante de efeitos de sentido e de real que conduzem esse sujeito a possibilidades de enganos e acertos neste movimento de busca da verdade dos acontecimentos passados. Para Ricoeur (2007), surge a questão de saber em que condições a ‘reprodução’ do acontecimento é reprodução do passado, sendo que o agora reproduzido ‘recobre’ um agora passado que irá corresponder, no movimento de encadeamento de fatos, a um reconhecimento como a conclusão de uma busca feliz. O autor ressalta que os manejos da memória ocorrem pelo apagamento, supressão ou falta de rastros dos fatos, gerando uma memória impedida, ou mais profunda, e a memória manipulada, ou mais manifesta. Os abusos de memória, para Ricoeur (2012), são tipos de abusos do esquecimento que ocorrem através da função mediadora da narrativa.

Pelos fios da consciência do tempo, todo acontecimento constitui memória? Ou, ao reconstituir a memória do passado, um novo acontecimento pode se tornar uma nova memória ou a consolidação de uma memória anterior? No caso da Comissão Nacional da Verdade, cuja atividade principal foi reconstituir episódios ocorridos durante os anos de ditadura militar no Brasil, o dilema foi confrontar novos testemunhos com episódios já registrados e recompor uma memória social já existente, mas nem sempre tornada pública.

O conceito de memória está ligado a sua própria função. Ecléa Bosi, no livro *Memória e Sociedade*, afirma que “ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado a memória não constrói o tempo, não o anula tampouco” (BOSI, 1999: 59). A autora lembra o conceito de Bergson que parte da constatação de uma existência que se prende ao inconsciente. Para Bergson, a memória é pura e inconsciente, o passado conserva-se e age sobre o presente de uma forma automática, ou o que chama de memória-hábito, capaz de repetir esquemas de comportamento ou de pensamento.

Contrapondo-se a esta definição psicológica, o sociólogo Maurice Halbwachs defende exatamente o contrário: o social é que engendra o indivíduo. Para o autor, o predomínio do

social altera fenômenos psicológicos como a percepção, a consciência e a memória. Nega, assim, o princípio de que a mente conserva o passado em sua inteireza e autonomia. O autor não considera, porém, que o novo acontecimento possa negar os fatos do passado:

Para que a nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com a memória histórica e que haja bastante pontos de contato entre umas e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (Halbwachs, 1990:34).

Assim, memória não deve ser entendida como simples evocação, uma lembrança quase automática do passado, mas a reconstrução de fatos históricos deve levar em conta o conjunto de representações ao nosso dispor no presente. De acordo com Halbwachs, a memória está diretamente relacionada com o social. Como afirma em seu livro *A memória coletiva* (2006), existe um jogo entre a referência e uma memória social já existente. Para o autor, a memória social é um fundo de lembranças comum aos vários membros de uma determinada comunidade, local ou nacional. E é este fundo comum que retém aquilo que ainda está vivo do passado. Ou vive na consciência do grupo que o mantem.

E o que vai para o fundo comum da comunidade? Estas lembranças guardadas são o resultado de um conflito de significados que buscam se tornar hegemônicos. Até hoje, o acontecimento ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964 tem sido interpretado, na lembrança de muitos, como um golpe militar, ou como uma revolução, para tantos outros. Ou seja, a memória coletiva do movimento que depôs o presidente João Goulart e colocou militares no poder é ela mesma conflituosa, fruto das divisões políticas que existiam naqueles tempos.

Estes conflitos de interpretação mostram a fragilidade da permanência de uma memória histórica que ainda está viva na consciência nacional. Com o passar dos anos, a comunidade que viveu os acontecimentos do passado vai desaparecendo e a lembrança dos fatos fica sujeita à interpretação de novas gerações, muitas vezes alheias ao significado profundo que envolveu os fatos históricos. Esta influência do tempo vai transformando a memória coletiva em história, que permanece então, de novo revivida, pela organização sistematizada do acontecimento.

Esta foi a função da Comissão Nacional da Verdade, ao sistematizar a partir de tomadas de depoimentos e de testemunhos, assim como pelo levantamento de documentos ainda inéditos, o que foram os anos de governo militar e as ocorrências contra os direitos humanos então

praticados. Foi a partir deste trabalho investigativo que se pode afirmar que os novos acontecimentos do presente constituíram-se numa nova memória do passado.

Como afirma Courtine (2006, p. 88), o “discurso político é um lugar de memória”, que conserva traços, como um sistema de arquivos, permitindo que enunciados ressurgam e sejam também ressignificados. Muitas vezes, essa retomada de um enunciado pode fazer com que uma determinada imagem se torne fixa, cristalizada na memória de uma sociedade, ou pode ganhar novos sentidos. Segundo Orlandi (2001, p. 31), a memória discursiva pode ser vista como sinônimo de interdiscurso, isto é, algo que fala antes e em outro lugar de forma independente, um “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra”. Assim, é possível afirmar que um discurso não se encerra nele mesmo, pois os discursos se inter-relacionam, apontando cada um para outro(s) discurso(s) que o sustenta(m). Para Orlandi, os discursos não têm um começo ou um ponto final, de forma que as palavras significam não só pela língua, mas também pela história, visto que o já-dito em outro lugar, e esquecido, também irá ganhar novos significados no presente.

Neste caminhar da memória coletiva, o jornalismo aparece como um lugar de memória no sentido empregado por Courtine. Ao tornar públicos os fatos referentes à atuação da Comissão Nacional da Verdade, o acontecimento jornalístico produz sentidos que entrecruzam a memória coletiva (vista aqui como lembrança, conservação do passado, foco de tradição) e a história (os novos documentos, os testemunhos, o arquivo da ditadura).

É como se o silêncio sobre o passado se rompesse de vez, fixando novos significados não inscritos ainda na memória coletiva. Eni Orlandi, no texto *“Maio de 1968: os silêncios da memória”*, lembra que o que aconteceu com os sentidos de 68 é que não foram falhas de memória, mas “os acontecimentos foram silenciados, censurados, excluídos para que não houvesse um já-dito...Há, assim, “furos”, “buracos” na memória, que são lugares em que o sentido falta por interdição.” (ORLANDI, 2007, p. 65).

Os acontecimentos de maio de 1968 eclodiram em movimentos em diversas cidades do mundo e do Brasil. Foram manifestações de rua que tiveram “liberdade” como palavra chave. O movimento de maio de 1968, na França, tornou-se ícone de uma época marcada por uma renovação dos valores, que incluíam a liberação sexual e os movimentos pela ampliação dos direitos civis. No Brasil, um dos slogans de maio de 68 foi eternizado por Caetano Veloso e

Gilberto Gil em “É proibido proibir”. Apresentada no Festival Internacional da Canção da Rede Record naquele ano, a canção foi vaiada pelo público provocando a famosa reação irritada de Caetano: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? (...) vocês não estão entendendo nada!” Os jovens que vaiaram Caetano foram os mesmos que ocuparam as ruas e enfrentaram a polícia, pedindo o fim da ditadura. Os militares, que reprimiram com prisões a realização do congresso de estudantes da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968, continuariam no poder por mais 17 anos.

Estes sentidos – excluídos, silenciados – não puderam significar, de tal modo que há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível. Não puderam ser publicados, divulgados pelo jornalismo. Foram sentidos que não puderam ser lidos e que Eni Orlandi lembra com tristeza: “eu vi, em meu silêncio, muitos de meus colegas com suas fotos fixadas como perigosos guerrilheiros em pilares da rodoviária de São Paulo toda vez que ia tomar ônibus. Eram idos, vistos, pensados como perigosos terroristas. Por onde passam os sentidos do terrorismo? Por onde passam os sentidos da resistência política de 68? Os sentidos da liberdade?” (ORLANDI, 2007, p. 66).

O que não pôde ser dito ou mostrado em 1968 pela imprensa em geral, começou a ser reconstituído por um novo acontecimento, produzido pela CNV, desta vez, acompanhado do acontecimento jornalístico.

Acontecimento social > Acontecimento jornalístico

O acontecimento social é uma unidade cultural que traz em sua matriz as formas de “fazer”, “ser”, “estar” como verbos fundamentais para todos os acontecimentos (Mouillaud e Porto, 2012). Por sua vez, Rodrigo Alsina (2009) nos lembra a distinção de dois tipos de acontecimentos: os que dizem respeito à *res pública*, pressupondo uma mudança, mesmo que mínima, do corpo social; e os que ficam restritos ao âmbito privado, não fazendo parte da história. No entanto, o autor afirma a importância dos acontecimentos em geral, pela produção de um deslocamento do conteúdo narrativo para as suas virtualidades imaginárias, e cita afirmação do historiador Pierre Nora, autor de artigo publicado em 1972, intitulado “L’événement monstre”, publicado na revista *Communications*:

Em qualquer acontecimento, no sentido moderno da palavra, o imaginário das massas pretende poder incorporar alguma coisa dos fatos, seu drama, sua magia, seu mistério, sua raridade, sua poesia, sua tragicomédia, seu poder de compensação e de identificação, o sentimento de fatalidade que possui, seu luxo e sua gratuidade (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 127).

O acontecimento então se torna um conjunto de limites pouco precisos que inclui o rumor social como delimitador de um horizonte que não pode nunca ser envolvido, e que tem a notícia como partidária (Mouillaud e Porto, 2012). O acontecimento é transição, muito mais que simples ocorrência (Queré, 2012), uma vez que percorre o passado pelo fato acontecido, liga o ocorrido ao presente, e reconhece futuros possíveis. No dizer de Mouillaud, o acontecimento é móvel, e deve ser solto de suas amarras, de seus nós, por se tratar de um fragmento extraído de sua totalidade. Daí a ideia de moldura transbordada, uma vez que é o quadro que contém a moldura, da mesma forma que é a área da página do jornal que contém a notícia:

Nela (a página do jornal) se pode verificar que o acontecimento (que aparece como título na diagramação dos tabloides) não forma um texto único: é fragmentado em facetas múltiplas, que correspondem, cada uma, à captura de uma de suas dimensões. O acontecimento eclode em uma pluralidade de acontecimentos parciais que se projetam em estrela. A disposição sobre a área da página é o local-suporte de uma retórica do discurso. Uma escrita do espaço tomou o lugar da retórica do discurso, que era uma retórica da fala e do tempo. (MOUILLAUD e PORTO, 2012, p. 80-81)

O acontecimento jornalístico então emerge como um fragmento no tempo e no espaço, sendo definido pela importância que a mensagem traz, o que nos remete ao notório aforismo no jornalismo que define o acontecimento quando o homem morde o cachorro, e não o contrário. Segundo Rodrigo Alsina (2009), o acontecimento funciona como um *input*, que vai gerar alguns *outputs*, as notícias, ou seja, o acontecimento é uma forma de percepção do sistema e a notícia, uma forma de geração desse sistema. Assim, entre fato e acontecimento surge a construção diária do jornalista, de onde flui a narrativa jornalística. Para Babo-Lança, “a transformação de um acontecimento em problema público requer um procedimento de publicitação (tornar público), o qual reclama e mobiliza a atenção pública e faz uso das arenas públicas (media, associações ou comitês de cidadãos, assembleias políticas, comunidades científicas, tribunais, etc.) nas quais os media tem um papel importante.” (BABO-LANÇA, 2012, p. 19).

Os processos comunicacionais podem ser relacionados e analisados a partir de várias dimensões da vida social, tais como organização social, economia, sistema político, entre outras. Os acontecimentos jornalísticos não são fatos naturais, mas fatos sociais, construções coletivas. Nesta pesquisa, a atenção se volta para o acontecimento jornalístico proveniente de um processo produtivo, inserido numa sociedade tecnológica que hoje representa inúmeras formas do coletivo, não por comunidades primitivas ou por uma sociedade tradicional, mas

por uma sociedade complexa, onde o interesse exerce forte elo social entre indivíduos autônomos, cada um com suas motivações, contratos e status adquirido. Luiz Cláudio Martino (2013) afirma que o indivíduo hoje participa, exerce papéis sociais e se relaciona em diversas instituições, matrizes e em comunidades efêmeras, ‘bolhas’ que surgem e desaparecem conforme seu interesse e conveniência. Na sociedade complexa o presente é estendido e interligado no espaço e no tempo, os meios de comunicação transmitem uma mistura ou mesmo uma soma de culturas de um homem de todo o mundo, que através da ação em cada plano se condensa pela memória artificial de si mesmo, indo além de sua finitude, de sua própria morte.

Nesse contexto, a tecnologia como força nos processos comunicacionais e o mercado industrial da informação no processo de produção são evidências de modificações estruturais nos meios de comunicação, que trazem o indivíduo como referência. Pensar através da comunicação permite observar e demonstrar os efeitos das relações entre os indivíduos a partir dos processos comunicacionais como explicação do social, como um processo de produção de sentidos, como entendimento da realidade menos pela razão que pela causa. Por conta disso, a questão dos enquadramentos é de suma importância no jornalismo: que temas serão abordados, como serão discutidos? De que forma serão inseridos na pauta diária do público? Como se dá, pelo enquadramento, a interferência na compreensão intersubjetiva desse público? Na opinião de Mauro Wolf, a questão dos temas “se insere na hipótese do *agenda-setting* (agendamento), tematizar um problema significa, de fato, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe relevo adequado, salientar a sua centralidade e o seu significado em relação ao fluxo da informação não-tematizada.” (WOLF, 1992, p. 144).

Assim, o vetor deste trabalho é o acontecimento jornalístico e seu papel integrador de dois campos teóricos, narrativa e discurso. O discurso como um gênero de texto de comunicação que constrói efeitos de sentido sobre a realidade e, a partir do campo enunciativo, propõe leituras sobre os fatos que são dominantes, hegemônicos. A narrativa como uma organização textual da notícia, que supõe a existência de sujeitos personagens, de conflitos ou intrigas como estrutura textual, e de desenlaces ou epílogos. A narrativa pressupõe um pano de fundo de significados culturais que não são ditos, e sim subentendidos.

Pela análise de acontecimentos jornalísticos, no plano teórico de enquadramento aliado à análise de discurso e análise narrativa jornalística, o objetivo é encontrar o *fio de Ariadne*² que permeia os tempos sombrios da ditadura brasileira e os articula ao presente. A Comissão Nacional da Verdade como acontecimento jornalístico possibilita a integração espaço e tempo, todo e parte, diferentes narrativas do real, entrelaçadas pela cultura, pelos meios. Neste trabalho, pretendo seguir o entendimento de Popper (2008) de que a verdade está situada além da autoridade humana, “e devemos retê-la, porque sem essa ideia (de verdade) não pode haver padrões objetivos de investigação, crítica das nossas conjecturas, busca do desconhecido ou procura do conhecimento.” (POPPER, 2008, p. 58).

Na notícia temos a narrativa do fato, elemento discursivo que envolve sujeitos enunciadore, reconfigura práticas sociais e constrói realidades, relata o que deve e o que não deve ser noticiado, num jogo incessante de disputa de sentidos. O acontecimento, na forma de relato jornalístico, abarca critérios de noticiabilidade, hierarquização de fatos, processos produtivos, agendamento e enquadramento que dão forma ao noticiário e que vai participar na construção de realidades sociais e de memória coletiva em pelo menos três níveis, no registro mental, nos arquivos e na pauta pública de determinados acontecimentos. Para Vera França, “o acontecimento, como momento de ruptura e de reorganização, é ordenado através de narrativas, convoca e constitui públicos específicos, descortina campos problemáticos e reorganiza a intervenção de sujeitos sociais” (FRANÇA e OLIVEIRA (orgs.), 2012, p. 9).

Como uma construção discursiva, o acontecimento faz surgir novos sentidos ao desencadear ideias e ações; da mesma forma, enquadra o olhar sobre a linguagem, promove um outro entendimento do objeto pesquisado, mostra alternativas antes improváveis uma vez que estavam esquecidas, e aponta para novos horizontes, possíveis realidades. A ideia de Barthes sobre narrativa ajuda-nos a entender a tessitura do acontecimento jornalístico: “a narrativa se apresenta assim como uma série de elementos fortemente imbricados; (--) um jogo incessante de potenciais, cujas quedas variadas dão à narrativa seu tônus ou sua energia; cada unidade é percebida no seu afloramento e sua profundidade.” (BARTHES, 2011, p. 60). O acontecimento como fato discursivo incorpora os indivíduos no mundo social, promove interação entre agentes sociais e abre portas para a construção de possíveis realidades. Da

² A heroína grega Ariadne salva o rei ateniense Teseu ao lhe dar o fio que o conduz para fora do labirinto onde mora o monstro Minotauro. Vinculado a esse símbolo do labirinto, o fio de Ariadne é constantemente visto como a imagem com a qual se tece a teia que guia o Homem na sua jornada interior, e o ajuda a se desenredar do caminho labiríntico que percorre em sua busca do autoconhecimento.
<http://www.infoescola.com/mitologia/ariadne/>

mesma forma, o acontecimento jornalístico propicia a integração entre discurso e narrativa pela expansão da linguagem, suas leituras, planos e recobrimentos. Barthes cita ainda o poema *Jamais um coup de dés*, de Mallarmé, “com seus ‘nós’ e seus ‘ventres’, suas ‘palavras-nós’ e suas ‘palavras-rendas’ como o brasão de toda narrativa – de toda linguagem.” (BARTHES, 2011, p. 37).

Ademais, é importante ressaltar o valor-notícia como captura dos acontecimentos, os quais, por sua vez, se tornam notícia. “O acontecimento não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; deveria avançar na direção de um materialismo incorporal.” (FOUCAULT, 2010, p. 57). Para Benetti e Fonseca (2010), é do acontecimento vivido que se abastece o acontecimento jornalístico. E ainda, que o acontecimento se revela como uma representação da informação, articulando-se em episódios que agendam esquecimentos, silêncios, linguagem, história, que ora se mostram, ora se escondem pelo enquadramento no processo de elaboração da notícia. O sentido das notícias está relacionado à forma de observar e interpretar o mundo que elas mesmas propõem, sendo que a informação jornalística vincula-se a valores mais amplos que a notícia.

No jornalismo, a Comissão Nacional da Verdade como acontecimento constitui o fato narrado que envolve situações fora da normalidade como rupturas, conflitos e problemas, amiúde esquecidos, o que pode desencadear uma nova pauta na praça pública e nas instituições. Na análise do material empírico desta dissertação, encontramos a CNV como acontecimento noticioso sempre a se embrenhar pelo texto, a penetrar nas leituras mais superficiais às mais profundas do discurso, nas instâncias da narrativa quanto à expressão, à história e seu conteúdo, e às metanarrativas como tema de fundo, acontecimento entrelaçado às malhas e fios das narrativas jornalísticas que, neste trabalho, revelam a narrativa do fato, uma formulação discursiva que parte do enquadramento – que considero “esse corte instantâneo no devir do mundo” (RICOEUR, 2007, p. 446) –, nos enredando em outros efeitos de sentido e efeitos de real, seja pela construção da memória seja pelo esquecimento, pelo dito e o não-dito.

DISCURSO E NARRATIVA

Discurso

“Gostaria de ter atrás de mim uma voz que dissesse: ‘É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar as palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem.’” Foucault, em “A ordem do discurso”

Os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos (Foucault, 2010). E ainda, os discursos devem ser vistos como práticas descontínuas, que às vezes se entrelaçam, mas também se ignoram ou se excluem. Eni Orlandi (2009), por sua vez, afirma que o discurso é o efeito de sentidos entre locutores num processo de constituição dos sujeitos, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, e produção de sentidos, além da transmissão de informação. Ademais, o discurso é a materialidade específica da ideologia, e a língua é a materialidade específica do discurso, trabalhando a relação língua-discurso-ideologia.

Para Paul Ricoeur (2012), os verdadeiros discursos estão inscritos na alma, de certa forma como uma imagem do que é vivo na memória, do que está pronto a ser cultivado, semeado, discursos como sementes, como escrita viva. Em relação ao discurso escrito, Ricoeur considera a impressão como afecção que resulta do choque de um acontecimento notável, marcante, e afirma: “a questão levantada por essa impressão-afecção é, então, dupla. Por um lado, de que maneira ela é preservada, como persiste, seja ela lembrada ou não? Por outro lado, que relação de significância ela mantém com respeito ao acontecimento marcante?” (RICOEUR, 2012, p. 34).

Seguindo os rastros do acontecimento notável na vida humana, cabe inferir que o discurso abrange a narrativa ao introduzir personagens e discorrer sobre ações dessas personagens, e

que o discurso encontra a narrativa, no plano da metanarrativa, ao dispor de um pano de fundo de significados culturais subentendidos. Da mesma forma, podemos perceber a relação de significância do discurso com o acontecimento através de um movimento discursivo entimemático (Barthes, 2011), que é uma forma de silogismo onde uma das premissas ou um dos argumentos fica subentendido, por exemplo: ‘O Brasil merece a verdade’.

Discurso jornalístico

O discurso jornalístico constitui a notícia como uma mensagem emitida, sendo que um dos elementos necessários para a produção do relato é a sua publicação. (Rodrigo Alsina, 2009). E ainda, o discurso jornalístico como notícia é um conjunto de informações, fatos que se transformam em acontecimentos e temas.

Da mesma forma, o discurso jornalístico deve ser tratado como formação discursiva, o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição ideológica: são os *frames*, enquadramentos como processo de construção da notícia; ainda, pode ser visto como a tribuna onde se encontram o interdiscurso e o intradiscurso. Segundo Eni Orlandi (2009), o interdiscurso é tratado como a memória e a constituição do já-dito e por isso mesmo do dizível, e o intradiscurso, como a formulação do que está sendo dito naquele momento e em determinadas condições, o que inclui os esquecimentos ideológicos. É plausível inferir que por causa do eixo interdiscurso-intradiscurso, Rodrigo Alsina (2009) venha afirmar que a função do discurso jornalístico é contextualizar o fato mencionado ou acontecimento, mais do que compreendê-lo ou selecioná-lo.

Para Charaudeau (2006), o discurso jornalístico tem-se permitido alguns deslizes do tipo ‘Veja o que se passa’ ou ‘Eis o que deveriam fazer’. Em sua opinião, “o dizer das mídias deixou o que deveria ser um discurso da constatação, da informação, do testemunho (o jornalista permanecendo de fora) e passou a uma *denúncia* generalizada (o jornalista se envolvendo sem dizê-lo).” (CHARAUDEAU, 2006, p. 294).

Tomando os trabalhos da CNV como referência e a sequência descontinuidade-continuidade do acontecimento jornalístico como construção da notícia, considero oportuna e verdadeira a afirmação de Sergio Porto: “o discurso jornalístico é assim o exercício de vitimação e catarse através do qual a sociedade se livra de determinados males.” (PORTO, 2010, p. 57)

Narrativa

“A narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa.” Roland Barthes, em *Análise Estrutural da Narrativa*

Claude Bremond (2011) nos diz que toda narrativa consiste em um discurso integrando uma sucessão de acontecimentos dotados de significação, pois estão necessariamente relacionados ao interesse humano, e organizados em uma série temporal estruturada. Por sua vez, Barthes (2011) afirma que a forma da narrativa tem o poder de distender os signos ao longo da história, e agregar expansões imprevisíveis nestas distorções pela inserção de unidades que vêm de outras sequências ou episódios, cuja integração irá permitir orientar a compreensão dos acontecimentos imbricados.

Claude Lévi-Strauss, num artigo intitulado *A Estrutura e a Forma – reflexões sobre a obra de Vladimir Propp*, afirma que a narrativa consiste, simultaneamente, numa sucessão de acontecimentos ‘no tempo’ e ‘fora do tempo’, quer dizer, seu valor significante é sempre atual. (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 225). Por sua vez, o autor Vladimir Propp, em *Morfologia do Conto Maravilhoso*, afirma que todo desenvolvimento narrativo parte de um dano ou uma carência que implicam uma busca, funcionando como o nó do acontecimento-intriga, passando por funções intermediárias, sequências ou episódios e terminando com o desenlace ou reparação do dano. Para Propp, um sistema de informações se desenvolve na narrativa ligando um episódio a outro, sendo que a informação também pode ser omitida ou tomar o aspecto de um diálogo. O fato é que as personagens devem conhecer alguma coisa – uma informação, uma conversa, sinais, queixas, calúnias -, para começar a agir. “E é assim que a narrativa ‘anda’: a estrutura ramifica-se, prolifera, descobre-se – e recobra-se: o novo não cessa de ser regular.” (BARTHES, 2011, p. 61)

Narrativa jornalística

A pirâmide invertida com a estrutura dos quês como diferentes fios discursivos – quem, o que, quando, onde, como e porque – representa no jornalismo o processo de elaboração da notícia, que traz a personagem como eixo central da narrativa, e o aqui e o agora como determinantes da realidade relatada. Assim, o acontecimento jornalístico se articula em episódios que se estendem e se entrelaçam no tempo e no espaço, a narrativa noticiosa sendo continuamente reescrita, e instituindo uma instável ‘vontade de verdade’ foucaultiana, instável já que novos fios e leituras surgem a cada novo episódio relatado.

O processo produtivo de um acontecimento jornalístico envolve fases como agendamento, edição, publicação e distribuição, não prescindindo do seu aspecto discursivo. Na opinião de Célia Mota, “como quem molda um vidro no fogo, a narrativa própria da instituição jornalística vai tomando forma até se transformar numa versão de um fato, numa notícia com sua carga de assertividade e de intenção de verdade.” (MOTA, 2012, p. 208). Da mesma forma, a narrativa jornalística constitui uma experimentação da realidade, permitindo saber rapidamente sobre a ‘complexidade do mundo imediato e configurá-lo em enredos minimamente coerentes’, nos diz Luiz Gonzaga Motta, que arremata serem as narrativas jornalísticas “a instituir verdades efêmeras que serão continuamente refeitas, constituindo a instável atualidade.” (MOTTA, 2012, p. 233).

Processos produtivos da notícia

Neste estudo, o paradigma da construção da notícia é abordado através do agendamento, que se dá por um processo de comunicação complexo de efeitos cognitivos, correspondendo à mudança na forma de compreender o fenômeno comunicacional, que passa da simples transmissão de informação para um processo de construção social. Os precursores, Bernard Cohen, W. Lippman e H. Lasswell (Dearing, 1992), afirmam que os meios de comunicação propõem as temáticas, pautam as conversações, dirigem a atenção social, enfim, dizem não *como* pensar mas *sobre* o que se deve pensar. Para Elihu Katz (2000), os meios de comunicação provocam – a propósito de uma dada inovação – uma tomada de consciência que em si mesma não é suficiente para acarretar a adoção desta inovação, mas que leva os indivíduos em jogo a se voltarem na direção de outras fontes de influência; o autor salienta que o agendamento pode tratar de assuntos sem alcance direto sobre a vida do público em questão: “vários destes efeitos afetam as elites institucionais persuadidas da onipotência dos meios de comunicação sobre as massas. A ironia quer que um poder não comprovado não fique sem efeito.” (KATZ, 2000, p. 9). Na opinião de Lazarsfeld e Merton (1948), o agendamento pode influenciar *o que é preciso não pensar e o que é preciso não dizer*. Na medida em que os meios de comunicação têm exercido influência sobre seus públicos, este fato deve-se não apenas ao que é expresso, sobretudo ao que não é expresso nem dito, recusando-se a levantar as questões essenciais no tocante à estrutura social, enfatizando o conformismo e oferecendo bases restritas a uma avaliação crítica da sociedade.

A hipótese de agendamento enunciada por McCombs e Shaw (1972) era a de que os meios de comunicação estabeleciam a agenda de questões sociais para discussão pública ao pautarem

quais seriam os assuntos importantes de se pensar, ponto em que os meios eram considerados manipuladores na relevância dos assuntos. Durante os anos 80, pesquisadores estavam mais voltados para áreas onde os meios comunicacionais exerciam efeitos diretos: atenção, pensamento, memória, cognição. De acordo com Enric Saperas (1987), a função de agendamento ressalta que a relação direta e causal entre o conteúdo da agenda dos media e a subsequente percepção pública das pautas importantes do dia geram efeitos resultantes da capacidade simbólica dos meios de comunicação de massas para estruturar a opinião pública. Não são processos de persuasão e sim efeitos cognitivos ligados a informações e conhecimentos da opinião pública, principalmente no que concerne à comunicação política. Os efeitos cognitivos são reconhecíveis quando se produz uma semelhança entre a agenda dos media e a agenda pública. Para o autor, a existência de determinados itens de atualidade se reconhece no discurso dos media, sendo que estes itens de atualidade se constituem nas unidades de relevância de conteúdo que, consideradas em seu conjunto e mediante sua repetição durante um período, vão determinar a agenda dos media. Para Lang e Lang, o ponto de contato entre a agenda dos media e a agenda pública são os assuntos (ou questões) – um conhecimento público ou coletivo – como preocupações pessoais, percepções mais significativas de questões públicas, alternativas políticas para os cidadãos, uma controvérsia pública ou resultados eleitorais (Saperas, 1987). Por sua vez, Becker, McCombs e McLead identificam quatro tipos de agendas: intrapessoal; interpessoal (regula as expectativas de comportamento simbólico de um grupo); agenda da mídia; agenda pública. Por outro lado, Saperas (1987) afirma que há evidente ambiguidade teórica sobre qual é a origem da agenda da mídia, em relação aos grupos de pressão (líderes e organizações políticas ou outro tipo de instituição social), nos estudos sobre a comunicação política.

A hipótese do *agenda-setting*, na revisão promovida pelos próprios McCombs e Shaw (1972), também adota o termo enquadramento; o jornalismo como produtor de enquadramentos em vários níveis, o *zoom* do agendamento, em suas mais diversas formas e ângulos. Para Ronaldo Henn (2012), isso significa que além das notícias, “a mídia também estipula as categorias através das quais os consumidores podem tematizá-las. Nessa perspectiva, as pessoas elaboram seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo.” (HENN, 2012, p. 173). Ao relacionar as categorias analíticas que integram o *corpus* de análise deste estudo, percebemos que tais objetos de análise derivam de enquadramentos reveladores do uso e abuso da memória, não só como uma forma de

organização do esquecimento, como também como uma memória ora manifesta ora manipulada.

Assim, a organização da memória ocorre, na notícia, pelos enquadramentos, que constituem os desdobramentos do agendamento, uma *agenda de atributos*, como bem menciona David Weaver (2007). Para ele, os atributos são os enquadramentos (especificações do objeto), que variam conforme sua importância. Neste estudo, as agendas de atributos referem-se aos relatos da CNV, que incluem tanto os depoimentos de vítimas da ditadura como os de acusados de praticarem tortura, além de testemunhos de civis e militares e ações praticadas durante o regime militar por todos esses enunciatários do discurso, os personagens da narrativa. Essas agendas de atributos foram chamadas por Weaver de “segundo nível” da agenda, sendo que o enquadramento está neste segundo nível – que não é nem mais específico nem mais ou menos profundo que o agendamento – é um desdobramento do próprio agendamento; são perspectivas e *frames* usados pelos jornalistas para chamar a atenção para determinados atributos dos objetos da cobertura de notícias – o acontecimento.

É pertinente o conceito de atualidade utilizado por Martino (2009) como uma dimensão virtual da notícia, que interliga e unifica as existências individuais. A noção de atualidade expressa uma dinâmica dos acontecimentos que ultrapassa um recorte temporal, cujo conceito constitui premissa fundamental para a análise de matérias sobre a Comissão Nacional da Verdade, visto que se trata de investigar e narrar fatos ocorridos no passado, com repercussão no presente, e que produz desde já efeitos cognitivos.

Com vistas à autonomia na área de comunicação devemos recorrer aos próprios conhecimentos, e para tanto vamos utilizar o dado empírico que explica, quer dizer, o acontecimento jornalístico relativo àqueles fatos que se destacam e merecem ser noticiados. Ao longo de todo este estudo, na análise das matérias apresentadas, a escolha do caminho é pelo desdobramento dos acontecimentos como uma agenda de atributos, enquadramentos ou *frames*, o enfoque dado ao acontecimento, os silêncios, os ditos e não-ditos de um tempo que se estende para frente e para trás da notícia.

DUAS VERTENTES METODOLÓGICAS

A leitura de acontecimento pode se ligar intimamente à leitura enunciativa e à leitura argumentativa, e nestes dois aspectos, tem o poder de aproximar-SE com desenvoltura duas vertentes metodológicas, a análise crítica da narrativa e a análise de discurso. (ANEXOS, p.169)

Análise de discurso em seis leituras

A metodologia utilizada no Primeiro Tempo deste estudo encontra-se em *Análise de Discurso – o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada*, de Sergio Dayrell Porto, que propõe ‘a dupla tarefa de construir desconstruindo’, para em seguida praticar a reposição de sentidos através da desmistificação e da hermenêutica como técnica interpretativa das narrativas midiáticas. Na metodologia de Análise de discurso em seis leituras, o importante é a construção dos dispositivos analíticos, definidos a partir da questão que desencadeia a análise, a sua finalidade e a natureza do material. Neste sentido, podemos nos remeter a Propp (2010) quando diz que o conto poderia se dispor em uma ‘construção em camadas, semelhante aos estratos dos sedimentos geológicos. Nele, as camadas mais antigas se combinam com outras mais recentes e com as atuais.’ Por sua vez, Michel Foucault afirma que “o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros.” (FOUCAULT, 1984, p.5).

O objeto de análise do Primeiro Tempo inclui a retranca, a manchete e o lide como malha discursiva, e ainda seis malhas discursivas destacadas da íntegra do discurso de Dilma, que conferem unidade de sentidos ao discurso. A análise apresenta Dilma Rousseff e os ex-presidentes Collor, Sarney, FHC e Lula como sujeitos enunciadorees da história do presente e

do passado que se interpenetram, e ainda a Comissão da Verdade como fator preponderante no desencadeamento da notícia. As partes analisadas da matéria mostram os fios do discurso que tecem as malhas discursivas, evidenciando arquivos polissêmicos, sentidos denotativos e conotativos, referências documentais, sujeitos enunciadore e enunciatários, argumentação retórica de interlocutores e novos fatos e acontecimentos a porvir no discurso jornalístico.

Os sujeitos e ações estão indicados nas malhas discursivas que os condicionam ao que é dito e não-dito. Na leitura das camadas interpretativas da matéria, a tentativa é a de atribuir às falas como advindas de sujeitos conectados por raízes que se espalham por toda a parte, a qualquer tempo. A questão que desencadeia a análise de discurso é a instalação da Comissão da Verdade, os caminhos e fios do discurso político que possibilitam as seis leituras interpretativas com o intuito de revolver e decompor as camadas e puxar os fios da compreensão dos sentidos da verdade ‘outra mesma’. Sendo assim, Porto dispõe a análise em seis leituras interpretativas:

1) Leitura polissêmica: multiplicidade de sentidos e uma pluralidade de significantes no discurso. As palavras são lançadas como projeções, explosões, sabores, no dizer de Barthes, ‘a escritura faz do saber uma festa’, e no dizer de Porto, ‘a polissemia mostra o esplendor da linguagem que atinge o seu ponto culminante na linguagem poética.’ Por outro lado, para o autor, já o título de uma matéria, de um artigo deve manter algumas possibilidades de compreensão e não obstruir a liberdade interpretativa para o receptor. Ainda, que o campo da leitura polissêmica é o da intuição e o da inteligência sensível, compõe-se de gostos, de entendidos e não-entendidos, traz o signo de pelo menos duas faces como embrião da linguagem, sugerindo que os sentidos sempre podem ser outros.

2) Leitura parafrástica: dito, revela tanto a ideia dominante e central do discurso quanto suas formações discursivas, que são o que pode e deve ser dito. Para Orlandi (1994), formações discursivas determinam uma posição pelas diferenças, pelas contradições, sendo o lugar de constituição e confronto dos sentidos e da identificação dos sujeitos. A leitura parafrástica revela formações discursivas que se repetem em diversas situações por meio de argumentos, ênfase e figuras de linguagem. Porto utiliza a definição de Greimas, no *Dicionário de Semiótica*, onde ‘paráfrase é uma operação metalinguística que consiste em produzir, no interior de um mesmo discurso, uma unidade discursiva que seja semanticamente equivalente a uma outra unidade produzida anteriormente.’ Pelo sentido de paráfrase, segundo Porto, o texto deveria estar vinculado a algum paradigma, fazer parte de alguma corrente de

pensamento e propor-se a certos objetivos verificáveis pela pesquisa. “É o momento de se observar as intenções dos interlocutores, ver em que medida inovam, em que medida insistem nas mesmas ideias.” (PORTO, 2010, p. 28)

3) Leitura arqueológica: já-dito, busca referências documentais, históricas, malhas e tramas nodais, fios de espera do já-dito, já-visto, já-ouvido, mostra discursos anteriores, descontínuos, relaciona-os com acontecimentos presentes e futuros e cria novas possibilidades de compreensão do discurso. É o momento de busca da arca – que não está perdida, segundo Porto, é o momento de descobrir as funções simbólicas do discurso, de “buscar as malhas e tramas nodais fundamentais, os fios de montagem, as malhas básicas que sustentam as narrativas expressivas do conhecimento humano. (--) Exemplo disso são as malhas de fios de espera, malhas provisoriamente largadas, malhas perdidas e malhas acrescentadas.” (PORTO, 2010, p. 31). O conceito arqueológico de Foucault é ainda lembrado como possibilidade de saber de determinadas condições históricas da própria história, mostrando a existência de discursos anteriores ao discurso analisado neste estudo, que podem evidenciar outros acervos, outros ditos, outros poderes.

4) Leitura enunciativa: identifica os sujeitos enunciadore e enunciatários (receptores) que ‘vão dar vida narrativa’ ao sentido dos discursos, bem como campos de ação com sujeitos despersonalizados, como os torturados e desaparecidos, veladamente presentes no discurso em análise. Porto afirma que como parte integrante do discurso, o sujeito se utiliza da linguagem que se viabiliza por meio de enunciados expressos no eixo duplo da linguagem, vertical e horizontal, semântica e sintaxe, respectivamente. Assim, a fala e a expressão linguística só existem com a ação de sujeitos, nomes e substantivos, e o sentido dos discursos está no confronto entre a estrutura da língua e a presença da história. Neste ponto se encontra o discurso de abertura da CNV transformado em acontecimento pelo jornalismo *online*, os desdobramentos desse acontecimento em episódios povoados de enunciadores e suas ações. Para Porto, é a hora de ‘vamos dar nome aos bois’, numa busca de sentido das coisas, numa atitude interpretativa.

5) Leitura argumentativa: retórica, analisa as ideias e argumentos do discurso de modo crítico, identifica a presença da lógica aristotélica por meio de silogismos, da persuasão e da retórica, identifica as metáforas (deslocam os sentidos), os símbolos (restringem a significação a um uso comum), as alegorias (abrem a significação para novas possibilidades), e propicia a interrogação hermenêutica de interpretação do texto discursivo. As empresas

jornalísticas como sujeitos de enunciação, por exemplo, irão analisar e defender as ideias presentes no texto jornalístico a partir de determinados desdobramentos e frames, por meio de enunciadores e suas negociações no campo da argumentação. Porto menciona Fausto Neto, que afirma em entrevista concedida ao *site* Terra: são “discursos de negociação, fundados numa certa simetria, uma vez que o sujeito fala para parceiros e, principalmente, para aqueles a quem possa demover de posições de resistência em que se encontram, enquanto adversários” (FAUSTO NETO, 2010, p. 7). Porto afirma que todo discurso traz dentro de si a presença de um outro, permitindo que outras formações discursivas que não a do próprio discurso venham a interferir em sua proposta discursiva.

6) Leitura de acontecimento: revela o encontro entre linguagem, silêncios, esquecimentos e história, traz informações e possibilita ao analista puxar os fios de espera na interpretação circular do discurso e desvendar fatos novos da ‘coisa mesma’. Através da leitura de acontecimento que se nota os esquecimentos, imposições ideológicas ou fisiológicas, afirma Porto, é o momento da fratura discursiva, da ilusão dos sujeitos envolvidos. O conceito de acontecimento no jornalismo está evidente nesta leitura: “O jornal e a mídia em seu conjunto – não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam um real já domesticado. (--) A hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito de ‘fato’.” (MOUILLAUD e PORTO (org.) 2012, p. 51). Neste diapasão, o acontecimento carrega o fato como embrião da notícia. No dizer de Sergio Porto, “o acontecimento depende de narrativas em que se envolvem diversos sujeitos e várias situações contextuais e históricas, exigindo das situações aí criadas uma série produtiva e receptiva de sentidos.” E conclui: “a leitura de acontecimento depende diretamente do bom funcionamento das leituras e posições enunciativas, argumentativas e arqueológicas. Muito próximas estão, portanto, a análise de discurso da análise crítica narrativa.” (ANEXOS, p. 170)

Análise crítica da narrativa jornalística

A metodologia utilizada no Segundo Tempo deste estudo baseia-se em *Narratologia e Análise Crítica da Narrativa*, de Luiz G. Motta, que tratam de métodos e procedimentos para análise da narrativa. Tais procedimentos não seguem um modelo fechado, mas procuram orientar-se pela reformulação discursiva (acontecimento jornalístico), reconstrução das personagens jornalísticas, identificação da estratégia narrativa e sua análise e revelação das metanarrativas.

Segundo Motta, a narratologia nasce do esforço dos analistas em decompor as partes componentes das histórias narradas e gradualmente se transforma no ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos da sociedade, “procurando entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, da compreensão e da expressão narrativa da realidade. A produção cultural de sentidos é, portanto, um fator prévio que implica e engloba a narratologia.” (MOTTA, 2010, p.13) Para ele, as narrativas são fundamentalmente fatos culturais (não apenas literários) e uma forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação.

As personagens principais, secundárias e figurantes, suas ações e conflitos principais e secundários serão identificados e nomeados no Segundo Tempo de análise. É importante ressaltar que todos os tipos de personagens presentes na análise da narrativa se definem pelo que fazem, e não pelo que são como pessoas reais com características psicológicas, emocionais e intelectuais pertinentes a cada um. “O enunciador constrói as personagens de acordo com suas intenções comunicativas, e através da argumentação antes retórica que dialética remonta e reconstitui os atores sociais, mostrando e ocultando alguns traços em detrimento de outros. Forma-se então a malha discursiva e seus fios, que é indissociável das falas e ações das personagens na narrativa jornalística.” (FONSECA, 2012, p. 99).

Para Gonzaga Motta (2013), a análise crítica da narrativa jornalística enquanto um processo de coprodução de sentidos possibilita a compreensão do processo de comunicação narrativa jornalística, de suas ideologias, as relações de poder entre os interlocutores, a posição e os enquadramentos do veículo, o papel das personagens nos conflitos da narrativa, os jogos de linguagem do jornalismo (ironias), os efeitos de sentido. Evidencia-se uma narrativa jornalística como história do presente, com as tecnologias da informação que dilatam o presente cotidiano, adquirindo um sentido histórico (de passado), que expande a consciência histórica. O caminho é a busca do sentido, sendo que o texto da notícia é apenas o ponto de partida para a análise, para produzir significado. As narrativas só existem em contexto, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob a pena de perderem o seu objeto determinante.

Pela análise da narrativa, há pelo menos três narradores na comunicação jornalística: o veículo, o jornalista, a personagem. E ainda, que há três instâncias de análise operacional da narrativa: 1. plano de expressão (linguagem ou discurso); 2. plano da estória (ou conteúdo); 3. plano da metanarrativa (tema de fundo):

1. **Plano da expressão:** superfície do texto. Recursos de linguagem tais como metáforas, ironias, hipérboles, comparações, interrogações, bem como flashbacks, dêiticos, infográficos, ilustrações.
2. **Plano da estória:** plano virtual da estória projetada, plano da diegese (universo da significação), do *como se*. Da mesma forma, o plano da estória compreende a caracterização das personagens, os conflitos principais e secundários, as micro e macro estruturas que configuram a narrativa.
3. **Plano da metanarrativa:** evoca imaginários culturais, com temas ou motivos de fundo ético ou moral como fé, fidelidade, revolução, conspiração, corrupção, exploração, traição, temor à morte, o crime não compensa, o herói, erro e castigo, triunfo e recompensa, e outros.

A partir das três instâncias de análise, Motta (2013) define os procedimentos analíticos em sete movimentos:

1º. Movimento: compreender a intriga como síntese do heterogêneo. Conhecer os encadeamentos básicos do ciclo *degradação-reparação-melhoramento*; o enredo como agente organizador das partes, com início, meio e fim do episódio ou acontecimento-intriga; reconfiguração sintética, sinopse ou storyline das sequências, com os conflitos, pontos de virada, papéis de cada personagem e episódios.

2º. Movimento: compreender a lógica do paradigma narrativo, ir mais fundo na essência da narrativa, com as conexões e elos de causalidade entre os incidentes da intriga e assim fazer surgir o universal do singular, o verossímil do episódico, sendo o universal aquilo que é de acordo com o que deveria ser. O reconhecimento catártico também confere universalidade à narrativa. Para Motta (2013), o analista precisa encontrar os fios que alinhavam a trama ou outra narrativa qualquer. “Mantendo a ideia de fio, continuidade, seguimento ou conexão, fica mais fácil compreender as propostas para encontrar as conexões, o *caminho de Ariadne* das narrativas. A metáfora do fio é útil porque ajuda o analista a fixar a ideia de trilha e encontrar a lógica narrativa em sua análise empírica.” (Motta, 2013, p. 151)

3º. Movimento: deixar surgirem novos episódios, unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, com ações autônomas.

4º. Movimento: identificar, no plano da estória, os conflitos dramáticos. Para Motta (2013), conflito dramático é equivalente ao frame, enquadramento, onde o narrador organiza a difusa realidade que pretende relatar. Os conflitos no jornalismo permanecem pendentes de novos fatos e mantêm as expectativas e tensões do discurso noticioso. O conflito dispõe as ações e personagens na estória, tecendo a trama.

5º. Movimento: tem seu foco na personagem como persona da narrativa. Motta (2013) afirma que a personagem é como figura de papel que, no relato jornalístico, representa um ser humano, realiza a ação, mas pode também representar um conceito, como a memória, por exemplo; Como figura central da narrativa, a personagem é o eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga; são os protagonistas, antagonistas, adjuvantes, heroi-vilão, etc.. que conduzem a efeitos de real e de sentidos. As personagens que as notícias relatam habitam a realidade da própria narrativa, que é fática, referencial, e guardam uma relação estreita com a pessoa, o ser real objeto da narração.

6º. Movimento: busca revelar as estratégias argumentativas. Motta pondera que toda narrativa é argumentativa, é um permanente jogo entre os efeitos de real (aqui e agora do jornalismo, as citações conferindo veracidade, os lugares, os nomes próprios) e os efeitos de sentido (memória cultural, comoção, dor, compaixão, ironia).

7º. Movimento: permite às metanarrativas aflorarem. Categorias mitológicas e ideológicas sobem à superfície. Os conflitos que configuram a intriga e ações das personagens são manifestações de conflitos mais profundos, de ordem ética e moral. É o plano da estrutura de fundo.

Fios e malhas discursivas

Quando um homem dorme tem em torno de si, como um aro, o fio das horas, a ordem dos anos e dos mundos. Ao despertar, consulta-os instintivamente, e, em um segundo, lê o lugar da terra em que se acha, o tempo que transcorreu até seu despertar;” Marcel Proust, “Em busca do tempo perdido”, volume 1 (No caminho de Swann)

Plagiando Gonzaga Motta (2004) em seu artigo *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*, pergunto: Onde encontrar os fios que conectam as histórias e tornam os acontecimentos compreensíveis? E Motta prontamente dá a resposta: um novo tipo de acontecimento vinculado ao jornalismo vislumbra hoje uma outra história, diferente. E logo penso: Como? E respondo: Pelos fios que atravessam as cordas do tempo e do espaço do

homo narrans na era do jornalismo digital. É preciso, pois, organizar, estruturar, conceitualizar estes fios para que no campo da comunicação sejam úteis e não apenas metafóricos.

A estrutura de fios e malhas discursivas integra ambas as metodologias de análise deste trabalho através das leituras discursivas e dos planos de análise da narrativa. Essa estruturação textual dos fios baseia-se no trabalho de Maria Emilia Lima (1990): *A construção discursiva do povo brasileiro – os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*, onde se lê:

(o discurso) pode ser considerado como o fio de montagem, como o texto de referência em relação aos discursos que lhe sucederão. Podemos dizer também que este discurso traz ‘malhas’ que serão tecidas na primeira época do governo Vargas; outras ‘malhas’ serão colocadas em um fio de espera (como é o caso para o que diz respeito aos trabalhadores rurais); outras ‘malhas’ serão provisoriamente largadas, ‘malhas’ serão perdidas; e, finalmente, ao longo da prática discursiva populista de 1º de maio, outras ‘malhas’ serão acrescentadas. (LIMA, 1990, p. 118)

Porto (2010) menciona a mesma estrutura dos fios e malhas em *Análise de Discurso – as seis camadas de leitura em massa folhada*:

Admitindo-se que os textos são tecidos, malhas que podem ser mais bem vistas sob o reflexo da luz, buscar as malhas e as tramas nodais fundamentais, os fios de montagem, as malhas básicas que sustentam as narrativas expressivas do conhecimento humano, assim como outras malhas, tecidos visíveis nos textos e nas práticas culturais que, embora não sendo preponderantes, exercem papéis fundamentais para a compreensão do discurso. Exemplo disso são as malhas de fio de espera, malhas provisoriamente largadas, malhas perdidas e malhas acrescentadas. É o momento da busca do já dito, do já visto, do já ouvido e que trará uma relação expressiva e significativa com as coisas dizíveis, com as coisas que ainda vão acontecer. (PORTO, 2010, p.30-31).

A estruturação do texto como malhas e fios discursivos constitui inicialmente uma abordagem alegórica, visto ser uma metáfora em movimento: os fios se interligam uns nos outros, possibilitam distinguir os acontecimentos, diferenciar as camadas e níveis da narrativa, e se engendrarem para formar ‘outras mesmas’ malhas discursivas. Considerando, então, que as malhas e fios discursivos são estruturas específicas (fios nodais, fios de referência, fios de espera, malhas discursivas), constitutivas da tessitura da narrativa, é possível consequentemente relacionar as representações sociais com os fios e camadas do discurso. E ainda, os fios e malhas discursivas da matéria impedem que os sentidos da narrativa jornalística escapem e desse modo captam os acontecimentos como representações da realidade social.

O fio de Ariadne vai permear o acontecimento de criação da CNV e os episódios subsequentes, passando pelos tempos sombrios da ditadura brasileira e os articulando ao presente. Considerando a afirmação de Luiz Claudio Cunha (2013) de que “o jornalismo é a atividade humana que parte essencialmente da pergunta, não da resposta”, indagar pelos diferentes fios e malhas do relato jornalístico nos conduz por caminhos inumeráveis sobre o já-dito, o não-dito e o ainda por-dizer, os quais nos permite a estruturação textual deste trabalho, em ambos os métodos de análise, como segue:

- **Fios de referência:** informações objetivas como data, local, personagens; dado sentido subjetivo do texto, que dá margem a diferentes sentidos e sinais acerca dos acontecimentos; camada polissêmica e camada parafrástica; plano da expressão.
- **Fios de espera:** fatos já ditos e transformados em acontecimento que sofreram dentro do texto uma descontinuidade; possíveis narrativas que aguardam por novos acontecimentos para um próximo desdobramento da notícia, ou então simplesmente esquecidos; camada arqueológica, camada de acontecimento; plano da história, plano da metanarrativa.
- **Fios nodais:** informações e acontecimentos principais do discurso; camada arqueológica, camada de acontecimento; personagens e plano da história.
- **Malhas discursivas:** unidades autônomas do próprio texto, a tessitura da narrativa; camada enunciativa e camada argumentativa; as três instâncias de análise.
- **Fios e malhas discursivas:** atributos, itens de atualidade, enquadramentos que tecem o acontecimento-intriga. Produzem o entrelaçamento do intradiscurso e do interdiscurso. Para Eni Orlandi, (2009), entende-se o interdiscurso como a memória e a constituição do já-dito e por isso mesmo do dizível, e o intradiscurso como a formulação do que está sendo dito naquele momento e em determinadas condições, o que inclui os esquecimentos ideológicos. Daí surge possivelmente, segundo a autora, a ilusão de considerar o discurso como a origem do que se diz, ao passo que ele abarca silêncios fundantes da dominação, ou da resistência. Forma-se desse modo malhas que interligam materialmente a língua e a história, ao alcance cotidiano da opinião pública pela narrativa jornalística. Neste ponto, vale lembrar que a estrutura e o acontecimento da narrativa integram fenômenos que se encontram em níveis diferentes nas escalas de duração e de eficiência, cabendo à narrativa entrelaçá-los. (Ricoeur, 2007)

ANÁLISE DO OBJETO: DITOS E NÃO-DITOS

“Parece-me que os acontecimentos são mais vastos do que apenas o momento em que ocorrem e que não conseguem caber neles por inteiro. Decerto, transbordam para o futuro pela memória que deles guardamos, mas pedem também um lugar ao tempo que os precede.” Marcel Proust, em *“Em busca do tempo perdido”*, volume 5 (*A prisioneira*)

Primeiro Tempo pela Análise de discurso em seis leituras

O *corpus* de análise do Primeiro Tempo compreende sete malhas discursivas extraídas da **Folha de S.Paulo** digital, que introduz e divulga na íntegra o discurso da presidente Dilma na instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). As partes analisadas mostram os fios do discurso que tecem as malhas discursivas, evidenciando arquivos polissêmicos, sentidos denotativos e conotativos, referências documentais, sujeitos enunciadore e enunciatários, argumentação retórica de interlocutores e novos fatos e acontecimentos a porvir na narrativa jornalística. A seguir, a análise de discurso do Primeiro Tempo, em sete malhas discursivas: *“Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade”* (FOLHA DE S.PAULO digital, 16/05/2012)

Discurso de Dilma

Malha discursiva 1

A matéria introduz o discurso de Dilma e abre o relato em análise por meio das respectivas retransmissão e manchete:

PODER

Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade

A leitura parafrástica acima é denotativa ao relacionar os termos **poder** e **verdade** como extrinsecamente imbricados pelo significante das palavras, e conotativa quanto ao significado intrinsecamente conectado pela relação língua-discurso-ideologia, tanto por parte do veículo de enunciação que abre espaço para a íntegra do discurso aos enunciatários (leitores) quanto pelo discurso político da presidente Dilma. O relato jornalístico, contendo o lide, vem a seguir:

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quarta-feira (16) a instalação da Comissão da Verdade, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto. Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor e José Sarney participaram do ato.

A Comissão da Verdade, formada por sete integrantes, terá a missão de investigar e narrar violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 (que abrange o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra até a publicação da Constituição Federal).

A leitura enunciativa identifica o contexto imediato, as circunstâncias da enunciação: a instalação da Comissão da Verdade pelo sujeito enunciador: a presidente Dilma e os ex-presidentes como sujeitos simbólicos da história na confluência de dois eixos, o da memória e o da atualidade. No parágrafo seguinte surgem novos sujeitos enunciativos, os sete integrantes da Comissão, cuja missão de investigar e narrar violações aos direitos humanos aponta para fatos no passado que interferem no presente, e a relação de poder e de sentidos que decorre do acontecimento jornalístico relatado, indicando que uma ação, uma fala, um discurso resulta de projeção com outras ações, falas, discursos passados ou futuros. Dá-se então a troca de lugar do sujeito no discurso pela posição discursiva do sujeito quanto ao contexto sócio-histórico e à memória. Os fios de referência puxam as datas históricas definidoras do tempo a ser investigado e revelam a camada arqueológica pertinente ao governo Dutra e a publicação da Constituição de 88 como marco na defesa dos direitos humanos.

A primeira malha discursiva revela imagens que surgem como mensagens vindas do inconsciente ‘recolhido’ para o consciente expresso na narrativa jornalística da *Folha.com* por meio de palavras como **poder**, na retranscrição da matéria, **verdade**, no lide, e ainda **violações**, **direitos humanos**, **governo**, constantes no sublide. O encadeamento dessas palavras indica o movimento circular de interpretação que relaciona a compreensão dessas palavras com o

entrelaçamento do passado e do presente, constitutivos da busca pelo que seja a verdade, e que, justamente por permitir um engendramento infinito de fios e camadas no tempo e no espaço, não pode reduzir as imagens em argumentos ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’, segundo a lógica aristotélica, com uma única solução ‘verdadeira’ ou ‘falsa’. Essas imagens evocadas pelas palavras mencionadas remetem ao conceito de imaginário, que “são processos de produção, transmissão e recepção, o ‘museu’ – que denominamos *imaginário* – de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas.” (DURAND, 1998, p.6), ou que “é uma re-presentação incontornável, a faculdade da simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da Terra” (DURAND, 1998, p.117).

Poder e verdade são termos da matéria analisada fortemente sinalizados nas camadas de leitura do relato e explicitamente revelados num encadeamento recíproco nos fios discursivos desde a retranscrição da matéria até o final do discurso político de Dilma, reproduzido na íntegra pelo jornal *Folha.com*. “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1984, p.12), e mais ainda, “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ de verdade. O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.” (FOUCAULT, 1984, p.14), produção esta que é tarefa diária da mídia como rede de empresas institucionais de comunicação.

Malha discursiva 2

Senhoras e senhores, Eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade. O senhor diretas, como

aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: "a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada.

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venham à

superfície e se tornem conhecidas, sobretudo,

para as novas e as futuras gerações.

O início do discurso político é uma saudação da enunciativa, presidente Dilma, aos enunciatários, políticos, autoridades, civis e comandantes das Forças Armadas, presentes na solenidade. A presidente puxa os fios de referência do passado ao citar o deputado Ulysses e sua fala a respeito da verdade censurada, revelando desde já o fio nodal que conduzirá ao grande sujeito do discurso: a Verdade, sua interdição nos tempos da ditadura e sua revelação para as novas gerações. A leitura parafrástica desta malha discursiva revela tanto a ideia central do discurso quanto suas diferentes formações discursivas, que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos, com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente. O discurso é o lugar desse encontro, “da materialidade da língua com a materialidade da história, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.” (ORLANDI, 1992, p.20). A leitura polissêmica está presente tanto nessa malha discursiva quanto nas seguintes por conta de gerar múltiplos sentidos e uma gama de significantes no discurso, identificados conforme o andamento da análise.

Malha discursiva 3

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. (...) É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu. Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de

reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.

. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura.

A leitura argumentativa mostra-se evidente nesta terceira malha discursiva, ao analisar a ideia de verdade de modo lógico, inscrita num tempo da história, movimento esse que evidencia uma relação fundamental entre a linguagem e o tempo. A oposição verdade X esquecimento nos remete a M. Pêcheux (1975) que distingue duas formas de esquecimento no discurso: o da

enunciação parafrástica indicando que o dizer poderia ser sempre outro, e o esquecimento da instância do inconsciente, sobre se ter a ilusão do que é dito ser a origem dos sentidos, quando de fato são sentidos pré-existentes. Nós é que entramos no processo do discurso e a materialidade da língua e da história, e não o inverso. Por sua vez, a verdade em sua plenitude mencionada no discurso remete ao silêncio local, que é a manifestação mais visível da política do silêncio, segundo Orlandi (1992), a política da interdição do dizer, a produção do interdito, a censura. “Assim, não é porque o sujeito não tem informações ou porque ele não sabe das coisas que ele não diz. O silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição. Nesse caso não há coincidência entre não-dizer e não saber. Isto nos leva a afirmar que a censura funciona não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos assim como sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos. Ela impede o trabalho histórico do sentido.” (ORLANDI, 1992, p.110).

Para revelar esta verdade em sua plenitude a presidente menciona os sujeitos simbólicos na história, os ex-presidentes, que trazem os fios de espera, as camadas de arquivo do já-visto, lido e ouvido que irão se relacionar com os acontecimentos de hoje e viabilizar a compreensão dos sentidos de verdade no contexto atual de democracia e direitos humanos constitucionais.

Malha discursiva 4

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada

em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia. Pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia durante o regime autoritário.

No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início ainda antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura.

Nesta malha os fios de espera do já-dito foram puxados evidenciando os ex-presidentes como sujeitos enunciadorees da história revelada na leitura arqueológica do discurso, desvendada pela abertura de arquivos e divulgação de documentos secretos, é o interdiscurso como memória discursiva sustentando o dizer em uma estratificação de enunciações já feitas e

esquecidas, e que vão construindo uma história de sentidos. Orlandi (2009) afirma que na análise de discurso o sujeito é linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia. A respeito dos sujeitos enunciadore, é pertinente mencionar o que diz Bourdieu em *O Poder Simbólico*, onde ele afirma que “ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela. Dito isto, a missão política distingue-se, mesmo neste caso, de uma simples função burocrática visto que é sempre uma missão pessoal, em que a pessoa toda se empenha.” (BOURDIEU, 2010, p.191). Por conta das expressões **regime autoritário** e **vítimas da ditadura**, vêm à tona as leituras polissêmica, arqueológica, e, sobretudo, de acontecimento ao conduzirem os sentidos para os inauditos fios do discurso em análise onde se localiza a ‘quebra de comando’ na hierarquia militar, sob as ordens discricionárias expressas e ilegítimas da Lei de Segurança Nacional e atos afins. Para Bourdieu (2010, p. 202), “o processo a que se chama ‘militarização’ consiste em basear a autoridade na situação de ‘guerra’ com que se defronta a organização e que pode ser produzida por um trabalho sobre a *representação* da situação, a fim de produzir e de reproduzir continuamente o *medo de ser contra*, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares.” Por conta desse fato, ainda, “certas oposições recorrentes, como a que se estabelece entre a tradição libertária e a tradição autoritária são tão-só a transcrição no plano das lutas ideológicas da contradição fundamental do movimento revolucionário, coagido a recorrer à disciplina e à autoridade, e até mesmo à violência, para combater a autoridade e a violência.” (BOURDIEU, 2010, p.181). Por conta disso, casos emblemáticos de vítimas da ditadura como o estudante Edson, a militante Etienne, o jornalista Herzog emergem como enunciadore das camadas arqueológicas e de acontecimento do discurso.

Malha discursiva 5

(...) *O nosso encontro, hoje, (...) é uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas*

características do nosso país. (...) O Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática.

Evidencia-se a leitura argumentativa nesta quinta malha discursiva, quando a presidente enuncia em seu discurso a intenção de demover possíveis posições de resistência e compartilhar valores e proposições em torno de objetivos comuns à democracia e sociedade brasileira. A tessitura da malha prossegue por meio do discurso da negociação e da estratégia discursiva, evocando o povo como sujeito dos costumes políticos, da memória coletiva, construída a partir de suas relações com a história social. É oportuno identificar a diferença entre memória histórica e memória coletiva sob a perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), sendo aquela uma construção lógica e inventada, que busca solucionar rupturas e produzir imagens unitárias, e esta como a grande protagonista da história, ‘que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado.’

Malha discursiva 6

Senhoras e senhores, Hoje também passa a vigorar a Lei de Acesso à Informação. Junto com a Comissão da Verdade, a nova lei representa um grande aprimoramento institucional para o Brasil, expressão da transparência do Estado, garantia básica de segurança e proteção para o cidadão. Por essa lei, nunca mais os dados relativos às violações de direitos humanos poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos.

(...) A transparência a partir de agora obrigatória, também por lei, funciona como o inibidor eficiente de todos os maus usos do dinheiro

público, e também, de todas as violações dos direitos humanos. Fiscalização, controle e avaliação são a base de uma ação pública ética e honesta.

A informação constitui, ao lado da verdade, o fio nodal do discurso e revela a leitura de acontecimento desta malha discursiva onde se encontram a linguagem, os silêncios, os esquecimentos e a história, desnovelando os fios de espera relativos às violações de direitos humanos, desvendando tramas da corrupção do dinheiro público, e conectando-se à fiscalização para garantir ética à ação pública. Por conta da difusão da informação, Luís Felipe Miguel observa em *Mídia, representação e democracia* que “amplia-se a postura crítica do público em relação à elite política, na qual os meios de comunicação de massa também ocupam posição central: a elevação das expectativas.” (MIGUEL, 2010, p.231-232). Para o autor, as informações que contestam governos e políticos também podem ser transmitidas com eficácia por redes sociais, mesmo à margem da mídia, utilizando inclusive telefones celulares como comunicação horizontal entre cidadãos.

Malha discursiva 7

Encerro com um convite a todos os brasileiros, independentemente do papel que tiveram e das opiniões que defenderam durante o regime autoritário. Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhem juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história. (...) É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. (...) Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou.

A leitura argumentativa sobressai-se nesta sétima e última malha discursiva do Primeiro Tempo de análise, visto que a presidente convida absolutamente todos os enunciatários a tomarem parte no trabalho de conhecimento e apropriação da história do Brasil. No segundo parágrafo a argumentação recorre a figuras de linguagem como os três eufemismos a seguir: **se filhos sem pais**, pais estes mortos durante a ditadura; **se pais sem túmulo**, pais estes mortos e seus corpos desaparecidos durante a ditadura; **se túmulos sem corpos**, corpos estes ora jogados em águas turvas depois de abertas as barrigas e perfurados os pulmões ora enterrados em cemitérios clandestinos durante a ditadura; e, por último, a metáfora **nunca, nunca mesmo uma história sem voz**, voz esta continuamente a contar a história vivente de todos os brasileiros. Cabe notar o papel da mídia quanto aos direitos e às liberdades dos indivíduos: “esse papel se cumpre com a garantia dos direitos de expressão, com a consolidação da liberdade e da pluralidade de opiniões, com a função da vigilância constante e hostil contra os ‘governos invisíveis’ e contra a tendência de uso patrimonialista do Estado, pelo constrangimento exercido sobre os poderes públicos para força-los à transparência e à prestação de contas.” (GOMES e MAIA, 2008, p.13-14).

O não dito, os esquecimentos, os silêncios contidos nos diversos fios e camadas de leitura dessas sete malhas discursivas surgem, portanto, como uma consequência lógica da decomposição das espessas camadas analisadas de discurso, evidenciam-se pelos diversos fios de espera, fios nodais e de referência, revelam malhas antes subrepticamente encobertas, chegam inadvertidamente à superfície do relato jornalístico pela análise do discurso.

Segundo Tempo pela Análise crítica da narrativa jornalística

Se no Primeiro Tempo o objeto de análise constitui, sobretudo, o discurso político de Dilma na instalação da Comissão Nacional da Verdade, no Segundo Tempo o trabalho de análise focaliza o discurso jornalístico pela voz da instituição imprensa, a partir dos desdobramentos que acontecem no segundo ano de vigência da Comissão. O objeto empírico de análise desta vez parte do jornalismo *online* de revista: Um Ano da Comissão: “*Vingança é o objetivo*” (VEJA (29/05/2013); Caso Malhões: “*O último segredo do doutor Pablo*” (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014); “*A confissão do coronel*” (ISTOÉ digital, por Alan Rodrigues, 21/03/2014) e “*Os generais eram leões hoje são ratos*” (ISTOÉ digital, por

Wilson Aquino, 28/03/2014); e Caso Ustra: “*Nunca ocultei cadáver*”, diz coronel Ustra em depoimento à Comissão da Verdade (ÉPOCA digital, Redação Época com Agência Brasil e Estadão conteúdo, 10/05/2013); “*COMISSÃO DA VERDADE: Afinal, quem mente? Dilma ou os generais?*” (VEJA digital no blog Ricardo Setti, por Luiz Claudio Cunha, 15/08/2014); “*Reconciliação depende das Forças Armadas, diz coordenador da Comissão Nacional da Verdade*” (CARTA CAPITAL digital, por Marsílea Gombata, 02/09/2014). A seguir, a análise da narrativa das matérias selecionadas para o Segundo Tempo.

Um Ano da Comissão: “*Vingança é o objetivo*”



Capa - O exemplar da revista *Veja*, 29/05/2013, que traz a matéria *Vingança é o objetivo*, sobre o primeiro ano dos trabalhos da CNV, exibe em sua capa, no canto superior esquerdo, a foto do vice-presidente dos EUA, Joe Biden, que concedeu entrevista exclusiva à revista. No canto superior direito, a foto do “quarteto fantástico”, representantes do México, Colômbia, Peru e Chile, “dando lições de economia e comércio ao pobre Mercosul.” No centro, foto de uma jovem executiva com celular e tablet, que exibe imagem de cegonha e o símbolo de proibido, e a manchete de capa: “Filhos? Não, obrigada!”. É a concepção do real que vai sendo marcada pelos meios de comunicação, que são uma verdadeira chave de leitura, um elemento explicativo. Pela análise das realidades factuais, no plano teórico de agendamento e análise narrativa jornalística, a busca é pelo fio de Ariadne que permeia os tempos sombrios da ditadura brasileira e os articula ao presente. Os personagens vistos na capa da revista fazem parte desta história do presente, são *fios de referência* que proporcionam um dado sentido

subjetivo à capa, informações que dão margem a diferentes sentidos e sinais acerca dos acontecimentos e que podem, num determinado momento, se intercalar a outras *malhas discursivas*, unidades autônomas do próprio texto, a tessitura da narrativa. A manchete de capa remete o leitor para o Brasil com outra cara no futuro: “Filhos? Não, obrigada”. Pela retórica do não-dito da capa da revista sobre os trabalhos de um ano da CNV, os “filhos sem pais e pais sem túmulos” dos tempos da ditadura devem ser esquecidos? Nesta primeira malha discursiva, deparamo-nos com a instância da metanarrativa como tema de fundo da análise narrativa jornalística, onde é possível detectar outros modelos de vida para a mulher, hoje voltados para a tecnologia, ao mesmo tempo em que promove a organização do esquecimento pelo não-dito acerca do balanço de 1 ano dos trabalhos da CNV como acontecimento jornalístico, ausente da capa, o que evoca o esquecimento no imaginário cultural, na memória coletiva, e um conseqüente apagamento desse acontecimento no que se refere à história recente do País.

Malha discursiva 1

Vingança é o objetivo

A Comissão da Verdade completou um ano sem esclarecer nenhum dos casos a que se propôs e, ao pedir a revisão da Lei da Anistia, perpetua ódios que pertencem ao passado. (Veja, 29 de maio de 2013)

A função de agendamento da notícia ressalta que a relação direta e causal entre o conteúdo da agenda de Veja e a subsequente percepção pública de pautas importantes sobre a CNV gera efeitos resultantes da capacidade simbólica do jornalismo para estruturar a opinião pública (Saperas, 1987). Não são processos de persuasão e sim efeitos cognitivos ligados a informações e conhecimentos do leitor, principalmente no que concerne à comunicação política, influenciando antes *sobre* o que pensar e não *como* pensar. Os termos **vingança** e **objetivo** na manchete da matéria designam logo de início a retórica jornalística que imprime tonalidades negativas no plano da expressão relativo à análise narrativa, o que leva à **intriga** e ao **conflito** como estruturantes do relato jornalístico, com o intuito de desencadear uma sequência narrativa que justifique um efeito de sentido negativo no que se refere aos trabalhos da CNV.

O conflito propicia uma tensão na notícia, uma expectativa quanto à explicação dos acontecimentos, integrando ações no passado e no presente. A manchete encerra, portanto, um *fio nodal* da matéria em análise, que interliga informações e acontecimentos principais do relato; da mesma forma, a manchete constitui a síntese da intriga como um primeiro movimento de análise. Ao mencionar o pedido de revisão da Lei de Anistia pela Comissão da Verdade, e associar o pedido a palavras como **ódio**, **perpetuar** e **passado**, a revista agrega efeitos de sentido ao termo **vingança** utilizado na manchete, e introduz de forma subreptícia a noção de esquecimento do passado como necessário para a solução do conflito, escondendo desta forma a memória de uma época que, mesmo negativa, faz parte da história do país.

A Lei da Anistia surge inicialmente como *fio de espera*, um acontecimento que sofreu uma descontinuidade, uma possível narrativa que aguarda por novos acontecimentos para um próximo desdobramento da notícia. Pela retórica utilizada pelos enunciadores da notícia em análise, a Comissão da Verdade surge como antagonista principal, que busca a vingança e o ódio ao revolver o passado. Cabe lembrar que os personagens da narrativa jornalística não são apenas representações do real e figuras do discurso, existem na vida real, o que deve levar o leitor a buscar as conexões históricas e o contexto dentro da construção discursiva. Os personagens, que fazem parte do quinto movimento de análise da narrativa, são construídos conforme as intenções de enunciação do veículo jornalístico, o que desvenda forças ideológicas e de poder implícitas nas relações que se estabelecem no fluxo da narrativa.

Malha discursiva 2

Nesses primeiros doze meses de atuação, os sete membros da instituição tiveram acesso a mais de 20 milhões de páginas de documentos oficiais, provenientes de noventa órgãos diferentes. Tomaram pelo menos 300 horas de depoimentos de 268 pessoas — entre civis e militares, vítimas e torturadores. Mas a robustez dos números só serviu para realçar a magreza de resultados. (Veja, 29 de maio de 2013)

No plano da estória (do conteúdo), a narrativa desenvolve argumentativamente o conflito pautado na vingança ao mencionar como ‘magros’ os resultados de doze meses de atuação da comissão. Os sete membros da comissão são personagens que desempenham o papel de antagonistas na narrativa por serem os integrantes da CNV. Os milhões de documentos e centenas de pessoas, entre civis, militares, vítimas e torturadores são os *fios de espera* da narrativa que trazem informações arqueológicas à notícia e constituem um novo *frame* ou enquadramento da matéria, um desdobramento do próprio agendamento. Este enquadramento

está num segundo nível – que não é nem mais específico nem mais ou menos profundo que o agendamento – são perspectivas utilizadas pelo enunciador para corroborar a retórica negativa sobre os trabalhos da comissão, que apesar da “**robustez** dos números” conseguiu uma “**magreza** de resultados”, uma forma depreciativa de abordagem dos trabalhos da CNV, que mantém a tessitura negativa da narrativa jornalística, e mantém a CNV como acontecimento jornalístico no plano de desconfiança no passado que reverbera na falta de confiança nos trabalhos da Comissão. Estando ligada ao simbólico e ao imaginário pelo plano da metanarrativa, a instituição Veja liga-se à ideia de memória coletiva através das informações partilhadas com o leitor, e participa dessa forma na construção de novos significados, “reconstruindo os acontecimentos a partir de seu imaginário próprio.” (FRANÇA, 2012, p. 197)

Malha discursiva 3

No período de trabalho da comissão, nem um único corpo foi localizado e, em alguns poucos casos, o máximo que se conseguiu foi agregar algum detalhe ao que já era sabido. A morte do político Rubens Paiva é um exemplo. Sabia-se que ele tinha sido morto pelas mãos de militares em 1971, apesar de a versão oficial sustentar que Paiva fora sequestrado quando estava em poder das Forças Armadas. Um documento inédito do Arquivo Nacional ajudou a revelar o lugar em que ele foi assassinado: as dependências do DOI-Codi, no Rio de Janeiro. Quem matou, como matou e onde está o corpo do político? Resta um mistério. No caso de Vladimir Herzog, a conquista foi simbólica. Desde o ano passado, a certidão de óbito do jornalista, que o regime militar dizia ter se suicidado na prisão, registra uma mudança. No lugar de "asfixia mecânica" como causa da morte, consta agora morte "em decorrência de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do Exército". (Veja, 29 de maio de 2013)

A narrativa prossegue no plano da estória, com o surgimento de novos episódios, que fazem parte do terceiro movimento de análise. Nesta malha discursiva, a sucessão integrada de acontecimentos busca a degradação dos trabalhos da CNV: “nem um único corpo foi localizado” ou “o máximo que se conseguiu foi agregar algum detalhe”. O relato jornalístico continua no propósito de desqualificação dos acontecimentos trazidos pela comissão, ao mencionar como “detalhe” as informações levantadas pela CNV acerca da morte do parlamentar Rubens Paiva e do jornalista Vladimir Herzog, novos personagens que surgem como *fiões de referência* na narrativa jornalística, eixos do conflito que integram o quinto movimento de análise da narrativa. Surge a contingência do inesperado, ao mencionar que o parlamentar fora **sequestrado** quando estava em poder das Forças Armadas e assassinado nas

dependências do DOI-Codi, no Rio de Janeiro, como revela “um documento inédito do Arquivo Nacional”, mas, prossegue a retórica argumentativa de Veja, “quem matou, como matou e onde está o corpo do político? Resta um mistério”.

As instituições Forças Armadas, Exército, DOI-Codi e Arquivo Nacional são também *fiões de referência* que trazem informações como data, local, personagens, que tecem a trama do acontecimento pelo enquadramento da notícia. Outro estranhamento no relato jornalístico em análise refere-se à mudança “simbólica” na causa mortis de Herzog: em lugar de “suicídio” o texto fala em “lesões e maus-tratos sofridos em dependência do Exército.” Deve-se ressaltar que a memória artificial de uma sociedade se dá por meio de registros, representações, monumentos, escrita, é a atualidade estendida no espaço e no tempo. A diferença entre o acontecimento em si mesmo e o acontecimento jornalístico torna possível admitir que não somente os acontecimentos presentes, mas também passado e futuro possam se tornar atuais. Não são fatos naturais, mas fatos sociais, construções coletivas. A noção de atualidade expressa uma dinâmica dos acontecimentos que ultrapassa um recorte temporal. Tal conceito constitui premissa fundamental para identificar qual o enquadramento da matéria, que constitui o quarto movimento de análise narrativa, visto que se trata de investigar e narrar fatos ocorridos no passado, com repercussão no presente, e que produz efeitos cognitivos, reconhecíveis quando se produz uma semelhança entre a agenda midiática e a agenda pública (Saperas, 1987).

Malha discursiva 4

Se os resultados concretos dos trabalhos da comissão foram escassos, ódio e revanchismo não faltaram. Quatro meses depois de sua abertura, a comissão já havia oficializado a recusa em investigar o assassinato de militares e civis por militantes da esquerda, apesar do clamor dos que perderam familiares assassinados por terroristas. Na semana passada, ficou de novo evidente o que move a comissão. Um grupo de conselheiros, formado pelo ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles, a advogada Rosa Maria Cardoso, o ex-secretário nacional de Direitos Humanos Paulo Sérgio Pinheiro e a psicanalista Maria Rita Kelil, voltou a pedir a revisão da Lei da Anistia. Promulgada em 1979, ela extinguiu a punição para os crimes cometidos no período da ditadura militar, tanto pelos agentes da repressão quanto pelos militantes da esquerda. Para o advogado Ives Gandra Martins, a iniciativa desfigura a comissão. "Mais parece uma comissão de inquérito do que uma comissão da verdade. Eles não estão fazendo o que a presidente Dilma determinou, mas o que sempre quiseram fazer: buscar vingança." (Veja, 29 de maio de 2013)

No plano da estória, é possível identificar o acontecimento-intriga como segundo movimento de análise, compreendendo a intenção comunicativa do emissor de construção da degradação da Comissão ao salientar os termos **ódio, revanchismo**, tentando garantir a adesão do leitor à sua argumentação ao mencionar “a recusa em investigar o assassinato de militares e civis por militantes de esquerda”, o que carece de credibilidade por não haver no relato jornalístico nenhum discurso direto das partes envolvidas ou qualquer comprovação da assertiva do emissor. Na reformulação discursiva, encontra-se no texto expressões adverbiais de tempo como **quatro meses depois de sua abertura, na semana passada, promulgada em 1979**; ademais, o relato jornalístico cita nominalmente os antagonistas da narrativa como requerentes da revisão da Lei da Anistia, que acaba por revelar-se um *fio nodal* do conflito na notícia, trazendo ainda como personagens secundários os **agentes da repressão** e os **militantes de esquerda**, que potencialmente podem se tornar protagonistas ou antagonistas da narrativa.

Para conferir legitimidade e credibilidade aos seus argumentos, a revista traz o depoimento do advogado Ives Gandra Martins, que se torna *fio de referência* e personagem da narrativa, confirmando a construção narrativa do emissor pela “busca de vingança” dos antagonistas, “não fazendo o que determinou a presidente Dilma”, *fio de referência* e protagonista no início da matéria. Na sociedade complexa de hoje e na democracia, o indivíduo precisa da informação para exercer seus direitos, sendo os meios de comunicação intrínsecos ao regime democrático. A revista reforça o esquecimento do passado de ditadura ao promover mais um sentimento de vingança como plano de estrutura profunda de narrativa do que informação e esclarecimento de ocorrências no passado, que reverberam até hoje sob a forma do não-dito nos enquadramentos da notícia. Na opinião de E. Antunes, “a ideia de jornalismo como lugar de expressão de ressentimento ou uma forma de deixar rastros desse sentimento na construção dos acontecimentos pode sugerir toda sorte de equívocos: o jornalismo como provocador de ressentimentos, na tentativa de compreender como tal emoção se representa no relato do acontecimento, ou do jornalismo como prática distorcida em face das suas funções sociais. (ANTUNES, 2012, p. 271).

Malha discursiva 5

A tentativa de anular a Lei da Anistia não deve ter consequências. O Supremo Tribunal Federal decidiu em 2010 que a lei é constitucional e não poderia ser mexida. No julgamento que barrou a investida contra ela, em 2010, o então presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, disse por que era aquele o caminho certo a seguir: "Só uma sociedade superior, qualificada pela consciência dos mais elevados sentimentos de humanidade, é capaz de perdoar. Porque só uma sociedade que, por ter grandeza e ser maior do que os seus inimigos, é capaz de sobreviver". E completou: "Se é verdade que cada povo resolve os seus problemas históricos de acordo com a sua cultura, com os seus sentimentos, com a sua índole e também com a sua história, o Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia". (Veja, 29 de maio de 2013)

No plano da estória, a estruturação do acontecimento segue como intriga ao tratar a anistia como ponto de discórdia entre os integrantes da CNV e o STF. A formulação discursiva da revista reforça o esquecimento do passado pelo silêncio de ocorrências relativas ao período de ditadura militar, enquadrando o acontecimento em planos mais evasivos como a conspiração, a vingança. Nesta quinta malha discursiva, a anistia surge como esquecimento comandado, promovendo o esquecimento institucional de um passado proibido com raízes políticas.

O processo de construção das realidades sociais abarca os acontecimentos jornalísticos, os dito e não-ditos da notícia, influenciando pautas interpessoais e da esfera pública, agregando efeitos de sentidos e envolvendo ações, valores, modelos de mundo. O agendamento faz parte desse processo tanto na comunicação dos meios quanto no processo não midiático de construção da opinião pública, sendo que, para Saperas (1987), há evidente ambiguidade teórica sobre qual é a origem da agenda midiática em relação aos grupos de pressão (líderes e organizações políticas ou outro tipo de instituição social), nos estudos sobre a comunicação política. O Supremo Tribunal Federal como representante do poder judiciário revela-se um fio nodal da narrativa jornalística em análise, visto que é o órgão que decidiu em 2010 sobre a constitucionalidade de outro fio nodal do relato, a Lei da Anistia. O ministro Cesar Peluzo desempenha na narrativa o protagonista que atesta o perdão e a concórdia como necessários para a sobrevivência de uma sociedade. O texto lança mão da citação para criar efeitos de real no eixo do conflito, revelando o quinto movimento de análise da narrativa, os personagens se definem pelo que fazem, por suas ações, e não pelo que são enquanto atores sociais históricos, humanos.

Os fios nodais, fios de referência, fios de espera se entrelaçam e revelam a estratégia do silêncio utilizada no período da ditadura, onde a ação é mantida em segredo. Segundo Patrick Charaudeau (2006), outra estratégia é usar a razão do Estado como fiadora da identidade de um povo para responder à denúncia de por que o ato foi realizado, mesmo sem conhecimento e sem consentimento da sociedade, portanto sem legitimidade para tal. Produz-se daí um efeito nefasto pelo Estado que passa a representar interesses privados de grupos ou indivíduos que justificam suas ações, convenientes para poucos e em nome de muitos, servindo apenas aos interesses de seus executores. Segundo o autor,

Outra maneira de protestar a inocência consiste em proclamar a ‘obediência às ordens’. O princípio que guia a obediência às ordens é o do não questionamento do que está em jogo na ordem recebida ou sobre as consequências advindas, ainda que fatais. É a linha de defesa tornada clássica pelos políticos, militares e outros funcionários de Estado a partir dos grandes processos da Segunda Guerra Mundial (Eichmann, Barbie, Bousquet etc.) e que continua, até o momento atual, no Tribunal Penal Internacional de crimes contra a humanidade. O único responsável, e eventualmente culpado, seria aquele que, tendo se dado conta do excesso, dá ordem de colocá-lo em prática, e não seu executor, que apenas cumpriria seu dever de aplicá-la. (CHARAUDEAU, 2006, p.133)

Malha discursiva 6

O governo Dilma já deixou claro que não pretende defender a revisão da lei. Se é tranquilizador saber que, por mais barulhento que seja, um grupo não tem o poder de revogar a legislação, é também lamentável constatar que esse mesmo grupo desperdiça com sua sede de vingança a chance de passar a limpo uma página crucial da história do Brasil e, com isso, mitigar o sofrimento dos que anseiam ao menos saber onde prantear seus mortos. A comissão tem mandato por mais um ano. Ainda dá tempo para reescrever sua própria história. (Veja, 29 de maio de 2013)

Nesta última malha discursiva, o acontecimento jornalístico alcança o plano da metanarrativa ao mencionar a anistia como um modelo de lei, aparentemente irrevogável, e ao reafirmar o sentimento difuso de vingança como tema de fundo da notícia. Vale lembrar a opinião de Ricoeur sobre a anistia: “trata-se mesmo de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu” (RICOEUR, 2007, p. 462), e prossegue indagando: “Mas, o defeito dessa unidade imaginária não seria o de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado

e, ao privar a opinião pública dos benefícios do *dissensus*, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã? (*op. cit.*, p. 462)

De outra parte, a impossibilidade de revisão da Lei da Anistia constitui um item de atualidade repetido no próprio texto jornalístico em análise, do começo ao fim, com o intuito de convencer e influenciar a agenda pública. Ao agendar determinados itens de atualidade o texto jornalístico trata estes itens como unidades de relevância de conteúdo que, consideradas em seu conjunto e mediante sua repetição durante um período, vão determinar a agenda dos veículos de comunicação (Saperas, 1987).

No plano da estória, os integrantes da CNV, como personagens do acontecimento-intriga, são um “grupo barulhento”, com “sede de vingança” e que “desperdiça a chance de passar a limpo uma página crucial da história do Brasil”. A narrativa jornalística chega ao fim lançando a possibilidade de a Comissão reverter sua posição e reescrever a sua própria história. O emissor tenta manter o vínculo com o leitor ao lançar possíveis expectativas e desdobramentos da notícia, por meio de novas ações dos antagonistas que compõem o “grupo” da Comissão.

O desfecho da matéria traz o desaparecimento de vítimas e a vingança dos integrantes da CNV como o acontecimento-intriga, dessa forma procurando influenciar o leitor no entendimento de que é preciso esquecer o passado, não apenas ao que é expresso, sobretudo ao que não é expresso nem dito, evitando questões essenciais no tocante à estrutura social, enfatizando o conformismo e a escassa avaliação crítica da sociedade.

Caso Malhães



Coronel Paulo Malhães (foto: Pedro Kirilos/Agência O Globo)

O ponto de partida de análise do caso Malhães são as matérias selecionadas do jornalismo de revista, a seguir: “*O último segredo do doutor Pablo*” (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014); “*A confissão do coronel*” (ISTOÉ digital, por Alan Rodrigues, 21/03/2014) e “*Os generais eram leões hoje são ratos*” (ISTOÉ digital, por Wilson Aquino, 28/03/2014). Os episódios em análise são divididos em sete malhas discursivas, que são unidades autônomas do relato, sequências discursivas que juntas proporcionam o sentido completo da narrativa jornalística.

Malha discursiva do Episódio 1

(O coronel) Paulo Malhães, codinome Doutor Pablo, fez parte de uma equipe do Centro de Informações do Exército (CIE), que dizimou as organizações de esquerda armada atuantes nas décadas de 1960 e 1970. No último dia 24 (de abril de 2014), quatro homens invadiram seu sítio em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Usavam rádios e ficaram lá uma eternidade para um assalto – das 13 horas às 22 horas. Mataram Malhães e saíram com armas e objetos. De acordo com a polícia, o caseiro Rogério Pires, seus dois irmãos e um comparsa não identificado cometeram o crime. (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014) <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/o-ultimo-segredo-do-bdoutor-pablo.html#share>

Como acontecimento jornalístico, temos o fato narrado da morte do coronel Malhães, o fio nodal da trama, que irá convocar novos enquadramentos pela reformulação discursiva, remexer nos quadros de sentido e deixar surgirem novos episódios. A realidade factual expressa pela notícia abrange o Exército e as organizações de esquerda armada como fios entrelaçados integrando fenômenos históricos que compõem a trama; da mesma forma, a

notícia abrange personagens como o caseiro e seus dois irmãos, um comparsa não identificado e a própria polícia conferindo à narrativa os efeitos de real tão imprescindíveis ao relato jornalístico. Segundo Motta (2013), pela análise crítica da narrativa jornalística, “as personagens que as notícias relatam habitam a realidade da própria narrativa, assim como nas narrativas realistas da biografia e do documentário, que também representam sujeitos históricos” (MOTTA, 2013, p.190). E ainda, que o indivíduo mesmo sendo real representa a função de personagem no plano da história, sendo uma *figura de papel*, como afirma Barthes (1980). Seguindo esse fio narrativo, temos o coronel Paulo Malhães, codinome doutor Pablo, como personagem principal, o eixo da intriga na notícia. Vale ressaltar que no acontecimento jornalístico identificamos o eixo da representação através das personagens e o eixo da mediação através do veículo, dos jornalistas e das fontes (Motta, 2013); e por último, mas não menos fundamental, temos o leitor-ouvinte-espectador como o terceiro eixo, que traz a sua visão e interpretação dos fatos narrados e leva à praça pública suas ideias, atos e pensamentos que, no emaranhado de outros atos e falas, vão tecendo a memória coletiva e a consciência histórica. A partir desta primeira malha discursiva é possível vislumbrar a guerra fria como um acontecimento sócio-político vivenciado pelo mundo nos anos 60-70, quando atos políticos de uns causaram inevitáveis reverberações nos domínios de outros. A expansão do tempo e espaço na narrativa jornalística contribui para a construção de sentidos do relato e uma consequente expansão da consciência histórica, no plano da metanarrativa, instância de análise crítica da narrativa (Motta, 2013). O entrelaçamento dos fios do presente e do passado, juntamente com o aqui e acolá dos acontecimentos sociais desencadeados por indivíduos, grupos e instituições irá tecer a história dos homens como uma grande narrativa. “Essas questões, com relação a nós, só podem recuperar sua urgência original se forem recontadas dentro da unidade de uma única e grande história coletiva; apenas se forem apreendidas como episódios vitais de uma única trama vasta e incompleta” (JAMESON, 1992, p. 17).

Malha discursiva do Episódio 2

No final de março (de 2014), aos 76 anos, Malhães contou um pouco do que sabia e do que fez como Pablo. De paletó bege, óculos escuros e com uma barba que o tornava parecido com Saddam Hussein, ele explicou sua metodologia de trabalho com calma, sem emoção, a sensíveis membros da Comissão Nacional da Verdade. “Naquela época, não existia DNA. Quando você vai se desfazer de um corpo, que partes podem determinar quem é a pessoa? Arcada dentária e digitais. Quebrava os dentes. As mãos (cortava) daqui para cima”, disse. (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014)
<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/o-ultimo-segre-do-bdoutor-pablob.html#share>

Nesta segunda malha discursiva temos a descrição física da personagem Paulo Malhães, codinome Pablo, e sua comparação à figura histórica do ditador Saddam Hussein³, entrelaçando assim os dois indivíduos de carne e osso na construção de Malhães como personagem principal do acontecimento jornalístico, encarnando a persona ou *figura de papel* barthiana como representação de um correspondente na vida real. Os fios narrativos de diferentes espaços-tempos se juntam no caminho do sujeito e sua relação com o mundo, trazendo um novo enquadramento que tece o acontecimento como intriga na narrativa. O que nos remete a Jameson, ao afirmar que “é quando detectamos os traços dessa narrativa ininterrupta, quando trazemos para a superfície do texto a realidade reprimida e oculta dessa história fundamental, que a doutrina de um inconsciente político encontra sua função e sua necessidade.” (JAMESON, 1992, p. 18). No plano da história, os membros da Comissão Nacional da Verdade aparecem no texto como participantes de um processo comunicativo em construção, fazendo surgir no relato revelações do depoimento prestado por Malhães, por meio da relação entre sujeitos interlocutores envolvidos na ação comunicativa de ora revelar ora ocultar. No texto, o coronel Malhães faz ouvir sua voz por meio do discurso direto, trazendo à superfície da narrativa uma realidade reprimida e oculta da história recente do país no que concerne à prática da tortura e ao desaparecimento de corpos durante o regime militar: “Quebrava os dentes. As mãos (cortava) daqui pra cima.” Vemos aqui o desdobramento no fim de uma série de ações praticadas pelo Estado durante a ditadura militar- sequestro, tortura, morte, mutilação, ocultamento de corpos -, de acordo com o próprio depoimento de Malhães, o doutor Pablo. Remetemos ao conceito de mediação no sentido hegeliano, mencionado por Jameson:

“Ele (Hegel) entende o processo de mediação exclusivamente como o estabelecimento de identidades simbólicas entre os vários níveis, como um processo em que cada nível desdobra-se no seguinte, assim perdendo sua autonomia constitutiva e funcionando como

³ Saddam Hussein participou ativamente no golpe de 1968 no Iraque, levando-o ao poder por longo período. Tornou-se presidente e primeiro-ministro do Iraque de 1979 a 2003, sendo uma das principais lideranças ditatoriais e militares no mundo árabe. Condenado pelo assassinato de 148 xiitas em 1982, Hussein, que era sunita, foi enforcado (se recusou a usar capuz) em novembro de 2006 por um governo interino iraquiano. A história do Iraque, como região da antiga Mesopotâmia, inclui os primeiros registros históricos escritos, como a Lei de Talião, cujo princípio **olho por olho dente por dente** era uma realidade legal. http://pt.wikipedia.org/wiki/Saddam_Hussein

expressão de seus homólogos. Desse modo, o poder do Estado é visto como a simples expressão do sistema econômico a ele subjacente (...) a análise das mediações tem por objetivo demonstrar o que não é evidente na aparência das coisas, mas que se encontra em sua realidade subjacente, ou seja, que a mesma essência está em operação nas linguagens específicas da cultura e na organização das relações de produção.” (JAMESON, 1992, p.35-36).

O fio do discurso é mantido no relato jornalístico pela reformulação discursiva da personagem Malhães, cujo domínio de memória permite o retorno e o reagrupamento de acontecimentos no passado que ora se revelam pelo reconhecimento de ações e seus efeitos no presente. A recontextualização do fio do discurso de Malhães reagrupa, resignifica e reordena parte do contexto histórico da ditadura, com a intenção plausível de mais exprimir poder do que explicar, uma vez que, segundo Courtine (2006), “memória é poder”.

Malha discursiva do Episódio 3

Especificamente sobre as torturas, de maneira geral, o coronel teceu sua gélida lógica: “A tortura não existe para o soldado. Se você me combater fardado, tem direito às leis da Convenção de Genebra, não posso te torturar. Mas se você combate misturado na população, não tem esse direito.” Segundo Malhães, os militares somente venceram o que chamou de guerra porque cooptaram muitos presos políticos, aos quais se refere como “infiltrados”. “O sujeito era preso e eu analisava o caráter e as fraquezas dele. Então, cantava ele para trabalhar para a gente. Isso tinha que ser feito em um espaço de tempo muito pequeno para o pessoal de fora não sentir falta dele. Aí, devolvia para a rua. Se ele cumprisse o primeiro contato comigo, que a gente chamava de ‘ponto’, a parada estava ganha. Graças aos infiltrados conseguimos destruir todas as organizações”. (ISTOÉ digital, por Wilson Aquino, 28/03/2014)http://www.istoe.com.br/reportagens/354771_os+generais+eram+leoes+hoje+sao+ratos

No discurso direto de Malhães identificamos estratégias argumentativas que buscam produzir tanto efeitos de real como efeitos de sentido, quando ele menciona as leis da Convenção de Genebra para tentar convencer seus interlocutores sobre a legitimidade da tortura praticada durante a ditadura. Como estrategista, o coronel Malhães recorre, no plano da história, a constituições estratégicas de significados, sejam reais ou fictícios, num jogo de intenções que procura justificativas para seus atos pela dissimulação de sua retórica. Pela Convenção de Genebra, em seu artigo terceiro, temos que:

*1) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as **pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.***

Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:

a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;
<https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/tratados-e-direito-consuetudinario/convencoes-de-genebra>

Ao mencionar a Convenção de Genebra, o sujeito-personagem Malhães utiliza uma estratégia textual que busca o convencimento pela astúcia enunciativa na interpretação e recomposição de significados jurídicos. Até então guardada a sete chaves, a memória antes recolhida sobre acontecimentos capitaneados pelo Estado nos anos de chumbo traz à superfície do fato narrado as “mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios” que, revividos no depoimento de doutor Pablo, irão recompor a memória política e social e refazer o retrato da ditadura. A fala de Malhães a respeito dos ‘infiltrados’ funciona como um território ideológico da memória que corrobora a força do autoritarismo militar utilizado na repressão. No plano de expressão, o trecho “**cantava** ele pra trabalhar pra gente” revela em seu jogo de linguagem os métodos cruéis de convencimento de presos, passando de ‘sustos’ de morte, como encerramento em ambientes completamente escuros com cobras e outros bichos aterrorizantes a torturas, como choques elétricos e espancamentos. Seu ato de fala revela a memória marcando território numa cartografia discursiva que, segundo Courtine (2006), constitui também uma geografia da verdade e da mentira, com seus ditos, não-ditos e interditos. A prática de cooptação de presos políticos utilizada pelo Estado ditatorial para dismantelar organizações clandestinas instala e fixa o lugar do mandante e do mandado, de quem dá ordens e de quem as obedece, de quem provê e de quem recebe “tratamentos cruéis, suplícios”, colocando Malhães novamente num lugar de poder por meio de efeitos de sentido de sua fala, num momento de circularidade entre texto e práticas que reaviva este poder pela memória do fato narrado. A partir da interdiscursividade do acontecimento, novos atores narrativos entram na luta ininterrupta de disputa de sentidos, numa ação coletiva de contínua reconstrução da memória histórica do país.

Malha discursiva do Episódio 4

Malhães participou de algumas das ações mais sombrias e secretas do regime militar. Foi um dos comandantes da casa de Petrópolis, um cárcere clandestino onde mais de 20 militantes de esquerda foram torturados e mortos, de que se sabe pouquíssimo. “Ele era um estrategista, um grande planejador”, diz o ex-sargento Marival Chaves, que serviu com Malhães no CIE e foi o primeiro militar a denunciar os colegas torturadores, em 1992. “Malhães estava em todas as operações de vulto.” (ÉPOCA digital, por Leandro Loyola, 13/05/2014) <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/o-ultimo-segredo-do-doutor-pablob.html> inShare

Estabelece-se a oposição entre personagens que habitam o plano da história nesta quarta malha discursiva: Malhães, os mais de 20 militantes de esquerda torturados e mortos, o ex-sargento Marival Chaves como o primeiro a denunciar em 1992 os colegas torturadores, os quais também entram como personagens-figurantes e funcionam como fios de espera de uma possível narrativa subsequente. O CIE, Centro de Informação do Exército, constitui um fio nodal do relato como instituição do Estado com poderes de atuar ativamente no ‘cárcere clandestino’. Da mesma forma, a casa de Petrópolis atua como personagem principal deste quarto episódio, visto que representa a *tortura* enquanto ação praticada pelo regime ditatorial militar, sendo que essas ações de tortura funcionam como elementos-chave de conflito entre sujeitos, o ponto nevrálgico do acontecimento. Além da Casa da Morte⁴, ou Codão, ou casa de

⁴ A Casa da Morte, em Petrópolis, era um aparelho clandestino de tortura e assassinatos de presos políticos, criado pelos órgãos de repressão da ditadura brasileira (1964-1985). O tenente-médico [Amílcar Lobo](#) testemunhou, numa de suas idas ao local para tratar de prisioneiros feridos, um jovem enlouquecido que dizia ver tigres no jardim ser morto na sala da casa pelo major do Exército Rubens Paim Sampaio, codinome "Dr. Teixeira", que lhe comunicou que "ninguém saía vivo da casa". Outros nomes foram ligados à tortura e execução de presos políticos no centro clandestino, como o falecido ex-coronel do CIE Freddie Perdigão ("Dr. Nagib"), o coronel reformado Paulo Malhães ("Dr. Pablo), o ex-sargento Ubirajara Ribeiro de Souza ("Dr. Ubirajara"). Em 2014, os nomes de cinco dos torturadores que atuaram na casa vieram a público: ex-coronel Cyro Guedes Etchegoyen, chefe de Contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE), a mais alta patente no local, codinome "Dr. Bruno"; os ex-sargentos Rubens Gomes Carneiro, codinome "Laecato", Jairo de Canaã Cony, codinome "Marcelo" e Carlos Quissak, além do cabo Severino Manuel Ciríaco, codinome "Raul". Além destes e de Malhães, Perdigão, Sampaio e Ubirajara Ribeiro de Souza, outros nomes ligados à casa foram Orlando de Souza Rangel ("Doutor Pepe"), José Brant Teixeira ("Doutor Cesar") e o comissário de polícia de Petrópolis, Luis Cláudio Azeredo Viana ("Laurindo"). A existência da Casa da Morte foi denunciada em 1979 pela única que saiu viva de lá, a guerrilheira da organização de extrema-esquerda VAR-Palmares, Inês Etienne Romeu, que fingiu ter aceito se passar por infiltrada em troca da liberdade após três meses de tortura. Inês vive com severas sequelas neurológicas desde que foi atacada em sua residência, em 2003, quando chamou um marceneiro para executar serviços domésticos, sendo que o crime nunca foi esclarecido. A história de Inês foi publicada em 1981 pela revista *Istoé*. No dia 22 de agosto de 2012 foi assinado o decreto que iniciou o processo de desapropriação da casa, resultado direto da campanha iniciada em 2010 pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (que começou a promover um abaixo-assinado online) e acompanhada por diversas entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais e o Comitê Petrópolis em

conveniência, três expressões que se referem à mesma casa de Petrópolis, sabe-se ainda da existência de outros redutos clandestinos de tortura, entre eles a casa de São Conrado (RJ), a “Boate” ou casa de Itapevi (SP) e a Fazenda 31 de Março (SP), a ‘Dopinha’, de Porto Alegre (RS), a casa Azul de Marabá (PA), locais onde dormitam outros fios de espera que aguardam para serem incorporados a acontecimentos correlatos.

A casa de Petrópolis, na Rua Arthur Barbosa 668 no bairro de Caxambu, teria sido um trabalho específico de Malhães como agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Ele afirmou em entrevista para O Globo (<http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>) que o imóvel, emprestado à repressão pelo então proprietário, Mario Ladders, não era o único aparelho com esse propósito: “Tinha outras. Eu organizei o lugar. Quem eram as sentinelas, a rotina e quando se dava festa para disfarçar, por exemplo. Tinha que dar vida a essa casa. Eu era um fazendeiro que vinha para Petrópolis de vez em quando”. Sobre os presos políticos, ou RX, como eram chamados por seus algozes, Malhães relata ao O Globo: “Para virar alguém, tinha que destruir convicções sobre comunismo. Em geral no papo, quase todos os meus viraram. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte. A casa de Petrópolis era para isso. Uma casa de conveniência, como a gente chamava.” Ao afirmar que “Malhães estava em todas as operações de vulto”, o ex-sargento Chaves traz as ações estratégicas de Malhães à superfície do fato narrado, exercendo dessa forma uma ação de oposição no relato. Vale ressaltar que “personagem é quem protagoniza a ação, gera conflitos, conduz a intriga, personifica as contraditórias dualidades herói-vilão.” (MOTTA, 2013, p. 175). O termo ‘operações de vulto’ funciona, no plano da expressão, como um recurso de linguagem que vai produzir efeitos de sentido no enunciado, conferindo poder a Malhães enquanto sujeito dessas ‘operações’. Dessa forma, outros fios de espera podem ser puxados, num entrelaçamento que integra a estrutura e o acontecimento da narrativa, interligando fenômenos que se encontram em níveis diferentes nas escalas de duração e de eficiência, cabendo à narrativa entrelaçá-los. (RICOEUR, 2007)

Luta para que seja criado ali o "Centro de Memória, Verdade e Justiça" de Petrópolis. A casa foi finalmente desapropriada em 7 de dezembro de 2012 pelo prefeito de Petrópolis, [Paulo Musturangi](#), e o [Ministério Público](#) da cidade enviou cópia à [Comissão Nacional da Verdade](#), com o "decreto de desapropriação para fins de utilidade pública" recomendando que a comissão "adote providências junto ao Executivo federal" para encontrar recursos que tornem possível a criação do Memorial Liberdade, Verdade e Justiça naquele local. http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Morte; <http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>

Malha discursiva do Episódio 5

Às vésperas dos 50 anos do golpe militar de 1964, o coronel reformado do Exército Paulo Malhães revelou ao jornal “O Dia” que ele foi um dos chefes da operação militar montada pelo Ministério do Exército em 1973 para desaparecer com o corpo do deputado federal Rubens Paiva, assassinado nos porões do DOI-Codi-Rio em 1971. O militar afirma na entrevista que as atrocidades cometidas por ele e por seus pares foram feitas com o conhecimento prévio dos generais do regime. Eleito parlamentar pelo PTB em 1963 e cassado dez dias após o golpe, Paiva – agora sabe-se – foi enterrado duas vezes, uma no Alto da Boa Vista, zona norte da capital carioca, e posteriormente nas areias da praia do Recreio dos Bandeirantes, zona oeste da cidade. “Recebi a missão para resolver o problema, que não seria enterrar de novo. Procuramos até que se achou (o corpo). Levou algum tempo. Foi um sufoco para achar. Aí seguiu o destino normal”, disse Malhães ao jornal. “Normal” era o mar como cemitério. A confissão do militar vem à tona 43 anos após o assassinato de Paiva e quatro dias depois de o jornal “O Globo” revelar que a ordem de dar um fim definitivo à ossada do parlamentar partiu, em 1973, do gabinete do ministro do Exército Orlando Geisel, irmão do ex-presidente da República, o general Ernesto Geisel. (ISTOE digital, por Alan Rodrigues, 21/03/2014) http://www.istoe.com.br/reportagens/353583_a+confissao+do+coronel

A narrativa jornalística como uma organização textual da notícia traz nesta quinta malha discursiva relatos de acontecimentos no passado que revelam novas personagens e conflitos, os fios de referência do fato narrado. O enquadramento da notícia evidencia o entrelaçamento de personagens, interligando o coronel Malhães, o Ministério de Exército, o deputado federal Rubens Paiva, o DOI-CODI-Rio e os generais do regime militar como sujeitos do acontecimento jornalístico, que abarca os planos de expressão e da história junto com o plano de fundo para formar as três instâncias da narrativa (Motta, 2013). No plano de expressão, os termos **revelar, operação militar, desaparecer, corpo, assassinado, porões, atrocidades, conhecimento prévio e generais**, nas duas primeiras orações, apresentam sujeitos reais em lugares reais e em tempo real e determinado que tecem os efeitos de realidade na narrativa, conferindo veracidade ao relato. No plano da história, que tem presença firme e constante no acontecimento jornalístico, as personagens e suas ações revelam o mundo fático da narrativa, com sujeitos praticando ações em datas e lugares determinados e reais que vão compor o relato num jogo de sentidos em permanente construção. Jameson nos faz lembrar que “pode-se acrescentar a isso a condição de que a História, a não ser sob a forma textual, nos é acessível, ou seja, que só pode ser abordada por meio de uma (re)textualização anterior.” (JAMESON, 1992, p.75). Da mesma forma, Ronaldo Henn nos lembra dos dois segmentos de memória no processo da notícia, “um deles refere-se aos sentidos que determinados temas ganham na construção de opinião pública, cuja semiose replica no tempo. O outro é constituído pelos próprios acontecimentos noticiados transformados em fonte historiográfica

ou mesmo do jornalismo no trabalho de reconstrução de fatos narrados.” (HENN, 2012, p.173). Nessa perspectiva de agendamento e enquadramento da notícia, entendemos que o jornalismo ocupa território de frente no processo de negociação da construção da memória coletiva, onde atores sociais como o vice-presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, senador João Capiberibe (PSB-AP) marca seu lugar: "Malhães foi o primeiro dos mais importantes torturadores que expôs as mazelas da ditadura e, inclusive, falou sobre o comando, mostrando que as ordens para desaparecer com os corpos vinham diretamente do Palácio do Planalto". (http://www.istoe.com.br/reportagens/361535_caseiro+muda+versao+e+nega+envolvimen+to+em+morte+de+coronel+torturador). As orações seguintes trazem a confissão de Malhães sobre o desaparecimento final da ossada de Rubens Paiva: “Subi ao 23º andar e dei a notícia pessoalmente ao general Coelho Neto, subchefe do CIE. Podiam escavar e dragar o país inteiro que não iriam achá-lo”(http://oglobo.globo.com/brasil/mp-vai-denunciar-4-militares-pela-morte-de-rubens-paiva-11891519#ixzz3BoRGZSSU). A operação envolvia uma equipe de subalternos comandada por ele, “doutor Pablo”, mas cujas ordens vieram do “gabinete do ministro”, que à época (1973) era Orlando Geisel, irmão do ex-presidente da República Ernesto Geisel, que cumpriu mandato de 1974 a 1979. Sobre a cadeia de comando, Malhães afirma em depoimento à Comissão Estadual da Verdade-RJ que “Ele (o ministro) era sempre informado. Estava sabendo. Relatórios eram feitos e entregues ao chefe da seção com os EEI, Elementos Essenciais de Informações. Então, através desses EEI, eles sabiam tudo.” (<http://oglobo.globo.com/brasil/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>). Novos fios são puxados para a superfície do acontecimento jornalístico, com novos atores desempenhando funções reveladoras na narrativa, ancorada por fatos reais que ocorreram em tempo e lugar determinados e notoriamente conhecidos. Sabemos que, no acontecimento jornalístico, os sujeitos e suas ações se manifestam amiúde por meio de contradições, num entrelaçamento de discursos, de estratégias argumentativas, jogos de sentidos subentendidos que podem conduzir o leitor-ouvinte-espectador ao plano de fundo, ou metanarrativa, “no processo de historicização que pode seguir dois caminhos distintos, que só em último caso juntam-se no mesmo ponto: o caminho do objeto e o caminho do sujeito” (JAMESON, 1992, p. 9), numa tentativa de compreensão dos acontecimentos. Depois de conceder, dias antes, entrevistas aos jornais *O Dia* e *O Globo*, e à Comissão Estadual da Verdade no Rio, contando com detalhes sobre a casa de Petrópolis, torturas, mortes e mutilações de presos políticos, como deu fim aos restos mortais de Rubens Paiva, sobre a

cadeia de comando, Malhães prestou depoimento de mais de duas horas no dia 25 de março à Comissão Nacional da Verdade, na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Neste depoimento, Malhães confirma que torturou, matou, mutilou e sumiu com corpos de presos políticos: “Morreram tantos quanto foram necessários”, ou: “Eu cumpri o meu dever. Não me arrependo”, no entanto, ele desdisse as revelações que fez sobre Rubens Paiva: “Eu só disse que fui eu porque eu acho uma história muito triste quando a família passa 38 anos querendo saber o paradeiro. Eu não sou sentimental, não. Mas tenho as minhas crises.” http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_ic.shtml. Como acontecimento notável, as circunstâncias da morte de Rubens Paiva são anunciadas em fevereiro de 2013 por Claudio Fonteles, integrante da CNV: “A prova documental é muito forte. Ela vem do próprio sistema ditatorial militar com a tarja de secreto”. Encontrados na casa do coronel gaúcho Júlio Molinas, que foi chefe do DOI-CODI carioca até início dos anos 80, e assassinado em 2012, os documentos a que se refere Fonteles comprovam que o deputado foi levado de sua casa por uma equipe do Centro de Inteligência da Aeronáutica (Cisa) em 20 de janeiro de 1971, e entregue ao DOI-CODI-Rio, que era comandado entre outubro de 1970 e junho de 1971 pelo então major e hoje general da reserva José Antônio Nogueira Belham. A versão oficial do Exército de que Paiva teria fugido durante o traslado foi refutada pelo general de reserva Raymundo Ronaldo Campos, que revelou em depoimento à CNV que “o Exército montou uma farsa ao sustentar, na época, que Paiva teria sido resgatado por seus companheiros “terroristas” ao ser transportado por agentes do DOI no Alto da Boa Vista.” (<http://oglobo.globo.com/brasil/militar-da-reserva-admiter-montado-farsa-no-caso-rubens-paiva-11527324>) O complexo episódio envolvendo inúmeros atores sociais projeta pelo fato narrado um mundo subjacente da tortura, dos tratamentos cruéis e da morte, um mundo em que a banalidade do mal exerce sua força, atuante em diferentes espaços-tempo. O compromisso da personagem-sujeito Malhães continua vinculado ao seu modo de ser, conectado com os ideais de hierarquia, bravura, defesa de um sistema militar que não tolera ideias contrárias à sua forma, que nas sociedades democráticas são consideradas autoritárias, despóticas, tiranas. A rememoração de Malhães sobre a época da ditadura faz ecoar as vozes na luta pela forma hegemônica da narrativa, “com sua sombria ideologia do heroísmo e do destino funesto.” (JAMESON, 1992, p.79).

Malha discursiva do Episódio 6

“Eu nunca podia pensar que o próprio Exército ia entregar o comando do País de volta (aos civis). Podia entregar para um sucessor tranquilo, como o (Paulo) Maluf, que era o nosso candidato. Mas quando entregaram à oposição (Tancredo Neves) e desfizeram o sistema de informações, me senti mais ou menos traído”, Malhães disse em entrevista exclusiva à ISTOÉ. Na avaliação do coronel, os generais que se faziam de “brabos” nos anos de chumbo se revelaram uns “frouxos”, depois. “Antigamente, os generais eram leões, de tão machos e tão violentos...Hoje os vejo como ratos no buraco.” (ISTOÉ digital, por Wilson Aquino, 28/03/2014)http://www.istoe.com.br/reportagens/354771_os+generais+eram+leoes+hoje+sao+ratos

Vale notar que a divisão de análise do texto jornalístico em plano de expressão, da história e de fundo é feita para fins metodológicos, “distinguir esses três planos é um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa.” (MOTTA, 2013, p. 135). No plano de expressão, o uso de figuras de linguagem como a metáfora “os generais eram leões” e a comparação “como ratos no buraco” imprimem à fala de Malhães o aspecto dramático de mudança dos generais de antigamente, que eram poderosos e valentes, e os de hoje, covardes e medrosos, almejando dessa forma o efeito de legitimidade no seu descaso e desdém. Surgem novos personagens e sujeitos históricos do relato quando Malhães se refere “ao nosso candidato” Paulo Maluf e a Tancredo Neves, da “oposição”. Maluf e Tancredo são como peças num jogo de tabuleiro, onde promovem os efeitos de real necessários para conduzir o discurso de Malhães ao intento de desqualificar a ação do Exército em “entregar o comando do País de volta (aos civis)”. No plano da história, a estratégia argumentativa de Malhães leva o leitor a um mundo interrompido, quando “desfizeram o sistema de informações”, uma forma idealizada que poderia garantir *ad aeternum* o seu posto de *expert* em tortura no “sistema”, o que o faz se sentir “mais ou menos traído”. Ao construir os fios de uma relação entre o Exército e o País, relacionando-os ao passado e ao presente, Malhães mostra como a realidade deveria ser e não o é mais, como os sujeitos deveriam agir a partir do imaginário individual projetado por ele, Malhães, remetendo às imagens de animais como criaturas humanas e imaginadas, explorando o fantástico para causar efeitos de sentido emocionais e justificar sua fala sobre o estado de mudança dos generais de hoje “como ratos no buraco”. A prática cristalizada de tratamentos cruéis, homicídio, mutilação e tortura por indivíduos representantes das Forças Armadas e com o conhecimento da instituição, feita num ambiente histórico dos anos de chumbo, ainda

deveria estar em compasso de acordo com a realidade ideológica do coronel Malhães, ao discorrer sobre a técnica de mutilação para desaparecimento de corpos: “É um estudo de anatomia. Todo mundo que mergulha na água, fica na água, quando morre tende a subir. Incha e enche de gás. Então, de qualquer maneira, você tem que abrir a barriga, quer queira, quer não. É o primeiro princípio. Depois, o resto, é mais fácil. Vai inteiro. Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui (Baixada Fluminense).” (<http://oglobo.globo.com/brasil/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>). Malhães, que fazia parte do Movimento Anticomunista (MAC), teve rápida ascensão nos quadros de repressão, e após 1964 serviu na Seção (Informações) e no Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército (RJ), ingressando depois no CIE do Exército, quando perseguiu organizações clandestinas no país. (<http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-counta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155#ixzz3BPdrcnfb>). Sobre sua carreira militar, ele explica que “o DOI é o primeiro degrau. Ai, você vai caminhando, aprende de outros lugares, também. De outros países, como é feita a coisa. Então, você se torna um outro personagem, um expert em informações.” (<http://oglobo.globo.com/brasil/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>). Pelo fio do discurso de Malhães nesta sexta malha discursiva, é possível trazer à superfície do texto uma variedade de encadeamentos de sequências narrativas e entrelaçamento de vozes que tecem o acontecimento jornalístico. Ao fazer suas próprias considerações, o sujeito-personagem Malhães coloca em segundo plano a autoridade dos generais não mais “leões”, rompe com a hierarquia e o monopólio da fala e produz um discurso com efeito de auto empoderamento, proferindo mais bravatas do que confissões quanto a ações praticadas no passado: “você tem que abrir a barriga, quer queira quer não”, e que se desdobram no presente: “Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui”. Tais falas dentre inúmeras outras de Malhães demonstram desprezo recorrente, desde os tempos de ditadura, ao artigo 3º da Convenção de Genebra, que trata da proibição de homicídio, tortura e afins em confronto entre as forças armadas de um governo e grupos armados, ou grupos armados entre si, independentemente do tipo de conflito e do estatuto das partes envolvidas (<https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/tratados-e-direito-consuetudinario/convencoes-de-genebra>). Ocorre então um desnivelamento de vozes na formação do relato, onde o encadeamento de uma formulação anterior produz efeitos de cadeia na formulação posterior e assim permite que essas formulações se articulem entre narrativas dispersas (Courtine, 2006).

O acontecimento jornalístico assim funciona como memória por meio da repetição, citação e paráfrase.

Malha discursiva do Episódio 7

À atividade no Exército, o coronel conferiu um tom romântico: “Isso é um trabalho pelo qual você se apaixona.” Numa espécie de desabafo, Malhães revelou os motivos que o levaram a contar parte do que sabe. “Como se passaram 50 anos achei que estava na hora de o Brasil conhecer uma história que esteve escondida por tanto tempo”. Questionado se não temia ser punido, o coronel demonstrou tranquilidade. “Estou velho demais para ir para a cadeia. Não vai acontecer nada comigo porque sou considerado incapaz”, explica. (ISTOÉ digital, por Wilson Aquino, 28/03/2014)
http://www.istoe.com.br/reportagens/354771_os+generais+eram+leoes+hoje+sao+ratos

No plano de expressão do relato jornalístico, o adjetivo **romântico** utilizado pelo jornalista soma-se ao verbo **apaixonar-se** na fala de Malhães, proporcionando um efeito de sentido ironicamente construtivo no que se refere ao desdobramento de suas atividades no Exército. É notoriamente sabido que se apaixonar libera adrenalina, aumenta a estima por si mesmo, estimula o apetite sexual: “Normalmente, nós levávamos prostitutas junto com os agentes, para disfarçar. Elas eram presas e, depois, cantadas para nos ajudar por dinheiro. Mas, no Recreio, não as levamos”, conta Malhães ao descrever a busca da ossada de Rubens Paiva, por ele e seus subalternos, nas areias da praia do Recreio dos Bandeirantes (<http://oglobo.globo.com/brasil/mp-vai-denunciar-4-militares-pela-morte-de-rubens-paiva-11891519>). Outros exemplos no plano de expressão, os termos **velho demais**, **acontecer nada**, **incapaz** funcionam como argumentos utilizados por Malhães para sugerir sua própria impunidade. Ao mencionar “na hora de o Brasil conhecer uma história escondida”, Malhães puxa para o plano da história a personagem Brasil como entidade representativa do conceito de nação, e o insere na construção de sua memória pessoal voltada aos seus interesses 50 anos depois, a partir de seu próprio imaginário de país, conferindo dessa forma um tratamento idiossincrático na reconstrução de acontecimentos significativos do passado, que inexoravelmente também fazem parte da memória do Outro chamado Brasil. Malhães, que em 1983 foi para a reserva do Exército e em 2000 chegou a se candidatar a vereador pelo PDT, completou 77 anos no dia 17 abril. Alguns dias antes em depoimento à CNV, ao ouvir que “Seus filhos não têm culpa do pai que têm”, de José Carlos Dias, integrante da Comissão, Malhães retrucou: “Concordo. Mas isso não é verdade. Eu tenho cinco filhos e oito netos.

Com essas reportagens que saíram, eles estão sofrendo sanções”, e argumentou que os torturados, mortos e mutilados ou decapitados por ele também tinham uma família, por isso não iria dizer os nomes de suas vítimas. (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_ic.shtml). Dessa forma, Malhães elege o acontecimento referente às “sanções” como verdade, e como não-verdade, a sua própria opinião e a de Dias. Quer dizer, a verdade é o que acontece, são os acontecimentos, e não o que consideramos ou adotamos como verdade. Usuário de andador para caminhar, hipertenso e cardíaco, Malhães foi encontrado sem vida no chão do quarto de seu sítio no dia 25 de abril, supostamente morto por sufocamento. Vai surgindo outra narrativa, “é quando detectamos os traços dessa narrativa ininterrupta, quando trazemos para a superfície do texto a realidade reprimida e oculta dessa história fundamental, que a doutrina de um inconsciente político encontra sua função e sua necessidade.” (JAMESON, 1992, p. 18). O assassinato funciona como ponto de virada da narrativa jornalística, mostrando um caminho bifurcado para a personagem-sujeito Malhães, que tem interrompido o seu desejo de completar o ciclo *degradação-reparação-melhoramento* (Motta, 2013) de sua própria narrativa, pela fixação da imagem de ‘brabo’. Despontam novas personagens que, na revelação de outros acontecimentos-intriga, podem se transformar em fios de referência ou em fios nodais dos episódios, mantendo a circularidade da narrativa.

Caso Ustra



Coronel-reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra (Foto: Aelton Freitas)

O ponto de partida de análise do caso Ustra são as matérias do jornalismo *online* de revista, a seguir: “*Nunca oculteí cadáver*”, *diz coronel Ustra em depoimento à Comissão da Verdade* (ÉPOCA digital, Redação Época com Agência Brasil e Estadão conteúdo, 10/05/2013); “*COMISSÃO DA VERDADE: Afinal, quem mente? Dilma ou os generais?*” (VEJA digital no blog Ricardo Setti, por Luiz Claudio Cunha, 15/08/2014); “*Reconciliação depende das Forças Armadas, diz coordenador da Comissão Nacional da Verdade*” (CARTA CAPITAL digital, por Marsílea Gombata, 02/09/2014).

A construção intertextual das malhas discursivas seguintes constitui alternativa utilizada na reconstrução da narrativa, com base em depoimento de testemunhas, documentos e relatos de profissionais, por vezes divulgados pelo acontecimento jornalístico. A unidade textual é alcançada pelo entrelaçamento de relatos contraditórios, heterogêneos, num diálogo turbulento e silencioso de vozes dissonantes que atestam a oposição entre os sujeitos-personagens. “No plano da constituição de um *corpus*, a inscrição de um enunciado em um conjunto de formulações – como um nó em uma rede – deve ser caracterizada com base em

uma pluralidade de pontos, constituindo ao seu redor uma sequência discursiva que foi considerada um ponto de referência, uma rede de formulações extraída de sequências discursivas cujas condições de produção são ao mesmo tempo homogêneas e heterogêneas em relação à sequência discursiva de referência.” (COURTINE, 2006, p.70)

Malha discursiva do Episódio 1

[DITADURA - 10/05/2013](#)

"Nunca ocultei cadáver", diz coronel Ustra em depoimento à Comissão da Verdade

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra negou a acusação do Ministério Público Federal de ocultação de cadáver. “Agi com a consciência tranquila. Nunca ocultei cadáver. Sempre agi dentro da lei”, disse Ustra, que comandou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do 2º Exército em São Paulo (DOI-Codi/SP), entre 1970 e 1974. (redação ÉPOCA digital, 10/05/2013)
<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

Muito mais do que simples ocorrência, o acontecimento é transição, visto que percorre o passado pelo fato acontecido, liga o ocorrido ao presente, e reconhece futuros possíveis, interferindo dessa forma na reconfiguração dos efeitos de sentido e de real. No jornalismo, o fato narrado constitui a sombra do acontecimento social, sendo o “*frame* dramático tomado como um definidor prévio da situação de comunicação pelos interlocutores para organizar a complexa realidade política.” (MOTTA, 2013, p.171). As camadas enunciativas da narrativa jornalística atuam no campo da linguagem numa polifonia significativa de eventos que tecem a luta contínua pela hegemonia do dizível, seja como reservatório de esquecimento, seja como motor de construção da memória. Pelo entrelaçamento dos fios narrativos, a notícia produz diversos nacos de sentido e atua na reestruturação do real ao permitir a interlocução de diferentes vozes, exercendo dessa forma papel importante no cumprimento do Estado Democrático de Direito. Esta primeira malha discursiva evidencia o plano de expressão da narrativa jornalística pelo termo DITADURA utilizado na retransmissão, seguida da data de divulgação da matéria, que coincide com a semana de aniversário de um ano de funcionamento da CNV.

O termo **ditadura** constitui o fio nodal que vai conduzir e interligar os fios discursivos do relato jornalístico; a manchete “*Nunca ocultei cadáver*”, diz coronel Ustra em depoimento à *Comissão da Verdade* traz os termos **ocultei, cadáver, coronel, comissão e verdade** que produzem, no plano de expressão, efeitos de real que conectam contextos distintos: os tempos de repressão e autoritarismo do regime militar e a investigação das ocorrências de tortura daquela época com o regime democrático de hoje. O lide relata a tomada pública de depoimento prestado à CNV em 10 de maio de 2013 pelo comandante do DOI-CODI do II Exército em São Paulo, entre 1970 e 1974, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, a personagem principal e eixo da intriga dos episódios analisados.

Nunca é demais lembrar que “as personagens que as notícias relatam habitam a realidade da própria narrativa, assim como nas narrativas realistas da biografia e do documentário, que também representam sujeitos históricos” (MOTTA, 2013, p.190). Pela Análise crítica da narrativa, o sujeito, mesmo sendo real, desempenha a função de personagem no plano da história, sendo uma *figura de papel*, como afirma Barthes (1980). O DOI-CODI/SP – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército em São Paulo – constitui o fio de referência desta primeira malha discursiva como órgão subordinado ao Exército na ditadura militar (1964-85) e um de seus principais instrumentos de repressão nos anos 70. O DOI-CODI é fruto da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, elaborada no governo Médici, em 1970, que define a cadeia de comando do Exército à época: Conselho de Defesa Interna (CONDI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a coordenação do Comandante de cada Exército, segundo consta em publicação do próprio coronel Ustra no livro *Rompendo o Silêncio*. Em contrapartida, Andréa Roloff Lopes, doutora em História pela Universidade do Paraná, relata que

“No período da ditadura acontece o que a autora (Martha Huggins) define como centralização e recrudescimento do autoritarismo do Estado e de sua polícia, resultantes da militarização do Estado. Foram criados vários órgãos de coleta de informações e controle social (como o SNI, criado com a ajuda da CIA e do OPS)⁵ e foram redefinidas

⁵ SNI: O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado por lei em [1964](#) para supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no [Brasil](#) e exterior. http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_Nacional_de_Informa%C3%A7%C3%B5es

CIA: [agência de inteligência](#) civil do [governo dos Estados Unidos](#) responsável por investigar e fornecer informações de [segurança nacional](#) para os governantes [daquele país](#). A principal função da CIA é coletar informações sobre os governos estrangeiros, [corporações](#) e [indivíduos](#), e para aconselhar [políticas públicas](#). http://pt.wikipedia.org/wiki/Central_Intelligence_Agency

OPS: Em 1962, John Kennedy cria dentro da Organização para o Desenvolvimento Internacional (AID) a Seção de Segurança Pública (OPS) que, com a ajuda secreta da CIA, passa ser o principal órgão de intervenção

as funções da Polícia Civil e Militar. O auge desta centralização autoritária e do modelo de especialização e compartimentalização foi a criação do DOI-CODI em 1970. Estima-se que o treinamento tenha atingido cerca de cem mil policiais brasileiros (p. 222). Este recrudescimento e aumento do autoritarismo era visto de forma positiva pela OPS-Brasil, já que a Lei de Segurança Nacional de 1969 (que restringia de forma drástica a liberdade de reunião, associação e imprensa) era vista como uma maneira de facilitar a ação do governo contra a subversão”. (REVISTA História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40) <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2743/2280>

O entrelaçamento de acontecimentos históricos, povoados das mais diversas instituições e indivíduos, vistos sob a ótica da memória como um conjunto de práticas discursivas circulantes, fornecem alguns fios do complexo episódio analisado. No relato jornalístico, as vozes se entrecruzam na significação e ressignificação da memória enunciativa. Com a fala “Nunca ocultei cadáver”, o coronel Ustra remete seus interlocutores à primeira denúncia feita pelo Ministério Público Federal por ocultação de corpo quanto a crimes cometidos pela ditadura militar: Ustra e o delegado aposentado Alcides Singillo, que atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops), receberam a acusação de terem sumido com o corpo do estudante Hiroaki Torigoe, em 1972. Segundo o *site GI*,

“a denúncia do MPF aponta que Hiroaki Torigoe não foi morto na Rua Albuquerque Lins, em Santa Cecília, como consta na requisição de laudo necroscópico, mas foi levado com vida ao DOI-Codi do II Exército, onde foi torturado antes de morrer. A afirmação se dá com base em depoimentos de duas testemunhas, que estavam no local. A vítima era estudante da Faculdade de Medicina da Santa Casa, integrante do Movimento de Libertação Popular (Molipo) e foi morta aos 27 anos. Segundo a denúncia, ao todo 15 integrantes do grupo teriam sido mortos quando estavam em poder do Estado, entre novembro de 1971 e outubro de 1972.

Ainda segundo o que aponta o MPF-SP, os documentos de identificação desses cadáveres foram falsificados. Em São Paulo, o procedimento teria sido adotado com pelo menos nove integrantes de outras organizações, que foram enterrados com nomes falsos ou como desconhecidos. A localização exata dos locais de sepultamento também não consta nas certidões de óbito lavradas com os nomes falsos. Os corpos foram sepultados nos cemitérios de Perus e Vila Formosa, para dificultar ou impedir futuras localizações. Apesar dos registros falsos, as identidades das vítimas eram amplamente conhecidas pelas autoridades envolvidas nas mortes, segundo o Ministério Público. De acordo com a denúncia, a prova de que a identidade de Torigoe era conhecida consta no Arquivo Público do Estado, que armazena 1.293 páginas de documentos pertencentes ao DEOPS, relacionados à vítima.” <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/justica-considera-que-crime-atribuido-coronel-ustra-prescreveu.html>

Por sua vez, a Agência Brasil afirma que

“as testemunhas (André Tsutomu Ota e Francisco Carlos de Andrade) disseram que os agentes responsáveis pela prisão de Torigoe tinham pleno conhecimento da verdadeira identidade do detido. Apesar disso, de acordo com o MPF, todos os documentos a

americano no treinamento das polícias estrangeiras. A OPS foi extinta em 1974. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2743/2280>

respeito da morte da vítima, inclusive o laudo de necropsia, a certidão de óbito e o registro no cemitério foram elaborados em nome de Massahiro Nakamura. Para o MPF, além de usarem o nome falso nos documentos de óbito e de sepultarem clandestinamente o estudante no Cemitério de Perus, em São Paulo, os subordinados de Ustra negaram aos pais do estudante informações a respeito do filho desaparecido. Desde 2006, um inquérito civil público busca localizar os restos mortais de Torigoe.”
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-14/justica-federal-considera-que-crime-praticado-por-ustra-na-ditadura-prescreveu>

O site *GI* relata ainda que, “em 13 de janeiro (2014), o juiz federal Fernando Américo de Figueiredo Porto, substituto da 5ª Vara Federal Criminal em São Paulo, declarou extinta a punibilidade do coronel (Ustra) e do delegado (Singillo). “A prescrição é um instituto que visa a garantir a segurança jurídica das relações sociais, impedindo que o Estado exerça a persecução penal a qualquer tempo”, acrescentou o juiz. Há a possibilidade de recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que abrange São Paulo” <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/justica-considera-que-crime-atribuido-coronel-ustra-prescreveu.html>

O jornal *O Estado de S.Paulo* afirma que “as outras duas denúncias contra Ustra são pelos crimes de sequestro do ex-marinheiro Edgar de Aquino Duarte, em 1971, e do bancário Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, desaparecido desde 1971.”
<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-publico-denuncia-coronel-ustra-pela-terceira-vez,1026843>

Cabe ressaltar que “a transformação de um acontecimento em problema público requer um procedimento de publicitação (tornar público), o qual reclama e mobiliza a atenção pública e faz uso das arenas públicas (media, associações ou comitês de cidadãos, assembleias políticas, comunidades científicas, tribunais, etc.) nas quais os media tem um papel importante.” (BABO-LANÇA, 2012, p. 19). O acontecimento jornalístico enquadra o olhar sobre a linguagem, relata o que deve e o que não deve ser noticiado. O universo de fios narrativos entrelaçados pelo enquadramento da notícia encontra seu limite sobre um conjunto de relatos que propiciam o desdobramento de novos horizontes, num jogo ininterrupto de disputa de sentidos. Ao afirmar que “Sempre agi dentro da lei”, o coronel Ustra se apoia na cadeia de comando da repressão militar estabelecida na Diretriz Presidencial de Segurança Interna. Segundo pesquisa da CNV coordenada pela comissária Heloísa Starling, e relatada na *Folha de S.Paulo* digital,

“a comissão (CNV) mostrou também documentos que delineiam a linha de comando da repressão nos DOI-CODIs, centros de repressão aos movimentos contrários à ditadura. Segundo a comissão, os papéis mostram a cadeia de comando até os ministros militares,

o que evidencia a responsabilidade do Estado brasileiro, e não apenas de indivíduos isolados, nas violações. Apontar os responsáveis, mesmo nos altos graus da hierarquia, é uma das funções do colegiado.”
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1282258-marinha-mentiu-para-presidencia-ja-na-democracia-diz-comissao-da-verdade.shtml>

No artigo *Pequena Introdução à Consciência Jurídica*, o juiz aposentado e senador constituinte José Paulo Bisol ressalta que

As tiranias são os sistemas políticos que mais legalidades produzem. Elas são sempre casuisticamente legalizantes. Diante de cada tato proposto pela realidade social como uma dificuldade, as tiranias produzem novas leis e assim vão legalizando a ilegalidade. No Brasil, por exemplo, nunca se legislou tanto como a partir de 1964. A primeira legislação que se fez nesse período foi para estabelecer que o que havia de mais importante na Constituição, lei nacional máxima, deixava de ser lei. Compreendeu? Isso significa que a primeira lei do período legislou assim: a legalidade constitucional passa a ser ilegalidade e a ilegalidade constitucional passa a ser legalidade institucional. (ANEXOS, p. 166)

Pela análise dos modos de encadeamento do texto, pela polifonia de personagens da narrativa, pelas reformulações parafrásticas e enunciados é possível desnovelar os fios discursivos e analisar a linearidade da cadeia a partir de uma pluralidade de funcionamentos.

Malha discursiva do Episódio 2

Antes das perguntas, Ustra fez um depoimento inicial em que defendeu sua atuação no período militar. "Estávamos cientes de que estávamos lutando para preservar a democracia. Lutávamos contra o comunismo. Se não fosse a nossa luta, hoje eu não estaria aqui porque eu já teria ido para o paredão", disse.(redação ÉPOCA digital, 10/05/2013) <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

É preciso deixar claro que, na análise da narrativa fática do acontecimento jornalístico, o objeto de análise é a narrativa sobre a realidade e como a representação dessa realidade produz efeitos cognitivos no meio circulante da notícia. O coronel Ustra, como eixo da história desta segunda malha discursiva, traz sua própria versão da realidade através de sua estratégia argumentativa, buscando confirmar seu ponto de vista e procurando projetar uma imagem de herói – *preservar a democracia* –, em contraposição à de vilão – *o comunismo* –, na relação comunicativa. Ao afirmar “estávamos lutando”, “lutávamos contra”, “a nossa luta”, a personagem Ustra explicita o conflito e a oposição como elementos estruturadores da sua fala, evidenciando a intriga, tão corrente no texto jornalístico. Motta nos lembra que “rastreamo o conflito principal e os conflitos secundários do noticiário a respeito de

determinado episódio (de um acontecimento-intriga), fica mais fácil observar as relações de enfrentamento nas quais estão envolvidas as personagens, identificar suas motivações e manifestações, suas condutas, ações e papéis na história” (MOTTA, 2013, p. 194).

No entrelaçamento de vozes, o artigo de Andréa Roloff aponta o início do combate ao comunismo no Brasil:

Em razão desta estratégia norte-americana para o combate mundial do comunismo que tem início o programa de segurança pública brasileira em 1957, quando o governador de São Paulo solicitou um estudo técnico sobre a polícia do seu estado. A partir deste momento foram feitos vários contatos com agentes americanos e o general Amaury Krueel, comandante das forças policiais da capital federal. Ele foi aos Estados Unidos para uma visita técnica às forças policiais norte-americanas e deu início a um amplo programa para reformar a polícia brasileira, que tinha como principal objetivo o combate ao comunismo (p. 112).

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2743/2280>

Ao afirmar “Lutávamos contra o comunismo”, o coronel Ustra puxa outros fios de espera e, pelo não-dito da narrativa, revela episódios diretamente relacionados à essa luta contra o comunismo, como o caso do jornalista e militante do Partido Operário Comunista (POC), Luiz Eduardo da Rocha Merlino, preso e torturado no DOI-CODI da rua Tutoia, em 1971. Em junho de 2012 o coronel Ustra foi condenado, em primeira instância, a pagar R\$100 mil de indenização à família de Merlino por ter participado e comandado sessões de tortura que levaram à morte do militante do POC.

Em dezembro de 2013, a *Agência Brasil* relata a audiência da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, onde Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres do governo Dilma, declarou que o coronel Brillhante Ustra é um dos responsáveis pela morte de Merlino. “‘Eu estava sendo torturada e ele também. Ele estava em um pau-de-arara e tinha uma ferida enorme na perna direita, que gangrenava. Ele começou a morrer ali’, disse a ministra. ‘O assassinato de Merlino tem responsáveis e pessoas diretamente responsáveis, com a fúria e selvageria que caracterizava [o período]’, disse, acrescentando que na sala de tortura, em que estavam ela e Merlino, estavam também presentes o comandante Ustra, o capitão Ubirajara [como era chamado o delegado Aparecido Laertes Calandra] e JC [como era conhecido Dirceu Gravina]. ‘Essas três pessoas são absolutamente responsáveis pelo assassinato do Luiz Eduardo da Rocha Merlino’, destacou a ministra. (...) Ivan Seixas, membro da Comissão da Verdade de São Paulo, relatou ter ouvido os gritos de Nicolau [codinome que era usado por Merlino] sendo torturado. ‘A noite inteira a

gente ouviu as torturas pelas quais passou o Nicolau’, disse.”
(<http://www.ebc.com.br/cidadania>).

Merlino foi levado do DOI-CODI da Tutoia para o hospital do Exército para uma possível amputação, que não foi feita. O corpo do jornalista só foi encontrado, porque “o Adalberto, marido da Regina, irmã do Merlino, era delegado de polícia e recebeu um telefonema avisando sobre a morte. A família, que vivia em Santos, veio então a São Paulo e foi ao Instituto Médico Legal. Lá, o diretor disse que não havia nenhum corpo com esse nome. Por ser delegado, o Adalberto conseguiu entrar pelos fundos e foi abrindo porta por porta das geladeiras até que em uma delas ele encontrou o cadáver com sinais evidentes de tortura. Só então o corpo foi entregue à família, em um caixão lacrado. Adalberto foi o único familiar a ver o Merlino morto”, relata a cientista social Ângela Mendes de Almeida, ex-companheira de Merlino e ex-militante do Partido Operário Comunista (POC) em entrevista à *Istoé*, Edição 2233, de 24-ago-12, 21:00
http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/232218_SO+PUNIDO+OS+TORTURADORES+A

No final de setembro de 2014, o Ministério Público Federal de São Paulo faz a denúncia, por homicídio doloso qualificado, contra o coronel Ustra e mais dois militares, Dirceu Gravina (ainda em exercício) e Aparecido Laertes Calandra (servidor aposentado). O médico legista, Abeylard de Queiroz Orsini, que assinou os laudos, também foi denunciado por falsidade ideológica. Relata a rádio CBN:

“MPF-SP denuncia coronel reformado Ustra e dois militares pela morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino na ditadura. Ele era integrante do Partido Operário Comunista e não resistiu aos ferimentos de uma sessão de tortura em 1971. O médico que assinou os laudos de óbito também foi denunciado e vai responder por falsidade ideológica.”
<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/09/22/MPF-SP-DENUNCIA-CORONEL-REFORMADO-USTRA-E-DOIS-MILITARES-PELA-MORTE-DO-JORNALISTA-LUIZ-EDU.htm>

Segundo a Folha de S.Paulo digital de 23 de setembro de 2014, o advogado de Ustra, Paulo Esteves, vai recorrer à Lei da Anistia caso a Justiça aceite a denúncia contra seu cliente. Os procuradores, por sua vez, alegam que não se pode falar em anistia, neste caso,

“os delitos foram cometidos em contexto de ataque sistemático e generalizado à população, em razão da ditadura militar, com pleno conhecimento do ataque, o que os qualifica como crimes contra a humanidade, portanto, imprescritíveis e impassíveis de anistia,” alega a denúncia” <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1520670-ministerio-publico-denuncia-ustra-por-morte-de-jornalista-na-ditadura.shtml>

Pela audição de vozes opositoras, dá-se a reconstrução da narrativa no tocante ao par implícito de opostos *herói-vilão*, projetado no argumento da personagem Ustra. Essa oposição permite estabelecer o quadro histórico, possibilitando a troca de papéis entre as vozes em conflito na narrativa. É um ponto de virada na análise, demonstrando que o que é historicamente específico no caso Merlino constitui exatamente o conflito entre o dito de Ustra e o fato, narrado como acontecimento jornalístico, o qual serviu de ponto de partida para a análise do episódio dessa segunda malha.

Malha discursiva do Episódio 3

“No meu comando, meu senhor doutor Fonteles, ninguém foi morto lá dentro do DOI. Todos foram mortos em combate. Os que o senhor diz que foram mortos dentro do DOI, não é verdade. Eles foram mortos pelo DOI em combate, na rua. Dentro do DOI, nenhum!”, gritou Ustra irritado, socando a mesa, diante da pergunta do ex-procurador-geral da República e então comissário da CNV, Cláudio Fonteles, na audiência pública realizada em maio de 2013 em Brasília.” (VEJA digital, blog Ricardo Setti, por Luiz Cláudio Cunha, 15/08/2014) <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/afinal-quem-mente-dilma-ou-os-generais/>

“Um elemento narrativo torna-se desejável sempre que uma personagem é levada a desejá-lo”, (JAMESON, 1992, p. 158). No plano da história, o sujeito-personagem Ustra utiliza de estratégia argumentativa para que a razão lhe seja garantida por meio da negação do fato ocorrido: *ninguém foi morto dentro do DOI, todos foram mortos na rua, dentro do DOI, nenhum!* num jogo entre aparência dos fatos e realidade da narrativa, a fim de manter guardado a sete chaves o que ocorreu porta adentro do DOI da rua Tutoia, nos tempos da repressão. A pergunta do sujeito-personagem Cláudio Fonteles, comissário da CNV, faz surgir na narrativa um campo de forças de interpretações sociais e históricas contraditórias que transbordam da consciência individual de ambas as personagens, uma vez que essa consciência individual carrega uma carga de significados ideológicos e um modelo em miniatura de organizações institucionais específicas.

Ter razão como elemento narrativo desejável por Ustra é sobremaneira significativo, por apresentar a disputa pela posse da razão como plano de fundo do relato, a metanarrativa desta terceira malha discursiva. O enunciado de Ustra reatualiza o enunciado de Fonteles, estabelecendo relações de oposição entre si, e outras possíveis relações com o não-dito, os enunciados ausentes da malha discursiva. Logo, o texto mantém a unidade interna ao mostrar as contradições de diferentes atos de fala na produção do relato. ‘Patenteado está, sem sombra de qualquer dúvida, que 51 pessoas foram mortas, estando presas no DOI/Codi do II Exército, sendo que (2) dessas mortes aconteceram em novembro de 1973’, afirma o integrante da CNV, Claudio Fonteles.” <http://www.revistasina.com.br/portal/direitos-humanos/item/9534-ao-menos-51-mortes-ocorreram-dentro-do-doi-codi/sp-diz-cnv>

Ao puxar os fios de espera que tecem os tempos do major Ustra como comandante do DOI da rua Tutoia, sobem à superfície novos sujeitos-personagens, como a família Teles, composta de militantes do PC do B, Maria Amélia de Almeida Teles, o marido César Augusto Teles, os filhos Janaína, à época com cinco anos e Edson Luis, com quatro anos, e a irmã grávida, Criméia Schmidt de Almeida. Em 2005, Janaina e Maria Amélia entraram com ação contra Brilhante Ustra, no âmbito da Justiça civil, conforme relatado no *site* do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone (IBGF):

“sustentam ter sido torturados física e psicologicamente (incluídas crianças de 4 e 5 anos e uma grávida de sete meses, Criméia Alice Schmidt de Almeida) no DOI-Codi, tudo ao tempo de Ustra. Eles pretendem que se declare judicialmente que o réu (Ustra), com dolo, cometeu ato ilícito passível de reparação, causou danos morais e danos à integridade física dos autores.” http://www.ibgf.org.br/index.php?data%5Bid_secao%5D=10&data%5Bid_materia%5D=1039

Vale ressaltar que a Lei de Anistia de 1979 apenas impede os processos criminais, o que não impede uma ação de caráter cível declaratória. Em outubro de 2008 a Justiça de 1.^a Instância de São Paulo reconheceu o coronel reformado como sendo o responsável pela tortura sofrida pela família Teles nas dependências do DOI de São Paulo, entre 1972 e 1973. Foi a primeira vez na história do país em que houve um reconhecimento judicial de que um agente de Estado participou de torturas contra civis. Em agosto de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou, por três votos a zero, recurso de Ustra contra a sentença que deu ganho de causa à família Teles. Um dos advogados da família, Fábio Konder Comparato, afirmou ao *site Carta Maior* que

“É preciso uma dose exemplar de coragem para sustentar hoje que a anistia elimina a responsabilidade civil. O artigo 935 do Código Civil é textual: a responsabilidade criminal independe da civil. (...) Não se trata aqui de decidir simplesmente de modo de frio e abstrato, se há ou não uma relação de responsabilidade civil que liga o apelante aos apelados. Trata-se, antes, de julgar se um agente público, remunerado pelo dinheiro do povo, exercendo funções oficiais de representação do Estado, que podia ordenar e executar, sem prestar contas à Justiça, atos bestiais de tortura contra pessoas presas sob sua guarda.”
http://www.cartamaior.com.br/detalhelmpriimir.cfm?conteudo_id=25723&flag_destaque_longo_curto=L

Por sua vez, o desembargador Rui Cascaldi, relator do caso no TJ-SP, refutou ponto de apelação de Ustra: “A própria Lei de Anistia reconhece a relação jurídica que decorre dos delitos cometidos pela repressão, afastando ações no âmbito penal, não no cível.”
http://www.cartamaior.com.br/detalhelmpriimir.cfm?conteudo_id=25723&flag_destaque_longo_curto=L Em maio de 2013, Ustra afirmou em seu depoimento à CNV: “Eu era um agente do Estado, comandante de uma unidade militar dentro de uma cadeia de comando.” Pouco mais de ano depois, em agosto de 2014,

“ministros do Superior Tribunal de Justiça começaram a decidir se o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra pode ou não ser declarado responsável por supostos atos de tortura cometidos nas dependências do DOI-Codi de São Paulo na década de 1970. Até agora, dois dos quatro integrantes da 3.ª Turma do STJ concluíram que não há razão jurídica nesse tipo de ação declaratória. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Não há previsão de quando a votação será retomada. Para os ministros que já votaram, a legislação brasileira reconhece a possibilidade de as vítimas de tortura durante o regime militar exigirem reparação do Estado a qualquer momento porque nessa situação não existe a prescrição.”
<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,julgamento-de-recurso-do-coronel-ustra-e-suspenso,1547561>

O caso da família Teles é um dos enunciados em vigília, ainda não dissipados, podendo reaparecer em ocasião propícia, são os fios de espera desta malha discursiva que fazem com que a memória irrompa no acontecimento (Courtine, 2006). Na voz opositora de Ustra, que nega com veemência a prática de tortura no DOI sob seu comando, a memória é recolhida a sete chaves a fim de manter a legitimidade de quem a recolhe. A relação intertextual de vozes dissonantes está expressa em diferentes sequências discursivas, e proporciona unidade ao relato analisado. De outra parte, a total discordância nos atos de fala dos sujeitos-personagens Ustra, Fonteles e família Teles mantem o conflito da narrativa. No plano de expressão, a persuasão no ato de fala, que busca unir o dissonante (discordante ou imprevisível) e o verossímil (Motta, 2013), dá lugar à imposição com os termos **gritou, irritado, socando a mesa**. Ao negar o mundo da tortura e da morte no recinto do DOI paulistano dos anos de

chumbo, Ustra mantém o compromisso vinculado à sua consciência, conectada aos ideais de hierarquia e obediência, e reafirma o não-dito como sendo o interdito da memória.

Malha discursiva do Episódio 4

Além do coronel Ustra, fala à comissão o ex-sargento Marival Chaves, que atuou na mesma instituição e já prestou dois depoimentos espontâneos à CNV. Marival Chaves e Carlos Ustra estão sendo ouvidos dentro da linha de pesquisa dos grupos de trabalho sobre as Graves Violações de Direitos Humanos cometidas por agentes do Estado ou pessoas a seu serviço entre 1946 e 1988. (redação ÉPOCA digital, 10/05/2013) <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

O quarto episódio apresenta um novo sujeito-personagem da narrativa, o ex-sargento Marival Chaves, que atua no texto como protagonista, ao lado do coronel Ustra e da instituição CNV. Surge na narrativa um encadeamento de ações, revelando conexões e elos que compõem a intriga, ao considerar o depoimento de Marival à CNV, no Grupo de trabalho sobre graves violações de direitos humanos, um dos 14 Grupos da Comissão, que tem por objetivo “a investigação das graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado ou pessoas a seu serviço, especialmente no período de 1964 a 1988, promovendo o mapeamento e o esclarecimento dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres.” <http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/graves-violacoes-de-direitos-humanos-torturados-mortos-e-desaparecidos>

De acordo com relato da *Folha.uol*,

"Ela [tortura] está na origem do golpe de 1964, antes do início da luta armada", disse a pesquisadora e assessora da CNV, Heloísa Starling, contradizendo a principal argumentação dos militares: a de que eles estavam lutando contra grupos organizados que queriam instalar uma ditadura comunista no país. A pesquisadora lembrou que o general Ernesto Geisel, em 1965, chegou a produzir um relatório sobre as crescentes denúncias de torturas na imprensa à época. O chamado "relatório Geisel" negou as denúncias e, assim, disse Starling, "inoculou" a prática de tortura no sistema." <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1282258-marinha-mentiu-para-presidencia-ja-na-democracia-diz-comissao-da-verdade.shtml>

O ex-sargento Marival Chaves trabalhou do DOI de São Paulo entre 1973 e 1976, sendo quatro meses sob o comando de Ustra. A primeira entrevista de Marival sobre torturas foi à revista *Veja*, em 1992, e onze anos depois, em 10 de maio de 2013, no auditório do Centro Cultural do Banco do Brasil, em Brasília, onde fica a sede da CNV, “antes de iniciar seu depoimento, Marival Chaves entregou cartas com conteúdo de ameaças de morte que recebeu (em 1992) por ter denunciado atos de tortura do DOI-CODI.”

<http://oglobo.globo.com/brasil/ex-agente-do-doi-codi-diz-que-ustra-torturava-que-era-senhor-da-vida-da-morte-8350197#ixzz3Ens1VcjV>

Consta na *Folha de S.Paulo* digital, a assertiva de Marival de que o assunto sobre as torturas era frequente entre os funcionários do DOI da rua Tutoia:

“Depois de cada episódio o público interno fervia.’ Segundo ele (Marival), diversas pessoas morreram na instalação do órgão, e esses crimes eram escamoteados “pelos chamados ‘teatrinhos’: suicídios ou conflitos com a polícia forjados. ‘Um capitão (Ustra) era o senhor da vida e da morte’, afirmou (Marival) sobre como as violações poderiam ocorrer.” <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1276485-nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml>

No entrelaçamento de atos de fala, o sujeito-personagem Ustra relata ao jornal *Zero Hora*:

“Agora, esse sargento Marival serviu comigo uns dois meses. Esse cara, não sei o que aconteceu com ele. Eu sei, mas não posso dizer por que ele está fazendo isso. Não posso falar porque não tenho provas, mas sei por que aconteceu. Me consta que ele foi comprado, que ele recebeu grana para fazer isso. Ele disse na Comissão da Verdade que eu era senhor da vida e da morte. Ora, eu era senhor da vida e da morte de quem, meu senhor?” <http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/coronel-ustra.html>

O sargento Marival constitui o fio de referência da fala acima, compõe a trama da narrativa, fazendo conexão e dando seguimento às sequências integradas do acontecimento jornalístico através da posição, oposição e composição das personagens, podemos rastrear a representação das características, atitudes e comportamentos próprios do indivíduo, que replicam na personagem do texto narrado. Ao ser chamado de *senhor da vida e da morte*, o coronel reformado Ustra torna-se elemento-chave no encadeamento da narrativa, e centro da intriga entre personagens. Conhecido como ‘Doutor Tibiriçá’ nos tempos da repressão militar, Ustra conta como escolheu o codinome, em entrevista ao jornal *Zero Hora*:

“Doutor Tibiriçá... eu nunca me escondi com nome de Doutor Tibiriçá. Sabe qual foi a história do Doutor Tibiriçá? Uma vez eu estava lá interrogando um preso que estava chegando, conversando com um preso que tinha acabado de chegar e eu não queria que ele soubesse quem era eu. E aí chegou um coitado de um, de um... Ele era da antiga guarda não sei do que, que foi juntada com a polícia militar. Era um capitão de idade, sem maldade, que chegou dizendo: "Major Ustra, major Ustra, eu queria saber não sei o quê...". Depois, eu cheguei para ele e disse assim: "Fulano, pelo amor de Deus, não me chama de major Ustra na hora que estou falando lá, me chama de Tibiriçá". Falei assim. Não estava me escondendo com o nome de Tibiriçá, porque todos os ofícios eram assinados como major Ustra. É um absurdo eu querer me esconder com o nome de Tibiriçá. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/coronel-ustra.html>

Seja Tibiriçá, seja Ustra, o coronel reformado é mencionado como senhor da vida e da morte pelo ex-sargento Marival Chaves, que explica o porquê da alcunha à CNV: “Acesso livre.

Não só acesso livre (tinha o Ustra) como participava das sessões de tortura. Tenho certeza que ele participava. É importante que se diga que o capitão (Ustra), naquela ocasião, era o senhor da vida e da morte.” <http://www.youtube.com/watch?v=pKcnTDCcDuw>

Na matéria de *O Globo*, que relata o depoimento de Marival Chaves, temos que

“O ex-sargento também contou que os corpos de militantes políticos assassinados em centros de tortura eram exibidos depois para os agentes no DOI-Codi. Ele se recorda da exibição dos corpos do casal Antônio Carlos Bicalho Lana e de sua companheira Sônia Maria Moraes, em 1973. — Eram exibidos como troféu, ainda com sangue jorrando — disse Marival, que já encerrou seu depoimento.” <http://oglobo.globo.com/brasil/ex-agente-do-doi-codi-diz-que-ustra-torturava-que-era-senhor-da-vida-da-morte-8350197#ixzz3Ens1VcjV>

Na narrativa jornalística, o conflito como elemento estruturador da intriga segue evidente em outros acontecimentos jornalísticos, como na entrevista ao jornal gaúcho *Zero Hora*, concedida por Ustra:

“Então, acabou o tiroteio, tinha morto? Levava para o DOI. Estava doente, ferido? Levava para o hospital. No DOI, o corpo ficava ali num lugar deitado, guardado. Eram pequenas as nossas instalações. E esse Marival dizia que eu botava os corpos em exposição. Onde é que eu ia botar? Deixava no pátio esperando chegar o rabecão. A gente entrava em ligação com o Dops, que providenciava tudo. Logo vinha o rabecão. Levavam os corpos, IML, autópsia, sepultamento. Tudo feito pela polícia.” <http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/coronel-ustra.html>

No acontecimento jornalístico, a narração do fato reorganiza o caos no mundo da narrativa através de um processo dialógico que, ao lado da apuração e observação, envolve a pluralidade de atos de fala e a ressignificação de sentidos. A relação sujeito X sujeito permeia esse caminho da narrativa, que traz os relatos das personagens como “jogos de linguagem, ações estratégicas de constituição de significações em contexto, independentemente do seu caráter real ou fictício. Insisti na necessidade de observar o texto narrativo como um elo da relação entre sujeitos interlocutores ativos envolvidos em um ato de comunicação” (MOTTA, 2013, p. 196).

Ao permitir a confluência de vozes dissonantes, o acontecimento jornalístico proporciona a contextualização do fato narrado, como faz o ex-sargento Marival em seu depoimento à CNV, relatado pelo *O Globo*: “Ele (Ustra) circulava pela área de interrogatório, especialmente quando tinham presos importantes sendo interrogados. Eu o vi lá, por exemplo, na antessala do interrogatório, aguardando o momento de serem chamados o Wladimir Herzog e Paulo

Markun (jornalista).” <http://oglobo.globo.com/brasil/ex-agente-do-doi-codi-diz-que-ustra-torturava-que-era-senhor-da-vida-da-morte-8350197#ixzz3Ens1VcjV>

Por sua vez, em seu depoimento à CNV que ocorreu poucas horas depois do depoimento do ex-sargento Marival, o coronel reformado Ustra afirmou, “bastante irritado, que os militares sempre admitiram que houve mortos na ditadura, mas, além dos suicídios de Vladmir Herzog e Manuel Filho – disse ele –, as mortes foram em combate.” <http://www.revistasina.com.br/portal/direitos-humanos/item/9534-ao-menos-51-mortes-ocorreram-dentro-do-doi-codi/sp-diz-cnv>

Ao seguir a raiz histórica e cultural da contextualização do fato narrado, encontramos a solicitação da CNV à Justiça, após pedido da família do jornalista Vladimir Herzog, para correção do atestado de óbito do jornalista. O juiz Márcio Martins Bonilha Filho, da 2ª Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou a retificação do documento a fim de constar no atestado de óbito de Herzog que a “morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (Doi-Codi)”, o que foi retificado em março de 2013.

Consta que documentos, relatórios, registros e afins, que desempenham papel fundamental na construção da memória histórica, aguardam silenciosos em cofres, gavetas e envelopes lacrados, ora como fios de espera a serem puxados, como os arquivos imaculados do Centro de Informações do Exército (CIE), ora como fios de referência presentes nas malhas discursivas dos relatos, como o RPI 06-75, conhecido documento do Exército, outrora confidencial. O jornalista Luiz Claudio Cunha relata que

“o RPI 06/75, Relatório Periódico de Informações do II Exército, reconhecendo a morte de 50 presos no DOI-CODI da rua Tutoia, de 1969 até fevereiro de 1975. O registro, classificado como ‘confidencial’, foi produzido em março de 1975, e as 23 páginas do RPI são rubricadas pelo ‘Gen d’Ávila’ (...) que acabaria exonerado um ano depois por Geisel, após o ‘suicídio’ de Manoel Fiel Filho no DOI-CODI.” . (LUIZ CLÁUDIO CUNHA, 15 ago 2014 às 20h, COMISSÃO DA VERDADE: Afinal, quem mente? Dilma ou os generais?) <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/afinal-quem-mente-dilma-ou-os-generais/>

Seguindo os fios narrativos sobre o suicídio de Manuel Fiel Filho, o *Jornal do Brasil* de 21 de janeiro de 1976, por sua vez, relata que

“Eram 9 horas da manhã de uma sexta-feira, quando dois indivíduos, numa caminhonete bege, pararam em frente à Metal Arte Industrial Reunidas, na zona leste da capital paulista e, identificando-se como agentes do DEOPS dirigiram-se ao encarregado do Departamento de Pessoal da empresa, em busca de Manuel Fiel Filho, empregado há 19 anos - encarregado do setor de prensas hidráulicas, informando urgência em contactá-lo. Cinco minutos depois, de uniforme em brim azul, estava diante deles o funcionário, que havia chegado às 7h ao trabalho.

(...)

Às 22h de sábado, 17 de janeiro de 1976, um táxi apareceu à porta da casa de Manuel, e sem descer, o passageiro informou à sua esposa secamente: "Seu marido se suicidou". E estendendo os braços para fora do carro, entregou-lhe um saco com os pertences que Manuel usava no dia anterior: Blusão, calça, sapatos, cinto e uma nota de Cr\$ 10. Também havia um envelope timbrado do II Exército, com os documentos do operário.

(...)

*A vida e morte de Manuel é a base do documentário **Perdão Mister Fiel - O Operário que Derrubou a Ditadura no Brasil** que mostra a atuação dos Estados Unidos na caça aos comunistas e nas ditaduras militares na América do Sul.* <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>

O *Globo* relata o depoimento em 2013 do ex-governador paulista Paulo Egydio Martins (1975-1979), 85 anos, à Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, chamada Vladimir Herzog:

“Eu era um homem de confiança do Geisel em São Paulo (...). Militares linha-dura como o ex-ministro do Exército Sylvio Frota não queriam que o Geisel desse continuidade à abertura política que ele estava implementando. Eles queriam um regime mais forte e violento – disse Egydio, que acha que as mortes “faziam parte de um plano para tirar o Geisel do poder.” <http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>

De outra parte, o site desaparecidospoliticos.org.br possui relatos provenientes de diversas matérias de jornal sobre a morte de Manuel Fiel Filho, dentro os quais se destaca o *Diário Popular*, São Paulo, 7 fev 1976:

“Apresenta o depoimento do jornalista Rodolfo Konder, preso em 24/10/75, no DOI-CODI, e liberado, em grande parte, devido ao movimento de opinião pública causado pelo assassinato de seu colega Vladimir Herzog, com quem se encontrou durante os interrogatórios e a tortura. Konder ouviu Herzog ser torturado e, certa manhã, os jornalistas presos foram informados de que Vladmir se suicidara. A vítima seguinte foi Manoel Fiel Filho, operário do bairro da Moóca, também sob a versão de suicídio, desta vez com uma meia. O artigo cita que, ao contrário dos anos anteriores, a repressão militar já preocupa camadas amplas da opinião pública brasileira. Sendo assim, Geisel demitiu o comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Melo. Seu substituto afirmou no ato de posse que o combate à subversão e à corrupção continuará, pois a subversão é caracterizada pela expansão do comunismo internacional, que se infiltra até

nas Forças Armadas. Possui carimbo do Serviço de Informações, do Departamento da Polícia Federal. <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>

Da mesma forma, o relato do jornal *Folha de S.Paulo*, 4 nov 1978, é citado no referido site:

“Divulga a declaração do professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Guarulhos José Antônio de Mello, autor da necrópsia do corpo de Manoel Fiel Filho. Ele afirma que a morte do operário em 17/01/76, ocorreu por estrangulamento e não por enforcamento. No exame não foi possível detectar se ocorreu por ação de terceiros ou do próprio Manoel. Casos de auto-estrangulamento são raríssimos, e ele mesmo nunca soube de um caso desses em 20 anos de Medicina Legal. Afirma que o laudo concluído foi perfeito, e não emitiu opinião por não ser de sua alçada. Mostrou-se surpreso quando soube que a esposa de Manoel estava entrando na Justiça para apurar as condições de sua morte, por acreditar que este caso deveria ter sido tratado judicialmente por ser totalmente atípico. Disse não ter sido chamado à época para depor no Inquérito Policial Militar e nem soube de sua existência.”
<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>

A intertextualidade no acontecimento jornalístico parte de um conjunto de textos, produzidos em diferentes espaços-tempo e que circulam na atualidade mediática (Martino, versão revisada de 2012), em um entrelaçamento que fornece à análise narrativa jornalística os elementos que delimitam seu horizonte, propiciam unidade nos atos de fala, dando consistência à reconstrução do acontecimento e à configuração dos sujeitos-personagens do fato narrado.

Malha discursiva do Episódio 5

Ustra aproveitou para criticar a presidente Dilma Rousseff, a quem chamou de "terrorista". Dilma participou de grupos armados que lutaram contra a ditadura durante o regime militar, e passou três anos presa, condenada por "subversão". Em depoimento divulgado ano passado, Dilma disse que foi torturada na prisão, sendo submetida a sessões no pau-de-arara, choques e outras agressões. (redação ÉPOCA digital, 10/05/2013) <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-oculte-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

Para Jameson (1992), o problema do sujeito no processo de construção da narrativa é que as formas da consciência humana e dos mecanismos da psicologia humana não são nem atemporais nem os mesmos em toda a parte, mas envolve uma situação específica e historicamente produzida. Por conta disso, a representação do sujeito-personagem não é uma constante na análise narrativa, e deve ser rigorosamente historicizada. O sujeito-personagem Ustra recorre a estratégias argumentativas em seu depoimento à CNV, trazendo para o enunciado desta malha discursiva uma nova personagem, Dilma Rousseff, como a sua antagonista, chamando-a de **terrorista**, termo que, no plano de expressão, significa aquele que incita o terror, de forma física ou psicológica. Dessa maneira, Ustra reafirma sua posição

como sujeito protagonista da narrativa, mantendo o *status* de personagem-eixo da intriga, cujo contexto traz argumentos estratégicos na produção de sentidos com o objetivo de garantir o posto de senhor da razão.

Ainda no plano de expressão, o termo *subversão* atribuído à Dilma opera como determinante textual que reproduz e expressa o sujeito centrado nos tempos de coisificação (Jameson, 1992). Ir contra a hegemonia do capitalismo pelo caminho da subversão implica um significado alegórico na estratégia argumentativa da ditadura militar, justificando a repressão e revelando intenso conflito na relação sujeito-personagem *versus* orientação política.

Dilma mereceu por parte dos militares o apelido “*Joana D’Arc da subversão*”, correspondendo ao mito revolucionário da heroína francesa que conduziu o Exército do seu país na Guerra dos 100 anos, contra a Inglaterra, e que depois de vencida a batalha, foi capturada e queimada viva por seus adversários. Dilma Vana Rousseff Linhares, codinomes Estela, Wanda, Luíza e Patrícia, iniciou sua militância política em 1967, na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), depois passou para o Comando de Libertação Nacional (Colina), ocupando a direção da organização. Em abril de 1969, o Colina e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca, criaram a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), Dilma ficou na VAR-Palmares, junto com seu companheiro Carlos Franklin Paixão de Araújo, o “Max”.

Sujeitos históricos e organizações clandestinas passam de fios de espera para fios de referência desta malha discursiva, num entrelaçamento de ocorrências que se instalam inexoravelmente nas camadas submersas da narrativa.

Para combater a subversão no país, a cadeia de comando militar dos anos de chumbo portava passaporte expedido pelo arcabouço jurídico de exceção, como os Atos Institucionais, a Constituição outorgada de 1967, a Lei de Segurança Nacional, a Emenda Constitucional no. 01 de 1969, textos que eliminaram a democracia, sistematizaram a prática de violação dos direitos humanos, legalizando o que antes era ilegal. A tortura como rotina é mencionada pelo integrante da CNV, Paulo Sérgio Pinheiro, em artigo de Luiz Claudio Cunha divulgado pela *Veja* digital:

“O comissário Paulo Sérgio Pinheiro enfatizou o absurdo da situação criada pela ditadura: - Havia um arquipélago de centros de tortura em instalações do Estado brasileiro, em todo o território nacional, à custa do contribuinte. Era uma violação sistemática, contínua, rotineira. Imaginem a cena! Enquanto havia gente

numa sala batendo à máquina, fazendo seu trabalho burocrático, na sala ao lado tinha um pessoal usando o pau-de-arara nos presos”. . (LUIZ CLÁUDIO CUNHA, 15 ago 2014 às 20h, COMISSÃO DA VERDADE: Afinal, quem mente? Dilma ou os generais?) <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/afinal-quem-mente-dilma-ou-os-generais/>

A oração *Dilma, torturada na prisão, submetida a sessões de tortura no pau-de-arara, choques e outras agressões* introduz, no plano da história desta malha discursiva, ações que modificam a narrativa trazendo novos elementos ao acontecimento jornalístico. A transformação do relato ocorre por meio de um processo de inversão onde os fios narrativos são tensionados ao extremo, como constatamos em entrevista da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em junho de 2005, ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho. A seguir, trechos da entrevista publicada pela *Folha de S.Paulo*, revelando momentos de altíssima tensão no relato:

“Eu entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar "mata!", "tira a roupa", "terrorista", "filha da puta", "deve ter matado gente". (...)

Depois da palmatória, eu fui pro pau-de-arara. (...)

Mas fizeram choque, muito choque, mas muito choque. Eu lembro, nos primeiros dias, que eu tinha uma exaustão física, que eu queria desmaiar, não agüentava mais tanto choque. Eu comecei a ter hemorragia. (...)

(choque) Nos pés, nas mãos, na parte interna das coxas, nas orelhas. Na cabeça, é um horror. No bico do seio. Botavam uma coisa assim, no bico do seio, era uma coisa que prendia, segurava. Aí cansavam de fazer isso, porque tinha que ter um envoltório, pra enrolar, e largava. Aí você se urina, você se caga todo, você... (...)

"Agora você pensa um pouco". Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar do ladrilho, que era um banheiro, no primeiro andar do DOI-Codi. Com sangue, com tudo. Te largam. (...)

A forma de resistir era dizer comigo mesma: "Daqui a pouco eu vou contar tudo o que eu sei". Falava pra mim mesma. Aí passava um pouquinho. E mais um pouco. E aí você vai indo.” <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm>

Da mesma forma, como cobertura da diversidade do real, trazendo o sujeito e a ação para o relato, a *Folha.uol* revela depoimento de Dilma Rousseff em maio de 2008 na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, também como ministra da Casa Civil do governo Lula:

"Eu tinha 19 anos. Eu fiquei três anos na cadeia. E eu fui barbaramente torturada, senador (Agripino). Qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogador

compromete a vida dos seus iguais." Dilma disse ainda ter orgulho de ter mentido. "Eu me orgulho muito de ter mentido, senador. Porque mentir na tortura não é fácil. Na tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira", afirmou. "Isso faz íntegra a minha biografia que eu tenho imenso orgulho." Nos anos 70, Dilma pertencia à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>

Surgem novas reformulações discursivas, mantendo o fio narrativo e revelando novos sujeitos-personagens, como a atriz Bete Mendes, que encontrou o coronel Ustra numa viagem ao Uruguai em 1985, e o denunciou por tortura ao então presidente José Sarney. O site *midiasemmascara* relata que

*"Uma das integrantes da VAR-Palmares, do setor de Inteligência, foi Elizabeth Mendes de Oliveira, a "Bete Mendes" de novelas como "Beto Rockfeller", que usava o codinome "Rosa" na clandestinidade, talvez querendo ser a "Rosa de Luxemburgo" brasileira. A então deputada federal Bete Mendes, em visita ao Uruguai com uma comitiva do Presidente Sarney, em 1985, acusou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, então adido militar naquele país, de ter sido torturada por ele nas dependências do DOI/CODI do II Exército (São Paulo), onde a terrorista passou 18 dias presa depois de ter sido detida no "aparelho" da Rua General Bagueira, 79, com documentos falsos e roubados para uso do grupo terrorista ("Rosa" ficou presa entre os dias 29 Set e 16/10/1970). A tortura foi negada pelo coronel Ustra no livro *Rompendo o Silêncio*." <http://www.midiasemmascara.org/artigos/governo-do-pt/14069-a-joana-darc-da-guerrilha-a-papisa-da-subversao.html>*

A transformação que ocorre na narrativa pelo confronto de enunciados dos sujeitos coloca em destaque os momentos-chave deste quinto episódio. A verdade dos fatos e a aparência da realidade encontram-se num campo de batalha, materializam-se na forma do confronto e enunciados divergentes, alimentam o campo da memória pelos não-ditos e ditos. Courtine (2006) afirma que a memória está ao mesmo tempo presente-ausente nos enunciados: ausente pelo não-reconhecimento, e presente pela repetição, pela retomada dos acontecimentos: "a função discursiva como domínio de memória permite ao sujeito, portanto, o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como o seu esquecimento ou apagamento" (COURTINE, 2006, p.79).

Malha discursiva do Episódio 6

Questionado se teria torturado o presidente da Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, vereador Gilberto Natalini (PV-SP), em 1972, Ustra respondeu que não tinha nada a dizer e negou o fato. A negativa foi rebatida por Natalini que interrompeu a fala de Ustra aos gritos: "Sou um brasileiro de bem. O senhor é que é terrorista. Eu fui torturado pelo coronel Ustra". Apoiadores do coronel protestaram e o tumulto interrompeu a sessão." (redação ÉPOCA digital, 10/05/2013) <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-oculte-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

O desfecho do depoimento do coronel reformado Ustra à CNV, em 10 de maio de 2013, é o acontecimento jornalístico de referência nesta malha discursiva. O confronto intenso nos atos de fala está explícito no texto, seja pelo não-dito, seja pelo dito: o *nada a dizer e negou o fato*, de Ustra, ou o *aos gritos* de Natalini, o outro sujeito-personagem deste Episódio. Natalini e Ustra acirram o jogo pela disputa de sentidos na narrativa através do embate frente a frente, num mesmo espaço-tempo, evidenciando a total contradição de enunciados, transformando ambos os sujeitos-personagens como testemunhas de si mesmos. "Você acha que eles eram anjinhos que foram mortos na prisão? Eles eram terroristas armados", gritou Ustra, cujos argumentos resgatam sua visão dos anos de chumbo numa projeção do subjetivo, reafirmando o espírito político da repressão militar da época. A *Folha.uol* relata a fala de Ustra no depoimento dado à CNV, que trata desta questão:

"Todas as organizações terroristas, e mais de 40 eram elas, em todos os seus programas está lá escrito claramente: o objetivo final é a instalação de uma ditadura do proletariado, do comunismo"
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1276485-nunca-oculte-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml>

No plano da história, a oração *Eu fui torturado pelo coronel Ustra* revela o conflito dramático do Episódio 6 pelo total desacordo entre as partes e intensa contradição de interesses, elevando a tensão da narrativa ao limite. Ao avançar na análise do texto jornalístico, identificamos o conflito entre os sujeitos-personagens como uma representação da realidade fática que, pelo enquadramento da notícia, transforma-se em acontecimento jornalístico. O campo de batalha pela luta de sentidos segue demarcado nesta malha discursiva pelos atos de fala de Ustra e Natalini, na busca pelo comando de composição da memória. A revista *Época*, em reportagem, relata que

"Estudante de medicina e integrante do centro acadêmico à época, Natalini narrou um episódio no qual o foi colocado por Ustra nu em cima de uma poça d'água com fios de choque atados ao corpo. "Ele chamou a tropa para que eu fizesse uma sessão de poesia. Durante horas ele ficou me batendo com uma vara. Outros vinham e me davam telefone (tapa com as mãos nos ouvidos) e muito eletrochoque", disse Natalini, que compunha poesia de protesto contra a ditadura. Em outra ocasião, Ustra já havia negado publicamente a sessão de tortura, tendo escrito, em setembro de 2012, uma carta aberta em que questiona as afirmações de Natalini."
<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-oculte-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

Ricoeur (2007) afirma que sempre podemos narrar de outro modo, pela supressão, deslocamento de ênfases, reconfiguração dos protagonistas da ação e os contornos dessa ação, desde a contribuição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento. A *Folha.uol* traz trechos deste depoimento do coronel reformado, como acontecimento jornalístico, e apresenta o membro da CNV, Claudio Fonteles, como fio de referência do relato e sujeito-personagem deste Episódio 6:

“Fonteles propôs então uma acareação entre Ustra e o vereador de São Paulo Gilberto Natalini (PV), que momentos antes dera um depoimento, na mesma sessão, dizendo que foi torturado com requintes de crueldade por Ustra.

Ustra se negou: “Eu não faço acareação com terrorista”. Natalini, que estava na plateia, prontamente se levantou, apontou o dedo para Ustra e gritou: “Eu não sou terrorista. Terrorista é você!”. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1276485-nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml>

No terreno da questão sobre a verdade e a mentira, os fios narrativos horizontais do sujeito individual se entrelaçam aos fios narrativos verticais que compõem o contexto histórico da ditadura militar, fazendo com que o par memória-esquecimento irrompa no acontecimento. Courtine ressalta que é por meio do discurso que se faz o movimento de “exumação cumulativa do passado da nação”, quando se “faz falar aos mortos a linguagem dos vivos”. (COURTINE, 2006, p.94). O autor afirma que é por intermédio da memória que o território é demarcado, sendo a narrativa um lugar de memória, uma tática de memória, a cartografia discursiva sendo também uma geografia da verdade e da mentira. Apoderar-se das palavras e as reatualizar faz parte do movimento de construção da memória de si e da memória do outro.

A oração **“Apoiadores do coronel protestaram e o tumulto interrompeu a sessão”** delimita, no plano da história, o ponto de virada da intriga entre os sujeitos-personagens do relato jornalístico, revelando outras pessoas presentes na plateia que tomaram partido de Ustra: **“Terrorista pode falar? se terrorista pode falar, eu também quero falar”**. Surgem na narrativa os coadjuvantes, personagens que representam no texto uma posição de figurante, mas que podem se tornar protagonistas ou antagonistas, em um futuro acontecimento jornalístico. A *Folha.uol* relata que “os dois homens que defenderam Ustra acenaram para ele na saída. Um deles não quis se identificar, apesar da insistência de jornalistas. O outro era o general Rocha Paiva, que já deu diversas declarações contra a Comissão da Verdade.” <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1276485-nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml>

Em dezembro de 2013, o *site Terra* relata a visão da coordenadora da CNV nessa data, Rosa Cardoso, no que tange à violência no período da repressão no país:

"Depois, nós contamos uma história onde o fio condutor é a questão da violência. Não é a questão econômica, é a violência praticada pelo Estado desde 1946 (período inicial de apuração da CNV), embora fosse uma democracia, mas foi uma democracia que conviveu com muita violência", disse Rosa Cardoso."
<http://noticias.terra.com.br/brasil/recomendacao-sobre-lei-de-anistia-divide-comissao-da-verdade,96a457d59ede2410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

Constatamos que o conflito funciona como o fio nodal das malhas discursivas dos seis episódios analisados neste trabalho, sendo o enquadramento do conflito o aglutinador de acontecimentos, o que proporciona a tessitura da intriga, colocando os sujeitos-personagens em posição antagônica, num enfrentamento de sentidos que evolui e sofre transformações ao longo do fato narrado.

Malha discursiva do Episódio 7

"É uma visão equivocada de que a melhor maneira de preservação das Forças Armadas é o silêncio e a ocultação. É um equívoco isso, porque ninguém atribui aos atuais comandantes ou mesmo a quem está na ativa qualquer responsabilidade pelas violações de direitos humanos. Nós temos absoluta clareza de que esse quadro não resulta da conduta dos comandantes e oficiais atuais. Mas na medida em que essa postura obstrucionista acaba se configurando, os atuais quadros das Forças Armadas acabam se associando. Não porque praticaram graves violações, mas pelo acobertamento das investigações."(Pedro Dallari, coordenador da CNV) (CARTA CAPITAL digital, por Marsílea Gombata, 02/09/2014)
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/reconciliacao-depende-das-forcas-armadas-diz-coordenador-da-comissao-nacional-da-verdade-2715.html>

As Forças Armadas surgem como protagonista deste Episódio 7, ao lado de Pedro Dallari, o coordenador da CNV no segundo semestre de 2014. No plano da expressão, o discurso do sujeito-personagem Dallari apresenta tonalidades de aproximação em relação às Forças Armadas, pelo emprego de expressões como *equivoco*, *absoluta clareza*, *quadro não resulta dos comandantes e oficiais atuais*, deixando para trás a relação de conflito dos Episódios anteriores, na busca pela reconciliação.

Em fevereiro de 2014, a CNV solicitou ao Ministério da Defesa a abertura de sindicâncias para que as Forças Armadas investigassem o uso de instalações militares para a prática de graves violações de direitos humanos durante o regime militar. As Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – optaram pelo silêncio como resposta à indagação da CNV que, por sua vez, solicitou esclarecimentos ao Ministério da Defesa a respeito da resposta negativa das Forças Armadas. O *site Terra* relata o fato:

“A Comissão Nacional da Verdade (CNV) considerou nesta segunda-feira (22 de setembro) “positiva” a posição das Forças Armadas, que relatou não dispor de elementos para contestar os atos investigados pela CNV. Porém, para a comissão, o posicionamento é insuficiente diante da evolução dos fatos já revelados.

A nota veio depois da resposta apresentada pelas Forças Armadas para o ofício enviado no dia 13 de agosto, em que a comissão pedia esclarecimentos sobre as sindicâncias internas que concluíram que não houve desvio de finalidade no uso de instalações militares e omitem a ocorrência de tortura nas dependências.”
<http://noticias.terra.com.br/brasil/cnv-considera-insuficiente-posicao-das-forcas-armadas.a3d4b79254f98410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>

Vale notar que nos tempos de ditadura as ações de repressão dos DOI-CODI eram coordenadas entre os militares das três Forças Armadas, além de policiais civis, policiais militares e os da Polícia Federal. O coronel reformado Ustra, em seu depoimento à CNV, ressalta os princípios basilares de hierarquia e disciplina das Forças Armadas. O relato consta como acontecimento jornalístico da *Folha.uol*:

“Com muito orgulho, cumpri minha missão. Portanto, creio quem é que deve estar aqui não é o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. É o Exército Brasileiro, que assumiu, por ordem do presidente da República, a ordem de combater o terrorismo e sob os quais eu cumpri todas as ordens, ordens legais, nenhuma ordem ilegal”, disse. O órgão que ele comandava era o principal centro de repressão do regime.”
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1276485-nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml>

A relação entre os conceitos de causalidade mecânica e causalidade expressiva torna-se útil nesta parte da análise para pensar a efetividade. Para Jameson (1992), causalidade mecânica possui origem cartesiana, de efetividade transitiva e analítica, sem partir de um todo, sendo não só uma forma da falsa consciência ou erro, mas também um sintoma das contradições objetivas ainda presente nas sociedades. Jameson afirma, por outro lado, que a causalidade expressiva consiste de “uma vasta alegoria interpretativa em que uma sequência de eventos ou textos ou artefatos históricos é reescrita em termos de uma narrativa mais profunda, subjacente e ‘fundamental’, de uma narrativa-mestra oculta, que é a chave alegórica ou conteúdo figural da primeira sequência de materiais empíricos.” (JAMESON, 1992, p. 25). O

fió nodal deste Episódio 7 constitui a busca pela verdade dos acontecimentos como narrativa única, constituída pelo encadeamento intertextual de vozes, dissonantes ou não.

Por sua vez, os termos *postura obstrucionista, se configurando, se associando, acobertamento das investigações* ressaltam o silêncio, no plano de expressão do relato, como estratégia argumentativa das Forças Armadas, levando à noção de esquecimento como empecilho à conscientização do acontecimento traumático que foram as graves violações de direitos humanos nos tempos da repressão militar. O esquecimento que mais manipula do que preserva, uma vez que maneja a história autorizada pelo silêncio na narrativa dos fatos, travando a possibilidade de elaboração por parte dos próprios atores sociais sobre os acontecimentos.

Ricoeur nos conta que a linguagem contribui com a habilidade de esquecimento por seus lapsos, pelas lembranças encobridoras, atos falhos, que “assumem na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente a história da memória é capaz de trazer à luz.” (RICOEUR, 2007, p. 455) O autor resalta que tudo o que constitui a fragilidade da identidade não deixa de ser uma oportunidade de manipulação da memória:

Por que os abusos da memória são, de saída, os abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos da memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. (RICOEUR, 2007, p. 455)

O silêncio sobre acontecimentos do passado constrói o não-dito e o interdito da memória do cidadão, que se vê ao final como cúmplice pelo comportamento semi-passivo, “e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um não querer-não-saber.” (RICOEUR, 2007, p. 455)

CONCLUSÃO

Se “a história é o desenvolvimento do espírito no seio da humanidade” (RICOEUR, 2007, p. 316) e “a comunicação tece o véu do mundo codificado” (FLUSSER, 2007, p. 91), então o acontecimento jornalístico é o entrelaçamento da história diária do mundo dos homens, a tessitura de discursos, narrativas e suas filigranas, com desencadeamentos, ramificações e reverberações, interligados no espaço/tempo solto de amarras, aqui, lá, acolá, ontem, hoje, amanhã, no presente que dura e que tece a realidade humana em movimento circular sem começo nem fim, atendo-se dia e noite aos fatos, enquanto houver *homo narrans*.

Os acontecimentos jornalísticos do tempo presente revelam palavras se esbarrando e se confrontando de testemunhas ainda vivas, assim como rastros de acontecimentos de um mundo vivido conforme as necessidades e contingências de uma época. Em consequência, a consciência histórica segue em construção, em um ciclo dinâmico de transformações. Esquecimento ou memória? Que memória o brasileiro ainda possui dos tempos da ditadura? Como o enquadramento dos acontecimentos jornalísticos referentes à Comissão Nacional da Verdade revela o esquecimento, a memória dos tempos do governo militar no Brasil? Como a notícia participa da construção da realidade social?

Vale ressaltar o sociólogo Maurice Halbwachs, que caracteriza a memória como aquilo que vive na consciência do grupo, para o indivíduo e para a comunidade. Segundo Halbwachs, lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum é a memória coletiva. Mesmo que o passado vivo desapareça com os membros da comunidade social, poderá sobreviver como

"história" e, enquanto história, o acontecimento poderá perdurar e se estender além da comunidade que viveu os acontecimentos. Por conta disso, o enquadramento do relato jornalístico segue numa sequência integrada e entrelaçada de fatos narrados, não raro desnovelados pela rememoração do sofrimento, para garantir sua participação ativa na construção de sentidos, ajudar a manter viva a memória coletiva e dotar a sociedade de uma consciência mais coesa ao longo do caminho.

A interação comunicativa entre sujeitos, o falar, o agir e seu convívio acabam por dar sentido à política e ao combate pela liberdade de ser. Como ator social da sua própria história, o homem contemporâneo reordena e reconstrói cotidianamente suas práticas, culturas e realidades, também, pela presença constante e instantânea da mídia que transforma e divulga a notícia recorrente de conteúdos em acontecimentos que chegam a penetrar na cultura e no inconsciente, terreno da mente humana. Revela-se então um movimento contínuo de renovação, um poder transformador, quer pela coletividade quer pelo indivíduo, envolvido por suas histórias que ao longo das cordas do tempo foram arraigadas nos costumes, fossilizadas nas práticas sociais, sedimentadas nas malhas discursivas por fios nodais invisíveis, indissolúveis, anônimos.

Neste trabalho, o agendamento e os enquadramentos ou *frames* como um segundo nível da agenda apontam a notícia não como um reflexo, mas como uma representação da realidade, produto fabricado e determinado por uma sucessão de influências ideológicas do veículo de enunciação, enunciadores e enunciatários, que abrangem níveis de análise, desde o individual até o público e o político.

A análise de discurso em seis leituras mostrou-se eficaz em examinar, decompor, investigar, analisar, desconstruir e construir, expor cada uma das seis leituras interpretativas, assim como estruturar alegoricamente o material de análise como malhas e fios discursivos demonstrou eficácia na operacionalização de análise dos conceitos interpretativos utilizados, ao evidenciar a produção de sentidos e as intenções comunicativas do discurso político da presidente Dilma, na solenidade de instalação da CNV.

Na divulgação *online* do referido discurso político, a empresa jornalística *Folha.com* oferece dimensão mediadora entre a opinião pública e os acontecimentos e discursos políticos, atuando como uma espécie de arena aberta, de ágora dos tempos atuais, proporcionando espaço não só para negociações entre organizações e partidos sob a forma de uma

configuração política, mas também para negociações que sejam acessíveis e discutidas pela coletividade com vistas ao bem comum – o que abarca o conceito chave de democracia. Da mesma forma, a proposição de múltiplas leituras do discurso político confirma a língua como materialidade do discurso, e o discurso como materialidade ideológica do sujeito. A metodologia das seis leituras e os fios e malhas discursivas demonstram, decompõem, reconfiguram o movimento contínuo dos sentidos presente na linguagem, expressão necessária do discurso, e proporcionam a concomitante desconstrução e construção do entendimento na relação da ‘coisa mesma’.

Por sua vez, os procedimentos basilares da análise crítica da narrativa e a estrutura textual da malha discursiva e seus fios mostraram-se eficazes para a desconstrução-reconstrução e a recuperação de sentidos de três narrativas jornalísticas analisadas: a matéria *Vingança é o objetivo*, o caso Malhães e o caso Ustra. O processo de desmontar, identificar, ordenar, nomear, remontar, reconstituir os sentidos da narrativa como representação da realidade e construir de novo o objeto indicam que a análise crítica da narrativa é um porto certo na análise do texto jornalístico, seja pela escrita, imagem ou som.

A análise da narrativa jornalística e sua estruturação em fios nodais, de referência, de espera e as malhas discursivas estabeleceram uma relação de complemento na identificação do agendamento, ao proporcionar a reformulação discursiva dos acontecimentos jornalísticos analisados, bem como a identificação das estratégias narrativas, seus efeitos de sentidos e argumentação retórica. *Vingança é o objetivo*, matéria de *Veja* sobre trabalhos de um ano da Comissão Nacional da Verdade, busca estabelecer uma correlação entre a agenda da revista e a agenda do público, estabelecendo uma comunicação política direcionada para a adesão de seus leitores ao posicionamento depreciativo da revista sobre os trabalhos da Comissão. O caso Malhães e o caso Ustra revelam acontecimentos pela intertextualidade e dissonância de vozes em diferentes episódios, através da narrativa recriada, com seus meandros e subterfúgios, complexidade e intenções, conscientemente ocultas ou não.

No jornalismo impresso ou digital, as narrativas são histórias diárias que tecem fios unindo o passado e o futuro dos acontecimentos, construindo notícias que administram e fundem a memória e o esquecimento do passado com as perspectivas do futuro no sentido de legitimar acontecimentos na comunicação política. O agendamento exerce influência direta na correlação de poder entre os grupos que se legitimam, trazendo instabilidade e constante reatualização das narrativas jornalísticas.

Assim, foi possível confirmar o acontecimento como o elo de ligação entre a análise de discurso em seis leituras e a análise crítica da narrativa, proporcionando em ambas a leitura enunciativa com personagens, enunciadores e enunciatários, e a leitura argumentativa, com efeitos de sentido e efeitos de real. Sergio Porto argumenta que

Se transformamos fatos em acontecimentos, usando a narrativa, a própria notícia como meio de ligação, como ponte para que enunciatários, ouvintes, telespectadores, receptores, enfim, todos aqueles sujeitos que compõem a sociedade de massas possam receber e acolher a existência dos fatos, estamos juntando a análise crítica da narrativa à análise do discurso. Os fatos existem, acontecem, vão acontecendo, vão sendo narrados, vão sendo noticiados, trazendo consigo uma plêiade de sujeitos que co-participam desse vasto processo enunciativo e narrativo. (...)

Não se pode operacionalizar uma Comissão Nacional da Verdade dentro de uma postura de vê-la através do jornalismo que faz a história do presente, sem que se operacionalize as noções e os conceitos de acontecimento. O esquecimento da mídia em relação a fatos acontecidos durante a ditadura militar que assolou o Brasil de 1964 a 1985 revela malhas esquecidas, malhas marginalizadas, possíveis de vê-las na medida que são protegidas pela noção de acontecimento. (...)

Discurso e narrativa são fios e malhas capazes de tecer o tecido social adotando sempre fios de espera. Nesse sentido os fatos podem ser todos eles arriscadamente equiparados a *fait-divers*, eles têm a sua exterioridade mais evidente do que se fossem vistos unicamente através de um texto já redigido e finalizado. (ANEXOS, p. 169-170)

No acontecimento jornalístico, o poder de enunciação faz parte do processo de configuração de realidades sociais, sendo a mídia o espaço contemporâneo no entrelaçamento de vozes dissonantes. Em contrapartida, o silêncio sobre acontecimentos do passado constrói o não-dito e o interdito da memória do cidadão, funcionando como empecilho à conscientização do acontecimento traumático que foram as graves violações de direitos humanos nos tempos da repressão militar. Nesse sentido, o esquecimento mais manipula do que preserva, uma vez que maneja a história autorizada pelo silêncio na narrativa dos fatos, contribuindo com lapsos, lembranças encobridoras, atos falhos, travando a possibilidade de elaboração por parte dos próprios atores sociais sobre os acontecimentos, que se veem ao final como cúmplices pelo comportamento semi-passivo, de não querer saber da própria história, enfim, impossibilitados de escolherem pelo esquecimento feliz, porque consciente.

Desse modo, vale lembrar o que aponta José Murilo de Carvalho: “A construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação.” (CARVALHO, 2014, p.18). O autor desdobra a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, à liberdade de expressão, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis.

Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade, em votar e ser votado. E, por fim, os direitos sociais, que reduzem a desigualdade social pela distribuição da riqueza coletiva, são os direitos à educação, ao trabalho, à saúde. Para o exercício pleno dos direitos, é necessária uma relação de parceria entre Estado e grupos sociais para que a sociedade evolua enquanto nação. A memória coletiva e a consciência histórica exercem papel vital na boa relação Estado/sociedade, tendo a mídia a função interlocutora essencial neste processo construtivo, colocando em pauta o problema da cidadania no Brasil, que absolutamente não prescinde da memória dos acontecimentos de três décadas atrás, e que marcam a história recente do país. Sabemos que a identidade nacional tem seu alicerce não só na língua e na religião, mas também em lutas e conflitos, o que, com o reconhecimento ou não das Forças Armadas, necessariamente inclui os acontecimentos envolvendo tortura, desaparecimentos forçados, execuções capitaneadas pela ditadura militar, que teve seu fim em 1985, e que até hoje reverberam, por exemplo, pelo uso do pau-de-arara em presídios (entrevista José Paulo Cavalcanti Filho, p. 132). Ademais, a relação Estado/sociedade tem seu alicerce na participação cidadã, tendo a mídia assegurado o seu papel de protagonista nos acontecimentos diários da nação.

Por isso, os acontecimentos entrelaçados em fios e malhas discursivas deste trabalho buscam revelar as malhas que antes eram sombras, chegando inexoravelmente à superfície da análise do acontecimento jornalístico pelas representações sociais, consciência histórica e memória coletiva os quais, por sua própria natureza, fazem soar ao longe o ruído resfolegante de cavalos em perseguição de vítimas a passos mais trôpegos que largos, com narrativas marcadas por façanhas vividas nos tempos de ditadura, que a despeito de gritantes violações dos direitos humanos como a tortura, os desaparecimentos forçados, a ocultação de cadáveres não irá silenciar em tempo algum os tambores, liras e flautas. Personagem marcante desde os tempos greco-trágicos do ditirambo, eis que surge o bode trazendo de lá de dentro da caverna de Platão a consciência transformada em uma consciência mais ‘humana’, com a verdade flamejando em tempos de democracia e de direitos humanos, direitos humanos como verdade inquestionável, por isso universal.

ENTREVISTAS

Como parte final do trabalho de dissertação, fiz duas entrevistas com dois membros da Comissão Nacional da Verdade: José Paulo Cavalcanti Filho, por telefone, em 14 de dezembro de 2014; e Pedro Dallari, coordenador da Comissão, por correio eletrônico, em 30 de dezembro de 2014. A seguir, as entrevistas.

José Paulo Cavalcanti Filho

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Valéria!

VALÉRIA DE CASTRO: Olá, dr. José Paulo!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Tudo bem, querida?

VALÉRIA DE CASTRO: Tudo bem? Como foi o domingo?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Foi ótimo, extraordinário. Estava na casa do... eu sou padre da igreja da besta fubânica.

VALÉRIA DE CASTRO: Nossa!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Rsrtrs um doido que fez um blog...que se chama ... Jornal da besta fubânica.

VALÉRIA DE CASTRO: Ah...vi uma menção na internet a respeito.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: São apenas 100 mil acessos por dia!! Acessos distintos. É um sujeito adorável. Aí junta alguns poucos amigos no domingo, Jessier Quirino, se você não conhece você vai conhecer. É um mito, um contador de causos, o maior cantor... o almoço foi bode, bode guisado é bom demais...

VALÉRIA DE CASTRO: Ah é... muito gostoso.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Você sabe, Valéria, eu tenho uma teoria... tem tempo pra me ouvir um pouquinho?

VALÉRIA DE CASTRO: Olha, todo o tempo do mundo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: É o seguinte: A vida não é uma estrada reta, que você vai sempre em frente, já sabendo onde vai chegar.

VALÉRIA DE CASTRO: Ainda bem.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: A vida parece mais um cordão sem ponta, você anda sempre em frente, mas a partir de um pedaço do caminho você já está voltando, por isso

é que na ida, no começo, você quer conhecer lugares novos, músicas novas, amigos novos, livros novos, tudo novo. A partir de um certo momento, você quer voltar para os lugares que você gostou, ouvir os mesmos discos, ler os mesmos autores, conversar com os mesmos amigos as mesmas conversas. Agora o que eu descobri é que é mais do que isso. Um minutinho que vou acender o meu charuto...

VALÉRIA DE CASTRO: Que maravilha!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Aí, deixa eu lhe dizer, o que descobri é outra coisa. Até os 13 anos eu estudei pra ser maestro.

VALÉRIA DE CASTRO: Maravilha.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Estudei 8 anos de piano clássico, toco todos os instrumentos, só ouço música clássica.

VALÉRIA DE CASTRO: Maravilha.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Depois a vida judia com a gente e inventei de ser diplomata, aprendi um caminhão de línguas, depois decidi ser filósofo, só lia filosofia, tive que aprender grego antigo pra poder estudar os clássicos, e acabei advogado de província, não importa.

VALÉRIA DE CASTRO: Maravilha.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Ainda hoje só ouço música clássica ou jazz e de repente...eu começo a gostar de cantoria... sou do Recife, sou urbano, nunca ouvi cantoria até ficar gente grande, e cantoria é cantiga de meu pai e de meu avô, que são do interior. Minha mulher é autora culinária, tem livros que chegaram à final do Jabuti, viajo pra França todo ano para fazer circuito culinário, aí de repente começo a gostar de bode, carne de charque, tanajura, e não são comidas da minha infância, são comidas de meu pai de meu avô que são do interior. Então a minha conclusão é que a raiz da gente não é quando a gente nasce, está muito mais atrás.

VALÉRIA DE CASTRO: Anterior, tá no DNA.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI Fo.: E a gente percebe que está ficando velho, quando começa a ser assaltado por esses fantasmas do passado, os cantares e os sabores dos pais e do avô que estão lá pra trás...

VALÉRIA DE CASTRO: Coisa boa, essa é uma magia da vida que dá um colorido especial.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI Fo.: Rsr's Pois é, então já vamos começar explicando logo a você isso.

VALÉRIA DE CASTRO: Muito bom, maravilhoso. Então, eu quero começar te agradecendo imensamente por sua generosidade, disponibilidade, abertura...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Para com isso, Valéria, tá gravando?

VALÉRIA DE CASTRO: Quero te agradecer de coração.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Tá gravando, ou não?

VALÉRIA DE CASTRO: Olha, como vou colocar sua entrevista na íntegra na conclusão do meu trabalho de dissertação, preciso gravar e vou pedir sua permissão.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Que nada! Cadê meu charuto que caiu por aí?!

VALÉRIA DE CASTRO: Achou?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Achei! Caiu. Vamos começar. Primeiro, leia a revista *Época* de hoje.

VALÉRIA DE CASTRO: Procurei a revista *Época* digital, e ler sua entrevista...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: É um artigo que escrevi na quinta a noite, Deus sabe como. Meu sogro de 90 anos quebrou o fêmur. Aí...minha mulher, que é filha única, olhe!! num finzinho de noite escrevi correndo este artigo, mas é exatamente o que eu penso. Portanto, depois você lê.

VALÉRIA DE CASTRO: Desculpe não ter lido. Vou ler com o maior prazer hoje ainda.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Ótimo! Maravilha! Vamos lá.

VALÉRIA DE CASTRO: Então, a primeira pergunta é bem genérica. Para o sr, qual o significado desses 2 anos e 7 meses de trabalhos da Comissão Nacional da Verdade?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Valéria, há duas dimensões. Uma pessoal, e uma institucional. Começo pela menos importante, que é a pessoal. Aqui pra nós, é uma sensação de um enorme alívio porque isso, eu não queria fazer parte. Quando ligaram do Planalto: o sr gostaria de participar? Não, muito obrigado. No dia seguinte: Se a presidente te nomear, o senhor renuncia? Não. Então, venha jantar com ela. Mas, minha filha, eu tinha dito que não queria. Ah, mas o sr. disse que não renuncia, ela está te chamando pra jantar. Eu nunca tinha visto. Então, chegou como um susto! Sempre soube que o insulto mais fácil, já ocorreu aqui em Pernambuco, é dizer que era uma boquinha. Renunciei a salário, renunciei a jetons, renunciei a celular, a ipad, a tudo. Paguei do meu bolso os hotéis, as refeições. Passei quase todas as 2^a s e 3as feiras de dois anos e meio longe do escritório. E portanto o trabalho não nos envergonha e portanto é um alívio que volto à vida normal, é esta a dimensão pessoal.

VALÉRIA DE CASTRO: Certo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: A dimensão institucional, que é a única relevante, é de extremo...não sei se posso usar a expressão.. orgulho, um privilégio você poder re-escrever um pedaço da história do seu país. Foi com essa visão que entrei, a busca alucinante da verdade, mesmo sabendo das limitações da natureza humana, é a verdade possível, a compulsão de não errar, a preocupação de não ser injusto, de ser razoável, ter cautela, de saber que não haveria desculpa para falhas evitáveis. Então, a sensação é de orgulho ou privilégio de perceber que você escreveu a história do seu país, poder re-escrever um pedaço da história do Brasil é realmente a sensação de estar com a consciência absolutamente tranquila. E veja, Valéria, fomos criticados pelos dois lados, os militares que nos chamaram de rizeiros e pândegos...

VALÉRIA DE CASTRO: É.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: E pediram à justiça a proibição da divulgação do relatório. E alguns companheiros de lutas e de liberdade que nos chamaram de covardes que também pediram a não divulgação do relatório. Então, eu sempre achei, pra encerrar essa

conversa, o pior que podia acontecer é não acontecer nada, ninguém falar nada, porque seria a prova de que o relatório foi irrelevante, graças a Deus isso não ocorreu. A segunda coisa que eu queria é que os dois lados... Se só um lado que criticasse nós teríamos errado na dose. Como foram os dois, é a melhor prova, prova provada, de que o equilíbrio está no meio. Nós fizemos a coisa certa. E tem um comentário marginal, lateral, que é pra dizer o seguinte, como são parecidos os dois lados. Isso é censura. Os dois lados, direita e esquerda, têm um prazer recôndito de censurar. Nas pontas, não sei bem, o discurso é de democracia, mas não tem nenhum constrangimento em praticar a censura de uma maneira mais deslavada. Sinto um privilégio de ter contribuído em re-escrever um pedaço da história, e em paz, porque as críticas dos dois extremos mostram que ao mesmo tempo fizemos algo equilibrado.

VALÉRIA DE CASTRO: Ótimo. Aproveitando a sua fala, dr. José Paulo, sobre esta questão da procura da verdade, dessa reconstrução dessa re-escritura da nossa história recente do país, que é um trabalho inestimável de vocês, parabéns, parabéns, parabéns...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Obrigado.

VALÉRIA DE CASTRO: Aproveitando esse gancho, o que o sr. diz sobre a memória coletiva, qual o lugar da memória do nosso povo nessa procura da natureza humana, nessa procura da verdade da natureza humana. Qual o lugar da memória?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Todo povo tem direito à história. E a história estava mal-contada. Por quê? Porque houve censura, durante os 20 anos negros de governo autoritário, de ditadura, houve um lado para o qual nunca houve censura. Então nunca houve dificuldade de contar o pedaço da história de quem não usurpou o poder. Esse pedaço nunca houve nenhuma limitação. E é por isso que a gente se concentrou no outro lado da história. A história que não podia ser conhecida porque decorreu sob o mito de censura.

VALÉRIA DE CASTRO: Exato.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Aí as pessoas dizem: 'Mas devia contar os dois lados.' Eu pessoalmente sempre fui a favor de contar os dois lados. Acho até que o pessoal, o clube militar etc devia ofertar à nação o outro lado para que os dois pedaços fossem incorporados à história. Nada contra. Agora é evidente que, se de um lado não havia censura, para falar na bomba do aeroporto de Guararapes, nunca houve censura nisso. O lado de cá sempre viveu sob censura, este lado que estava desconhecido por um determinado cidadão comum. De forma que a resposta, diretamente, é que, por reconhecer que todo povo tem direito à sua história, eu acho importante contar um pedaço da história que a maioria da população não conhecia.

VALÉRIA DE CASTRO: Exatamente.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Sobretudo, Valéria, porque 82 por cento da população não era nascida quando ocorreu o golpe de 64. 80 milhões de pessoas nasceram depois do fim da ditadura, então sobretudo essa meninada precisa conhecer um pouco melhor o que foi o Brasil, até para valorizar seus heróis, reverenciar seus mortos, por aí.

VALÉRIA DE CASTRO: Isso mesmo. Então, sobre esses 20 anos negros de ditadura aqui no nosso país, que verdades o sr. apontaria lá no topo da lista que vieram à tona a partir desses acontecimentos investigados pela Comissão Nacional da Verdade, particularmente no que tange à tortura, dr. José Paulo?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Veja bem, vou responder em três linhas. A primeira linha é a que eu considero a mais importante. O mais importante foi algo que foi se conformando aos poucos, é a consciência plena que permite a gente afirmar com absoluta segurança que a violência praticada pelo Estado foi uma política de governo, uma política de Estado que contamina os três níveis: os responsáveis políticos que ocuparam cargos, presidente da República, ministros, chefes de poder. Num segundo nível, os diretores específicos dos órgãos, director-geral do DOICODI, quem mandava na OBAN, quem operava no SNI, na polícia federal. E num terceiro nível os operadores físicos, em baixo. Esta é a primeira vertente. A segunda é dizer que tivemos a preocupação sobretudo de mostrar aos jovens, a quem não conheceu aquilo, qual era a estrutura da cadeia de comando, em que lugares se praticava a tortura com mapas e fotos, quais eram os tipos de tortura. Nós escrevemos os 30 tipos mais usuais de tortura, eu digo pau-de-arara, eu digo cadeia-do-dragão, eu digo telefone, e as pessoas não sabem o que é isso. Há uma descrição física de tudo isso, culminando com a indicação de 377 nomes de violadores de direitos humanos e 434 vítimas da repressão. Mas o terceiro nível, não ria não, mas o que mais me atrai é a chance de poder quase tocar a natureza humana. As tragédias individuais, uma a uma, que se perdem, quando você conta a história, a história é uma linha generalizante. Você perde o caso concreto. O que mais me fascinou, a mim pessoa física, é o exame dos casos concretos em que a natureza humana explode na sua frente, explode. Eu por exemplo tô contando na revista Época, três deles. Vou contar pra você rapidamente, sem dar os nomes. Eu tenho os nomes e prefiro não dar. É o caso.

...Uma mãe vai ao médico. O médico informa a ela que a metástase tomou conta do corpo dela, e ela tem no máximo seis meses de vida, e ela arrume a vida porque ela não tem muito tempo. A mãe diz ao médico: ‘Mas dr eu não vou morrer antes de enterrar meu filho.’ O filho dela, ela perdeu no Araguaia, foram 70 guerrilheiros, e morreram todos eles. ‘Mas a sra. me desculpa, a sra. tem seis meses de vida.’ ‘Dr, o sr. desculpa, eu não vou morrer antes de enterrar meu filho.’ Depois desse diálogo meio sem sentido ela se retira e vai pra casa. Cinco anos depois, portanto muito depois dos seis meses vaticinados pelo médico, cinco anos depois, nós ligamos pra ela e: ‘Olha, eu acho que encontramos dois corpos e achamos que um é o do filho da sra.’ Ela foi a Brasília, fez o dna, era o filho.

VALÉRIA DE CASTRO: Nossa! Qual o nome do filho dela?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Esse eu vou dizer. Ela se chamava Luiza Gurjão e o filho se chamava Bergson Gurjão. Houve um problema...você não tem idéia de como a gente acha um corpo né Valéria?

VALÉRIA DE CASTRO: Tem que revirar os cemitérios...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Não é isso. No Araguaia, os mateiros diziam: ‘Por aqui.’ ‘Mas por aqui aonde?’ Aí vão arqueólogos examinando características geológicas do chão, e veem: ‘O mais provável que seja nessa área.’ Mas essa área mais provável é como um campo de futebol. Então trouxemos um robô de ossos do Vietnã, que a gente esquadria o terreno com linhas de nylon, o robô passa por cima dessas linhas sugerindo onde é o lugar mais provável de ter osso.

VALÉRIA DE CASTRO: Nossa!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: É claro que às vezes é osso, às vezes é tatu, às vezes é pedra, às vezes é raiz... o que mais aconteceu foi buraco de tatu, sem tatu dentro.

VALÉRIA DE CASTRO: Rsrtrs

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Pois bem, você chega, e ele diz também em que profundidade está. Ele te diz a profundidade, você pára meio metro antes, por medida de segurança. Define a cova. Entra numa ponta dois arqueólogos com duas escovinhas A cova é aberta com escovinhas varrendo areia de um ponto para o outro. Quando eles acabam, tá cheio de areia. Sai da cova, entra o homem com a pá e tira a areia. Sai o homem da pá e entra os dois homens com as duas escovinhas...já imaginou o tempo que se gasta pra cavar uma cov? Pois bem, depois achamos poucos ossos, e mandamos pra dna. Depois de mandar metade dos ossos pra dna, o que sobra de osso cabe numa caixa de fósforos. Agora, a mãe está esperando o cadáver do filho, não tá esperando uma caixa de fósforos, com três ossos dentro.

VALÉRIA DE CASTRO: Que coisa!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Você pega o caixão, põe 50 kg de areia, e solta na areia os quatro ou cinco ossinhos que sobraram, aparafusa para ninguém poder abrir o caixão, devolve. Devolvemos à d. Luiza. O velório foi uma grande festa. Os amigos do passado e do presente, vão todos para o cemitério, mas ali não parecia velório, nem parecia enterro. Estavam todos muito felizes, por enterrar o filho. Na hora do enterro d. Luiza pede a palavra e diz: ‘Esse é o dia mais feliz da minha vida, aqui está meu filho querido aqui, nesta cova ao lado, vamos ficar juntos pra sempre. Estou muito feliz e agradeço a vocês por terem vindo.’ Estava rindo. Foi pra casa. Deve ter dormido em paz pela primeira vez em muitos anos, deve ter sonhado com as estrelas, e...morreu!!!

VALÉRIA DE CASTRO: Que coisa incrível!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Não é uma bela história?

VALÉRIA DE CASTRO: Belíssima.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Esse eu prefiro não dizer. O outro cadáver nós chamamos o pai: ‘Encontramos seu filho.’ Ele disse: ‘Eu não tenho filho.’ ‘O sr. desculpe, mas aqui está, é seu filho.’ ‘Não. Esse é um menino que um dia brigou comigo, brigou com a mãe, brigou com os irmãos, disse coisas horróras sobre nós, disse que não era mais meu filho, nem da mãe, que não era mais irmão dos irmãos. Ele tinha uma família nova e ia viver com a nova família no Araguaia.’ ‘E o que vamos fazer com os ossos?’ ‘Enterre ele junto da família dele, e vá embora.’ Ora, é claro que ele pode ser um egoísta, e não estar querendo perdoar o filho. Mas talvez seja algo muito mais dramático. Talvez seja um pai, uma mãe, e irmãos que sofreram tanto, que depois de tanto tempo puseram uma pedra nesse sofrimento e não querem reabrir essa ferida. Tá certo?

VALÉRIA DE CASTRO: Com certeza. Teve um sofrimento enorme.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: O terceiro e último caso. D. Rizoleta Collier. Meu maior amigo de infância foi Eduardo Collier. Não sei se fui o último amigo a vê-lo vivo ou um dos últimos, porque ele morava em Salvador e fui a um congresso da UNE e fiquei na casa dele. Pois bem, prendem na saída de um hotel Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, dois pernambucanos no Rio. Um mês depois, Duda desaparece e não dá notícia à mãe. Um mês depois chega um capitão e diz: ‘Rizoleta, seu filho está bem, em Resende. Pede livros e roupas.’ Eu perguntei ao ministro da Defesa e ao assessor lá do Exército se havia algo em Resende, alguma instalação militar em Resende. Me disseram que havia uma escola e também um presídio lá. Então se explica Resende por isso. Aí, no dia de visita, ela foi lá e disse que queria falar com Eduardo Collier. ‘Não tem ninguém preso com esse nome.’ ‘Eu

quero falar com o capitão tal.’ Também não existia mais o capitão. Ela ficou desesperada e ela disse: ‘Vou achar esse capitão.’ Achou dois meses depois, já era major em Ilhéus. Ela pegou o avião e chegou de noite em Ilhéus. Nessa mesma noite foi bater na casa do capitão, quando bateu, que o capitão abriu, na época já era major, o major viu que era a Rizoleta, ele disse: ‘Em que posso servi-la?’ ‘O sr. se lembra que estive na minha casa, dizendo que meu filho estava bem?’ ‘Eu nunca falei com a sra.’ ‘O sr. se lembra que estive em minha casa?’ Ele disse: ‘Eu nunca lhe vi, minha senhora.’ ‘Pelo amor de Deus, o sr. se lembre.’ O major pegou ela pelos dois ombros balançou com muita veemência, olhou nos olhos dela e disse: ‘Minha sra, olhe nos meus olhos, não é possível que a sra. não esteja entendendo o que eu tô lhe dizendo, eu nunca lhe vi, não está entendendo não?’ Rizoleta percebeu naquela hora que o filho estava morto. Não chorou na frente do major. Disse muito obrigada, foi até a rua e deixou pra chorar na rua. Dez anos depois, fez uma missa. Quando acabou a missa pela alma de Eduardo, Duda, meu queridíssimo amigo, quando acabou, eu disse: ‘Rizoleta, Duda morreu há 10 anos. Por que essa missa agora?’ ‘Meu filho, quando um filho da gente morre, morre de vez. Mas quando ele desaparece, não morre não, fica sempre uma pontinha a pulsar no coração.’ Ela disse assim mesmo: ‘Ele morre 99,99 por cento, fica o restinho no coração, fica a esperança de que ele reapareça, e eu não aguento mais. Essa missa é pra enterrar de vez Duda, ele precisa ser enterrado.’ Então, essa terceira linha é uma confidência pessoal a você, sempre foi o que mais me atraiu, o exame das tragédias humanas no seu estado mais puro.

VALÉRIA DE CASTRO: Exatamente. É o que traz a gente pra realidade.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Incrível não é...

VALÉRIA DE CASTRO: São os fatos, não é isso?

Pausa.

VALÉRIA DE CASTRO: Alô?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Estou lhe ouvindo...

VALÉRIA DE CASTRO: Então, mas é isso mesmo. No meu trabalho, dr. José Paulo, eu analiso dois casos, mas os casos dos coronéis, dos comandantes dos DOICODI.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Perfeito.

VALÉRIA DE CASTRO: Um é o caso Malhaes, as confissões dele e...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Não sei se você sabe como era Malhões na sua vida pessoal. Deixa eu lhe dar um detalhe que não sei se você sabe. Ele morava com um casal de caseiros que tinha uma menina de 13 anos. Ele botou os três à mesa e propôs um contrato aos caseiros. Ele passaria a dormir com a filha, e garantiu que se responsabilizasse pelos pais e pela filha até a morte dele, até o fim da vida.

VALÉRIA DE CASTRO: Meu Deus, eu não sabia disso.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Pois é. Ele era um homem meio esquisito. Todos concordaram, assinaram o contrato, a menina passou a dormir com ele todas as noites, e ele honrou o contrato até o dia que morreu, pagou a menina, sustentava a menina, o pai e a mãe. Era um ser meio esquisito o Malhões.

VALÉRIA DE CASTRO: Esquisito demais!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Era só pra lhe dizer uma pequena inconfidência familiar, só pra você entender quem era ele.

VALÉRIA DE CASTRO: É, nossa! ele era...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Vamos pra frente, diga lá!

VALÉRIA DE CASTRO: O outro caso do meu trabalho é o caso Ustra.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: O caso Ustra.

VALÉRIA DE CASTRO: É o silêncio dele né? Eu uso a intertextualidade...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Ele não é tão silêncio não, porque ele escreveu um livro...

VALÉRIA DE CASTRO: Escreveu: Rompendo o silêncio.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Ele escreveu um livro. O Ustra é um desses casos de que o sujeito está absolutamente convencido de que fez a coisa certa. Ele pode estar errado, não quero julgar ninguém, eu pessoalmente acho que ele errou, mas ele está convencido que fez a coisa que estava certa.

VALÉRIA DE CASTRO: É. Ele deu uma entrevista ao Zero Hora de Porto Alegre dizendo que nunca fez nada disso e que ele jura pelas filhas dele, que ele tem duas filhas não é...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Coitadas delas...

VALÉRIA DE CASTRO: A minha impressão é que ele mantém isso para as filhas, eu tenho essa impressão... o sr falando da natureza humana, não é? Eu tenho essa impressão dele.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Vamos pra frente.

VALÉRIA DE CASTRO: Vamos pra frente. Então, dr. José Paulo, um dos objetivos da CNV é promover a efetiva reconciliação nacional. Como esse silêncio das Forças Armadas sobre os acontecimentos que marcaram a ditadura, é possível o país alcançar consigo mesmo essa reconciliação?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Eu vou dizer o sentimento que eu tenho no coração. As comissões da verdade, são 40 países que fizeram, quase todas foram constituídas por decreto presidencial ou portaria, entre seis meses e um ano depois da transição de poder. Um poucas foram constituídas até um ano e meio. O que distingue a nossa das outras é que a nossa foi constituída por lei, pelo Congresso Nacional, e veio 30 anos depois, não é a mesma coisa. O meu sentimento é que bem ou mal o país já está conciliado.

VALÉRIA DE CASTRO: Que bom.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: O meu sentimento é esse. Por quê? A pauta do país é outra hoje, eu com enorme franqueza, com absoluta paz de espírito, a reconciliação nacional não é uma palavra de ordem, não é a pauta do país, a pauta do país hoje é o combate à corrupção, contaminou todas as esferas de poder, é um modelo econômico mais inclusivo, é uma política sólida contra apartação social, é uma educação de qualidade que permita a mobilidade social, é uma saúde decente, estas são as pautas, a conciliação é uma pauta de 30 anos atrás. E eu proponho como critério para definir se fizemos ou não conciliação, a comparação com os dois outros grandes países da América Latina que são o Chile e a

Argentina. E na comparação eu acho que fizemos uma transição muito mais tranquila da ditadura para a democracia do que nossos dois países irmãos. Então, eu temo que a palavra conciliação fique mais nos discursos do que na realidade. Um direito à história sim, mas considerar que o país não está conciliado pra mim é um erro de perspectiva, honestamente.

VALÉRIA DE CASTRO: Entendo. Mas seguindo esse raciocínio, dr. José Paulo, as conclusões a que chegaram a Comissão são a comprovação de graves violações de direitos humanos e a persistência atual dessas graves violações de direitos humanos.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Mas em outro nível.

VALÉRIA DE CASTRO: Outro nível. Com certeza.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: A estrutura policial continua violenta, a violência não desapareceu. Sartre dizia que violência é o estado natural do homem. Nós nesse sentido não conseguimos ainda construir um país respeitoso com os direitos humanos, é outro patamar, não é mais com base em ideologia nem política. A violência hoje é contra drogado, contra traficante, contra...continua. Não há dúvida. Não estou me referindo a essa. Agora, aquela violência contra crimes políticos essa não tem mais não.

VALÉRIA DE CASTRO: Exatamente.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Perdão, perdão, mas eu acho que não tem, é falso. Ninguém vai preso porque é comunista, e nem vai pro pau-de-arara. Agora tem muita gente no pau-de-arara que é ladrão de carro. É outra coisa, a violência continua, não tô dizendo que não continua não, tô dizendo só que é uma violência que não tem matriz política, agora não é, é matriz policial mesmo.

VALÉRIA DE CASTRO: Exatamente. Com essa comprovação e essa persistência, ainda teve como conclusão da Comissão essa caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade, não é isso, dr. José Paulo?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Nesse ponto, para ser fiel ao que eu penso, concordo com tudo. Valéria, deixa eu lhe explicar, não vou cansá-la com citações legais, vou ficar no mais simples. Haveria uma razão que poderia me levar a votar pela punição dos velhinhos que torturaram que ainda não morreram. Morreu mais da metade não é? Haveria. Era evitar que no futuro isso pudesse acontecer novamente, ou seja, se for acontecer no futuro, lembre-se que os outros pegaram. Isso é falso, já está na constituição, os crimes contra a humanidade já estão na constituição. São crimes contra a humanidade que é imprescritível então, quem vai impedir que isso de voltar a acontecer não é o julgamento deles pessoal, é a constituição que passou a incorporar em suas cláusulas pétreas a caracterização de tortura por exemplo como crime contra a humanidade, e que portanto é imprescritível, e portanto qualquer lei de anistia a partir de agora não vale mais então. Então, que vai garantir o futuro é a constituição brasileira. Nós estamos só discutindo o passado, então reviver o passado, eu acho que é contra a natureza da anistia. A gente tem que olhar o que aconteceu com o olhar daquele tempo. Foi o preço para uma retomada mais ligeira da democracia. Para que voltassem, os juízes políticos estavam todos exilados, para que houvesse a recompensa material de quem teve grandes perdas, que se recompusesse as pensões e aposentadorias dos que as perderam por conta do golpe militar, foi parte de um grande acordo nacional. Um grande acordo nacional.

VALÉRIA DE CASTRO: Certo. Agora...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Se foi certo ou não foi certo é difícil saber, eu acho que a melhor perspectiva é histórica, a nossa transição foi melhor do que a do Chile, e da Argentina? Eu acho que foi muito melhor, não devemos ter do que reclamar.

VALÉRIA DE CASTRO: E com relação também a esses países nossos vizinhos, Argentina, Chile e Uruguai, quanto ao direito internacional, esse preceito de *jus cogens*, *jus cogens* ou *jus cogens*?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Olhe, aí vamos entrar numa conversa tão complicada que não cabe ser por telefone. Em primeiro lugar, veja no artigo quinto da Constituição leia de trás pra frente, vá para o artigo sexto e vá subindo no quinto, é a penúltima regra. Os tratados internacionais no Brasil só são aceitos para adquirir direitos, não são admitidos para nenhuma outra finalidade. Segundo, os tratados quando são incorporados são em nível de lei ordinária. O código penal é um nível acima da lei ordinária, porque exige um sistema de votação diferenciado. A lei da anistia está na constituição, entrou na constituição em 85. O ministro da Justiça era Fernando Lyra, eu era secretário-geral, fui ministro alguns meses. É uma injustiça dizer... Em 85 você não era nem nascida.

VALÉRIA DE CASTRO: Vixi.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: É uma injustiça dizer que não havia democracia em 85. Então essa coisa é muito complicada. Se você quiser ver o caso do Araguaia...

VALÉRIA DE CASTRO: Exatamente.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: ...da Corte Interamericana, comece lendo os parágrafos 12 a 19, estude os parágrafos 12 a 19 e depois volte pra conversar comigo que a gente conversa.

VALÉRIA DE CASTRO: Isso.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Essa é uma conversa técnica demais.

VALÉRIA DE CASTRO: Demais.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Eu vou lhe passar...eu vou lhe passar nesse minuto... eu escrevi um artigo para a Folha de S.Paulo que eu falo sobre isso, me dê um minutinho que vou lhe passar, espera eu vou lhe passar... aprendi a perder sempre 5 min... me dê seu email...achei...Valéria de Castro, ok. Acabei de lhe mandar o artigo que escrevi agora para revista Época, pra você nem ter que procurar, e o artigo da Folha. Pronto.

VALÉRIA DE CASTRO: Ótimo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Este artigo da Folha já tem algumas questões de direito internacional, pra gente não perder muito tempo nisso...

VALÉRIA DE CASTRO: Ótimo. Só pra fechar esta questão do direito internacional, dr. José Paulo, esse Pacto de San Jose, que tem a ver com a Convenção...

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Querida, nenhuma convenção internacional nem tratado nem decisão vale acima da decisão do Supremo Tribunal Federal.

VALÉRIA DE CASTRO: Entendo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: tem que acabar com (falha na ligação). Vou fazer uma pergunta a você: amanhã ou depois essa Corte de San Jose decide que para proteção dos nossos índios a Amazônia deixa de fazer parte do Brasil e passa a ser uma área de proteção internacional. Você aceita isso? Só me diga se aceita ou não.

VALÉRIA DE CASTRO: Não. Absurdo. Absurdo total.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Se você diz que não, então você não acha que as sentenças devem ser cumpridas incondicionalmente, cada sentença é uma sentença.

VALÉRIA DE CASTRO: É claro.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Um dia quando estivermos pessoalmente, vou lhe contar como essa sentença foi negociada com o governo brasileiro depois. Porque o Brasil aderiu à Convenção com uma cláusula de exclusão proibindo que casos anteriores a 2000 pudessem ser examinados. Você vai ver no item 12 a 19 como é que eles avaliaram. O governo brasileiro mandou um negociador que eu conheço e com quem conversei para construir junto da Corte uma solução que pudesse pegar o passado. Essa história é real. Mas eu não quero mais conversar isso por telefone não. Um dia vamos sentar pra conversar.

VALÉRIA DE CASTRO: Vamos, com certeza.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Vamos adiante.

VALÉRIA DE CASTRO: Como tinha dito ao sr., eu estou completamente satisfeita, o sr. foi muito generoso. Já até passamos aqui da sua boa vontade.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Valéria, você está conversando com a última pessoa de bem com a vida que você conhece. Eu estou de bem com a vida, olhe, paz, paz e consciência, completa paz, não tenho um arranhão.

VALÉRIA DE CASTRO: Que coisa boa.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Agora, tem um outro lado engraçado. Em 69 fui proibido de estudar no Brasil.

VALÉRIA DE CASTRO: Sei.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Os militares gentilmente, não tão gentilmente assim, me pediram muito educadamente que eu não estudasse mais por aqui. Eu como sou uma pessoa cortês, aceitei e agradei a delicadeza deles. E ganhei uma bolsa pra Harvard. O que era o golpe aí. Repara que história engraçada, Valéria. Eu digo: ‘Papai, não vou poder ir porque tem que tirar passaporte e tem que ter folha corrida.’ Papai, sem me dizer nada, vai... aqui se chamava secretaria de segurança pública.....equivalia ao DEOPS de São Paulo.

VALÉRIA DE CASTRO: Sei.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Quando entra na sala, o secretário era um colega dele de pelada. Os dois passaram a infância jogando pelada no fundo da casa de meu avô, repara que loucura... aquela festa de dois amigos que se encontram... ‘Em que posso servi-lo?’ ‘Rapaz, meu filho ganhou uma bolsa pra Harvard, precisa do passaporte e da folha corrida.’ ‘Agora mesmo. Cabo, bate aí uma folha corrida de nada consta.’ O cabo levantou-se e ia saindo da sala. O secretário virou-se e disse: ‘Ô cabo, o senhor tá indo pra onde?’ ‘Indo pegar a folha corrida do rapaz.’ ‘Cabo, eu lhe mandei procurar a folha corrida ou bater uma folha

com nada consta?’ ‘O senhor mandou bater.’ ‘O senhor que vai assinar ou eu?’ ‘É o senhor que vai assinar.’ ‘Então bata o nada consta rapaz, que estória é essa?’O cabo voltou para a cadeira. Nada consta. O secretário assinou, entregou a papai. Papai chegou em casa: ‘Aqui está seu passaporte, o nada consta, vá se embora.’ No capítulo das histórias engraçadas, que têm muitas, eu posso contar um caminhão para você, como essa daqui. Foi dessa maneira insólita que fui embora, o que no fundo só tenho que agradecer aos militares, porque estudei mais do que estudei por aqui.

VALÉRIA DE CASTRO: Nossa, que bom.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Não foi?

VALÉRIA DE CASTRO: Nossa, maravilhoso.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Na minha vida aprendi a respeitar o destino. Não brigo com o destino, o destino sabe o rumo eu vou atrás. Vou em paz com a consciência, não tenho um arranhão. Se você não conhece uma pessoa, vai conhecer outra, não tenho um arranhão na minha vida, um arranhão. É claro que a frase mais idiota que eu conheço é: ‘Eu repetiria tudo.’ É claro que eu não repetiria tudo.....se soubesse que ia jogar na mega-sena e ia perder eu não gastava aqueles dois reais

VALÉRIA DE CASTRO: Rsrtrs

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: É claro que algumas palavras que você não devia ter dito, algumas brincadeiras, alguns arranhões, não tive o dolo, não tenho um arranhão, nunca filei na minha vida. Filar, nunca filei na minha vida.

VALÉRIA DE CASTRO: É.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Quando os militares me cassaram, a universidade católica, tinha ...são 14 mil alunos.... eu não sabia disso, tem uma bolsa no fim do ano, eles veem qual era a melhor média, de todos os 14 mil, e dão a bolsa, a universidade é privada, paga, mas tem uma bolsa, o melhor aluno da universidade estuda de graça. Eu nunca paguei um centavo à universidade, é uma ironia porque eles proibiram de estudar....não estou dizendo por vaidade não...é só pra mostrar...

VALÉRIA DE CASTRO: Não, mas é um mérito muito grande.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: O melhor aluno da universidade. O destino, veja o que é o destino. Quando fui tirar o visto americano, me botaram na sala do cônsul e não tinha ninguém. Eu tinha 18 19 anos, entendeu, Valéria?

VALÉRIA DE CASTRO: Sei.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Brucutu, fui logo pra mesa do cônsul para ver o que estava lá em cima. Estava o meu currículo. O cônsul chegou e me ofereceu um contrato de sete anos, ele disse: ‘Tem um conjunto de universidades aqui, vamos escolher uma.’ Eu tinha o direito de prorrogar por mais sete. 14 anos. Ele dizia: ‘Pra se formar, vamos lhe dar uma casa, um contrato de 14 anos, o primeiro contrato de 7 anos a gente começa a lhe pagar pra você se formar antes.’

VALÉRIA DE CASTRO: Entendi.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Agora, Valéria, presta atenção, um menino de 19 anos vai passar 16 anos fora, você acha que eu iria voltar pra cá? Não voltava nunca! Ia namorar lá, me casar por lá, os amigos ia fazer por lá. E por que aqui eu não fui? Eu já trabalhava no escritório de meu pai, recebendo um salário dele, eu já estava noivo, eu casei com 23 anos...

VALÉRIA DE CASTRO: Jovem.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: ...e tenho 43 anos de casado.

VALÉRIA DE CASTRO: Parabéns!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Sim, mas é muito simples. Não sei se você sabe qual é a regra aqui no Nordeste, é um matriarcado. O segredo pra dar certo é você saber que você vai obedecer às mulheres. Não tem erro.

VALÉRIA DE CASTRO: Isso é de uma sabedoria...viu?!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: O pessoal fica em São Paulo e em Brasília aí se separando. Rapaz, obedeça! E a vida é tão boa.

VALÉRIA DE CASTRO: Tá vendo?!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Pois bem. Houve diversas vezes em minha vida, senti que podia ter outros caminhos, e só não aceitei porque já estava trabalhando, já estava ganhando dinheiro, morava com papai, tinha um salário que era o suficiente para meus fins de semana por aqui. Naquele tempo havia a aliança de compromisso,

VALÉRIA DE CASTRO: Era.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: ...não sei se ainda existe isso, eu já tinha aliança de compromisso, não queria morar longe daqui, tem várias razões, eu não entendo... os militares foram uns idiotas, eu não era um tipo de aluno cassável, desculpe. Prende, rapaz, mas não proíbe de estudar um sujeito! Valéria, eu saía de casa de manhã, estudava até meio dia na faculdade, saía da faculdade ao meio dia ia pra biblioteca da faculdade de direito, estudava até cinco da tarde, pegava um ônibus ia pra casa, estudava até 11h da noite... isso era a minha vida. Teve uma eleição pra presidente do diretório, resolveram que eu devia ser candidato e eu ganhei fácil. Nunca entendi, porque eu nunca perdia tempo... eu passava meu tempo... Quando faltava um professor, eu ia lá pra frente: ‘Qual é o ponto que não ficou bem estudado?’ ‘Cadeira tal, assunto tal.’ Eu dava aula pro pessoal. Esses militares idiotas me proíbem de estudar, Valéria...tu acha...eu acho que eles são uns idiotas, aqui pra nós.

VALÉRIA DE CASTRO: No mínimo, não é?

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Você não concorda não, Valéria?

VALÉRIA DE CASTRO: No mínimo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: São uns idiotas.

VALÉRIA DE CASTRO: No mínimo idiotas, no mínimo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Pois é. Valéria, faz o favor, eu já lhe mandei algum livro meu, ou não?

VALÉRIA DE CASTRO: Então, eu tive a oportunidade este final de semana de ler um livro seu que tá disponível em pdf, o livro seu, maravilhoso, *A quase autobiografia de Fernando Pessoa*.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Faz o seguinte, manda por email teu endereço, vou lhe mandar dois livrinhos que são os seguintes: O primeiro é um livro que você não precisa ler, o livro que você deve botar na estante, um livro de citações, *Fernando Pessoa, o livro de citações*

VALÉRIA DE CASTRO: Que legal, muito legal!

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: São quase mil e 500 citações, que eu considero o melhor de Fernando Pessoa, quando você tiver que escrever sobre política boa, ódio, destino, homem, mulher, vai lá e vê as melhores frases dele. Esses livros, as pessoas leem pelas notas de rodapé. Vou te mandar...

VALÉRIA DE CASTRO: Obrigada.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Eu fiz o audiobook do livro de Pessoa, o audiobook é um diálogo entre eu e Pessoa. O narrador é Sílio Bocanera. Pessoa ia ser o capitão Nascimento, Wagner Moura, que topou emocionado, mas o agente dele ligou dizendo que ele ia passar um ano filmando fora. Então, a Globo me sugeriu Ricardo Pereira, que é ótimo! Um ator português da Globo, foi Fernando Pessoa com sotaque português, brilhante.

VALÉRIA DE CASTRO: É, fica bonito. Eu comecei a ouvir esse ontem à noite.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: O audiobook? Eu já lhe mandei?

VALÉRIA DE CASTRO: Eu ouvi pela internet. Não mandou não.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Eu vou lhe mandar, fisicamente.

VALÉRIA DE CASTRO: Tá bom, obrigada.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Tem música de Gil, tem um bocado de coisa, tem Ferreira Gullar declamando Pessoa.

VALÉRIA DE CASTRO: Um trabalho com certeza muito bonito.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Quando você ficar engarrafada, você bota e fica ouvindo...Tá certo, querida, tá combinado?

VALÉRIA DE CASTRO: É um trabalho lindo, parabéns.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Beijão, Valéria.

VALÉRIA DE CASTRO: Grande beijo pro senhor. Muito obrigada.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO: Sempre às ordens, Valéria. Até logo.

Pedro Dallari

11/12/2014

Prezado Pedro Dallari
Coordenador da Comissão Nacional da Verdade

Irei apresentar como conclusão de Mestrado na Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Linha de Pesquisa Jornalismo e Sociedade, a dissertação MEMÓRIA E ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. A entrega do trabalho aos componentes da Banca está prevista para janeiro de 2015, visto que a defesa está marcada para fevereiro de 2015.

Para tanto, solicito, quando possível, breve entrevista de sua parte, o que certamente terá um valor inestimável para o 'nosso' trabalho acadêmico.

Esclareço que tenho acompanhado os passos dos integrantes da CNV, particularmente neste último mês, e tenho consciência das dificuldades na agenda apertada de todos. E ainda, que estive ontem na OAB, na solenidade de entrega do Relatório Final, e ao me deparar com o senhor por poucos instantes, na escada perto da cortina, ao término da cerimônia, fiquei calada pensando no que o coordenador da CNV poderia estar passando: "Onde está a porta de saída? Agora é a vez do Legislativo e Judiciário, vamos entregar o Relatório, pela terceira vez!" Ou então, quem sabe?

Na esperança de receber sua valiosa colaboração, aguardo retorno. Obrigada.

Atenciosamente,

Valéria de Castro

&&&&

29/12/2014

Prezada Valéria,

Passado o período de finalização e entrega do relatório da CNV e de adoção das providências para extinção da comissão, coloco-me à sua disposição para responder às perguntas que me forem formuladas.

Devido ao recesso de final de ano, peço-lhe que você me formule por escrito algumas questões que lhe parecerem mais relevantes e eu procurarei responde-las rapidamente.

Cordialmente,

Pedro Dallari

&&&&

29/12/2014

Prezado Pedro Dallari,

obrigada por sua disponibilidade em responder às perguntas sobre a CNV, o que será de inestimável valor para a minha dissertação. Envio as mesmas perguntas que tive a oportunidade de fazer, por telefone, ao membro da Comissão, José Paulo Cavalcanti Filho, que também foi muito gentil em me atender em época tão atribulada.

Seguem as perguntas. Se tiver outra colocação que julgar pertinente, será muito bem-vinda.

1) Qual o significado desses dois anos e sete meses de trabalhos da Comissão Nacional da Verdade?

2) Que verdades vieram à tona a partir de acontecimentos investigados pela CNV, particularmente no que tange à tortura e a desaparecimentos forçados? Qual o lugar da memória na busca pela verdade?

3) Um dos objetivos da CNV foi o de promover a efetiva reconciliação nacional. Com o silêncio das Forças Armadas sobre acontecimentos de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar, é possível o país alcançar consigo mesmo essa reconciliação? Como?

4) As conclusões da CNV foram pela comprovação de graves violações de direitos humanos, a persistência atual de graves violações de direitos humanos, e a caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade, durante a ditadura militar. Qual a importância do preceito de jus cogens no aperfeiçoamento da legislação brasileira para tipificação das figuras penais em crimes contra a humanidade?

Reitero que terei até o fim de janeiro para entregar o trabalho pronto aos membros da banca, sendo que a defesa está marcada para 26 de fevereiro.

Aproveito para desejar-lhe um 2015 de saúde e alegrias!

Muito grata.
Cordialmente,

Valéria de Castro

&&&&

30/12/2014

Prezada Valéria,

Seguem as respostas às suas perguntas:

- 1) A CNV logrou cumprir o mandato legal que lhe foi outorgado, efetuando um amplo trabalho de investigação, divulgado os resultados para a sociedade e concluindo sua existência com a entrega de um robusto relatório, que já é de domínio público. O significado histórico será atribuído pela sociedade.
- 2) O tratamento bastante aprofundado conferido à investigação dos temas da tortura (capítulos 9 e 10 do relatório) e dos desaparecimentos forçados (capítulo 12) propiciou um resultado bastante significativo, como pode ser constatado pela leitura dos capítulos respectivos. O conhecimento da verdade é condição para a efetivação da memória histórica.
- 3) A resposta à sua pergunta está indicada na primeira das recomendações feitas pela CNV (capítulo 18) e também em artigo de autoria dos membros da comissão que foi publicado na página A-3 da edição da *Folha de S. Paulo* de 10/12/2014.
- 4) Também essa pergunta se encontra respondida no corpo do relatório, mais especificamente no delineamento do quadro conceitual adotado pela CNV (capítulo 7) tratamento e na recomendação que cuida justamente de sugerir a incorporação ao direito brasileiro dos preceitos do direito internacional dos direitos humanos (capítulo 18).

Espero ter respondido suas perguntas. Pelo teor de suas perguntas, e apesar do pouco tempo que resta a você, sugiro que de uma boa lida no relatório, em especial no volume 1. Com isso, várias de suas inquietações poderão ser superadas.

Abraço,

Pedro Dallari

&&&&

30/12/2014

Prezado Pedro Dallari,

agradeço sua pronta resposta às perguntas enviadas.

Farei a consulta necessária ao Relatório Final e ao artigo publicado pela Folha, para o bom entendimento de suas respostas, que estarão no corpo da dissertação por mim apresentada como trabalho final de mestrado, na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

As inquietações quanto à entrevista já estão superadas, muito grata. Mas receio que minhas inquietações sobre a luta pelos direitos humanos no nosso país estão bem longe de serem superadas. Oxalá, com todo o trabalho feito hoje sob os ventos democráticos, as futuras gerações brasileiras possam vivenciar de verdade a dignidade humana como fato consumado em suas vidas. É preciso arrancar alegria ao futuro, já dizia o poeta, que também aconselha: General da força humana – Verbo – marche!

Adiante, rumo a 2015!

Abraço,

Valéria de Castro

&&&&

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. de Clóvis Marques, Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ANTUNES, Elton. Novos valores impressos IN: FRANÇA, Vera R. V. e CORRÊA, Laura G. (organizadoras). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BABO-LANÇA, I. Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. IN: FRANÇA, V. R. V. e CORRÊA, L. G. (orgs.). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2012.

BARNES, Barry. *Interests and the growth of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1977.

BARTHES, Roland (et al.). *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BENETTI, Marcia e FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.) *Jornalismo e Acontecimento*. Florianópolis: Insular, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos IN: BARTHES, Roland (et al.). *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do Discurso Político: as derivas da fala pública*. São Carlos (SP): Clara Luz, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Luiz Cláudio (et al.) *Todos temos que lembrar – a lição e a missão do jornalista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

DEARING, James W. & ROGERS, Everett M. *Communications Concepts 6: Agenda-setting*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1992.

- DURAND, Gilbert. *O Imaginário – ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- FONSECA, Valéria de Castro. Fios de *O substrato da corrupção* pela análise narrativa. IN: MOTA, C. L., MOTTA, L. G. e CUNHA, M. J. (orgs.). *Narrativas Midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FRANÇA, Vera R. V. e OLIVEIRA, Luciana de (organizadoras). *Acontecimento: Reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- FRANÇA, Vera R. V. e CORRÊA, Laura G. (organizadoras). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GADAMER, G. e FRUCHON, P. (org.). *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- GOMES, W. e MAIA, R. *Comunicação e Democracia – Problemas & Perspectivas*. São Paulo: Editora Paulus, 2008.
- HENN, Ronaldo. Padronização do jornalismo e memória coletiva IN: FRANÇA, Vera R. V. e CORRÊA, Laura G. (organizadoras). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HONNETH, Axel. *Teoria Crítica*. (1986)
- HISTÓRIAS CONTADAS – PAULO BROSSARD* (Vídeo). Brasília: TV Senado, 2010.
- JAMESON, Fredric. *O Inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.
- KATZ, Elihu. *A propósito dos Meios e de seus Efeitos*. Tradução: prof. L. C. Martino. Universidade de Brasília, março de 2000.
- LANDOW, G. *Hipertexto*. La convergencia de la teoria crítica contemporánea y la tecnologia. Barcelona: Paidós, 1995.
- LAZARSFELD, Paul e MERTON, R. (1948). *Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada*.

- LEVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura e a Forma: reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp IN: PROPP, Vladimir Iakovlevitch. *Morfologia do Conto Maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- LIMA, Maria Emilia A. T. *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro – os discursos de 1º. De maio de Getúlio Vargas*. Campinas; Editora da UNICAMP, 1990.
- MARTINO, Luiz C. *Aula: Teorias da Comunicação*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB. Faculdade de Comunicação, 2013.
- MARTINO, Luiz C. *Uma questão prévia: Existem teorias da comunicação?* Versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação - NP Teorias da Comunicação. INTERCOM - XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Santos - 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Com apoio da FINATEC
- MARTINO, Luiz C. *A Atualidade Mediática: o conceito e suas dimensões*. Versão revisada (novembro de 2012) do trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte-MG, em junho de 2009.
- MARTINO, Luiz C., Groth, O. Política, E., & Innis, L. (2011). *O viés da comunicação*, 60(3).
- MCQUAIL, Denis. *Sociologia de los Medios Masivos de Comunicación*. Buenos Aires: Paidós, 1979.
- MCCOMBS, M. E., & SHAW, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-185.
- MCDONALD, D. (2004). *Twentieth-Century Media Effects Research*, 183–200.
- MENDONÇA JORGE, Thaís. Pirâmide e hipernotícia. Elementos para uma discussão sobre o texto no jornalismo digital. . IN: PEREIRA, F. H., MOURA D. O. e ADGHIRNI, Z. L. (orgs.). *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006.
- MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. (org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MOTA, Célia Maria Ladeira. *Representações da Identidade Nacional na notícia da TV*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2008.
- MOTA, Célia Maria Ladeira. *Jornalismo: discurso, narrativa e cultura*. IN: PEREIRA, F. H., MOURA D. O. e ADGHIRNI, Z. L. (orgs.). *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*. Este artigo foi publicado na edição 1, em dezembro de 2004, da revista eletrônica e-compós:

<http://www.compos.org.br/e-compos>

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia*. Brasília: Casa das Musas, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: Representação, apresentação ou experimentação. IN: PEREIRA, F. H., MOURA D. O. e ADGHIRNI, Z. L. (orgs.). *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. (org.). *O JORNAL – Da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NETO, Antonio Fausto. “Obama, elos entre o velho e o novo discurso em ação.” Entrevista dada ao jornalista Moreno Osório, no site Terra, em 21-01-2010.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. *As Formas do Silêncio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968; os silêncios da memória. IN: ACHARD, Pierre. *O Papel da Memória*. Campinas Editora Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *Le Verités de la Palice*. Paris: Maspero

POPPER, Karl R. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O. e ADHIRNI, Z. L. (orgs.). *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.

PORTO, Sérgio Dayrell. *Análise de Discurso – O Caminho das Seis Leituras Interpretativas em Massa Folhada*. Brasília; Casa das Musas, 2010.

PORTO, Sérgio Dayrell. Vivências interpretativas em jornalismo. Versão atualizada do método das “Seis leituras interpretativas em massa folhada” IN: PEREIRA, F. H., MOURA D. O. e ADGHIRNI, Z. L. (orgs.). *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.

PROPP, Vladimir Iakovlevitch. *Morfologia do Conto Maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

QUERÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento por um realismo pragmatista IN: FRANÇA, Vera R. V. e OLIVEIRA, Luciana de (organizadoras). *Acontecimento: Reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. *A Construção da Notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SAPERAS, Enric. *Los efectos cognitivos de la comunicación de masas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- WEAVER, David H. Thoughts on Agenda Setting, Framing, and Priming. *Journal of Communication*, [Volume 57, Issue 1](#), pages 142–147, March 2007.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

Sites pesquisados

<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2012-05-16/comissao-da-verdade-chega-com-atraso-ao-brasil-em-relacao-a-outr.html>

<http://oglobo.globo.com/brasil/o-custo-da-reparacao-indenizacoes-aprovadas-na-comissao-de-anistia-chegam-r-34-bilhoes-12037526>

<http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B2148E3F3-D6D1-4D6C-B253-633229A61EC0%7D¶ms=itemID=%7BDE78DD24-07B2-43ED-8925-58C2D3EB1DE6%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

<http://pndh3.com.br/artigos/artigo-o-trabalho-de-sisifo-da-comissao-nacional-da-verdade/>

<http://pndh3.com.br/clipping/entenda-a-polemica-sobre-a-comissao-nacional-da-verdade/>

<http://www.cnv.gov.br/>

<http://www.cnv.gov.br/index.php/parcerias>

https://desarquivandobr.files.wordpress.com/2012/03/tortura_caricatura-10-09-08.jpg

www.senado.gov.br/senadonamidia

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/05/1091271-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-comissao-da-verdade.shtml>

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Na-America-Latina-so-Brasil-ainda-nao-teve-Comissao-da-Verdade/4/17776>

<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>

<http://www3.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

<http://www.infoescola.com/mitologia/ariadne/>

<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=107>

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exclusiva_foi_feita_em_1998

<http://www.dw.de/comiss%C3%A3o-da-verdade-completa-um-ano-e-quer-ampliar-debate-sobre-o-passado/a-16813525>

<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/11/27/membros-frisam-papel-pedagogico-de-comissao>

<http://www.cpfcultura.com.br/wp/2014/11/10/debate-sobre-comissao-nacional-da-verdade-com-pedro-dallari-e-maria-rita-kehl/>

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/11/cnv-pede-providencias-sobre-documentos-encontrados-em-hospital-do-exercito>

<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/o-ultimo-segredo-do-bdoutor-pablob.html>
[inShare](#)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Saddam_Hussein

http://www.istoe.com.br/reportagens/354771_os+gerais+eram+leoes+hoje+sao+ratos

<http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Morte; <http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>

http://www.istoe.com.br/reportagens/353583_a+confissao+do+coronel

http://www.istoe.com.br/reportagens/361535_caseiro+muda+versao+e+nega+envolvimento+em+morte+de+coronel+torturador

<http://oglobo.globo.com/brasil/mp-vai-denunciar-4-militares-pela-morte-de-rubens-paiva-11891519#ixzz3BoRGZSSU>

<http://oglobo.globo.com/brasil/mp-vai-denunciar-4-militares-pela-morte-de-rubens-paiva-11891519>

<http://oglobo.globo.com/brasil/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>

<http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155#ixzz3BPdrcnfb>

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_jc.shtml

<http://oglobo.globo.com/brasil/militar-da-reserva-admite-ter-montado-farsa-no-caso-rubens-paiva-11527324>

<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-em-depoimento-comissao-da-verdade.html>

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2743/2280>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_Nacional_de_Informa%C3%A7%C3%B5es

http://pt.wikipedia.org/wiki/Central_Intelligence_Agency

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2743/2280>

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/justica-considera-que-crime-atribuido-coronel-ustra-prescreveu.html>

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-14/justica-federal-considera-que-crime-praticado-por-ustra-na-ditadura-prescreveu>

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/justica-considera-que-crime-atribuido-coronel-ustra-prescreveu.html>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-publico-denuncia-coronel-ustra-pela-terceira-vez,1026843>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-publico-denuncia-coronel-ustra-pela-terceira-vez,1026843>

<http://www.ebc.com.br/cidadania>).

http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/232218_SO+PUNIDO+OS+TORTURADORES+A

<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/09/22/MPF-SP-DENUNCIA-CORONEL-REFORMADO-USTRA-E-DOIS-MILITARES-PELA-MORTE-DO-JORNALISTA-LUIZ-EDU.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1520670-ministerio-publico-denuncia-ustra-por-morte-de-jornalista-na-ditadura.shtml>

<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/afinal-quem-mente-dilma-ou-os-generais/>

<http://www.revistasina.com.br/portal/direitos-humanos/item/9534-ao-menos-51-mortes-ocorreram-dentro-do-doi-codi/sp-diz-cnv>

http://www.ibgf.org.br/index.php?data%5Bid_secao%5D=10&data%5Bid_materia%5D=1039

http://www.cartamaior.com.br/detalhelmprimir.cfm?conteudo_id=25723&flag_destaque_longo_curto=L

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,julgamento-de-recurso-do-coronel-ustra-e-suspenso,1547561>

<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/graves-violacoes-de-direitos-humanos-torturados-mortos-e-desaparecidos>

<http://oglobo.globo.com/brasil/ex-agente-do-doi-codi-diz-que-ustra-torturava-que-era-senhor-da-vida-da-morte-8350197#ixzz3Ens1VcjV>

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/coronel-ustra.html>

<http://www.youtube.com/watch?v=pKcnTDCcDuw>

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>

<http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>

<http://www.midiase mascara.org/artigos/governo-do-pt/14069-a-joana-darc-da-guerrilha-a-papisa-da-subversao.html>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1276485-nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml>

<http://noticias.terra.com.br/brasil/recomendacao-sobre-lei-de-anistia-divide-comissao-da-verdade,96a457d59ede2410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/reconciliacao-depende-das-forcas-armadas-diz-coordenador-da-comissao-nacional-da-verdade-2715.html>

<http://noticias.terra.com.br/brasil/cnv-considera-insuficiente-posicao-das-forcas-armadas,a3d4b79254f98410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>

<https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/tratados-e-direito-consuetudinario/convencoes-de-genebra>

<http://www.luizberto.com/a-coluna-de-joze-paulo-cavalcanti-filho/com-os-olhos-no-futuro#comments>

ANEXOS

Post Scriptum (Sergio Dayrell Porto)

Ao criar e instalar no Palácio do Planalto a Comissão da Verdade, a presidente Dilma Rousseff se propõe realizar uma tarefa de conhecimento, que antecede em muito o intuito de um revanchismo, aquilo que até poderia se constituir numa malha de fio de espera, não uma malha nodal de seu discurso. Este seu discurso insere-se no campo da teoria e prática do conhecimento, ela busca o conceito, esta sim, uma palavra chave de suas intenções arqueológicas ao pensar em criar no Brasil uma Comissão da Verdade para apurar fatos e acontecimentos de desrespeito à pessoa humana – por que não as torturas praticadas pelos militares no poder entre 1964 e 1985, mas abrangendo mesmo um período maior desde o fim da era Vargas até os dias atuais.

Na alegoria que faz da caverna, o sábio Platão mostrava a necessidade de se conhecer, de se aproveitar da pouca luz existente na caverna – ou vista apenas de forma indireta – para ir em frente e para cima, em busca da verdadeira luz, que vem do sol, e que está fora da caverna. Aqueles que conseguissem se desvencilhar dos grilhões da caverna e, portanto, da ignorância e de sempre estarem vendo as coisas de uma mesma forma e forma impotente para, a partir da luz forte do sol se obter a claridade do pleno conhecimento, não mais aceitariam retornar à caverna, deixando-se prender novamente, e aí permanecendo no imobilismo, a troco de uma pseudo comodidade proporcionada pelo pouco saber, um saber que não é saber, um saber sem qualquer risco e gozo.

Já nos dias atuais, o escritor argentino Julio Cortazar, autor de *O Jogo da Amarelinha*, dizia que o poliglota se opõe ao idiota. O poliglota fala várias línguas, tem amplas possibilidades do conhecimento, ao passo que o idiota fala e ouve sempre da mesma forma (id - glote – ote) e assim compara-se àquele que fica embrutecido, mergulhado na caverna.

Com a criação e instalação da Comissão da Verdade, a presidente Dilma Rousseff deseja conhecer, não se contenta apenas com as intuições e ou suposições, ela vai em busca do conceito, deste fruto mental racional, ela quer saber quem, como e em que circunstâncias praticou-se no Brasil verdadeiros abusos à dignidade da pessoa humana.

Platão, discípulo de Sócrates, que fundou em 387 ac. a Academia, ‘’ uma escola de filosofia com o propósito de recuperar e desenvolver as ideias e pensamentos socráticos (...) entre suas obras mais importantes e conhecidas está *A República*, onde analisa a política grega, a ética, o funcionamento das cidades, a cidadania e questões sobre a imortalidade da alma. Platão valoriza os métodos de debate e conversação como formas de alcançar conhecimento’’ (A Alegoria da caverna - PLATÃO, in *A República*, livro VII, 514 a 517 c – Brasília, Editora LGE.2006). Ao propor metaforicamente a busca árdua do conhecimento, realizando uma alegoria cinematográfica de como sair da caverna em busca da luz do sol, Platão insere-se no estudo da República, na ciência de Atenas e das cidade gregas, dizendo mesmo que os estudantes de classes menos favorecidas deveriam dedicar-se ao trabalho, a partir de seus 13 anos. Aristocrata e sabedor que o conhecimento não é para todos, permite também compreender que muitos não se liberam da caverna por suas próprias condições materiais de existência.

Diríamos nós, analistas dos discursos, que interpretar, compreender, dar novos sentidos aos significados useiros e vezeiros das coisas, praticar o iconoclasmo, a desconstrução, a desmitologização para em seguida recobrir as coisas aí com uma nova semiose de sentidos (desculpem aqui um pleonasma, permitido) é tarefa para quem é abençoado pelos deuses do Olimpo e por aqueles que têm a coragem e a oportunidade de fugir da caverna. Uma comissão da verdade, no espírito de Michel Foucault, seria uma comissão de vontade de verdade, esta não se limitando a uma realidade que pode acontecer, mas uma verdade política. A busca da verdade, a vontade de verdade, implica necessariamente em atos de vontade, em mudanças de comportamento. Buscar a verdade requer o seu conhecimento, o seu conceito, mas está intimamente ligado a um outro conceito, o de pragmática. Austin, pragmático inglês, dizia ‘’como fazer coisas com as palavras‘’. O conceito de verdade não é só contemplativo, o conceito de verdade vem da vontade de verdade, busca a sua realização em atos e comportamentos. Se somos seres éticos, conhecer faz parte de nossa vida comportamental, e é muito bem possível que no discurso da presidente, punir os culpados pelas torturas acontecidas na ditadura militar que assolou o Brasil durante 25 anos é uma possibilidade de ser, é uma malha de espera.

O primeiro ministro da cultura do Brasil, o pernambucano Aloysio Magalhães, ainda no seu tempo de presidente do Centro Nacional de Referência Nacional, ao distinguir educação de cultura, aproveitava-se do personagem roseano Miguilim, para dizer que quando ele foi clinicado por um oftalmologista e ter tido as lentes feitas por um optometrista, nunca mais

voltou à escola... Vendo e enxergando bem, dotado de novas lentes, Miguilim se mandou em busca de novas referências culturais. A escola em que estava preso assentado em bancos velhos e sujos não mais lhe ensinava, apenas o prendia a um formalismo de um não aprendizado escolar ultrapassado. Vendo, enxergando, passou a conhecer a vida e a conceituar e viver de valores de sua cultura e das diversas outras culturas que fazem a diferença e a claridade da beleza universo.

Discurso de Dilma Rousseff

(em solenidade de instalação da Comissão Nacional da Verdade)

Senhor Michel Temer, vice-presidente da República, senhores ex-presidentes da República: senador José Sarney, ex-presidente da República e presidente do Senado Federal; senhor Fernando Collor de Mello, ex-presidente da República; senhor Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República; senhor Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República; deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados, ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal, senhor Dipp Lângaro, aliás, desculpa, Gilson Lângaro Dipp, representante membro do Supremo [Superior] Tribunal de Justiça, e representante aqui da Comissão da Verdade, senhoras e senhores ministros de Estado aqui presentes.

Eu cumprimento todos ao cumprimentar a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o José Eduardo Cardozo, da Justiça; o Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União; e a Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos; e o embaixador Celso Amorim, da Defesa. Senhores ex-ministros da Justiça: Fernando Lyra, senador Aloysio Nunes Ferreira, senador Renan Calheiros e o integrante da Comissão da Verdade, que foi responsável pela fala que dá início a esta cerimônia, que é José Carlos Dias. Queria cumprimentar também os senhores e senhoras senadores aqui presentes, ao saudar o senador Eduardo Braga, líder do governo no Senado Federal. Cumprimentar as senhoras e senhores deputados federais, cumprimentando o deputado Arlindo Chinaglia. Cumprimentar também o senhor Roberto Gurgel, procurador-geral da República, o ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Cumprimentar aqui também os senhores comandantes das Forças: almirante Júlio Soares de Moura Neto, da Marinha; general Enzo Martins Peri, do Exército; brigadeiro Juniti Saito, da Aeronáutica; general José Carlos De Nardi, do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Senhoras e senhores membros da Comissão da Verdade Cláudio Fontelles, Gilson Lângaro Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha. Queria cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes saudando o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati. Cumprimentar o coordenador residente das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek. Cumprimentar o senhor Amerigo Incalcaterra, representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, por intermédio de que cumprimento todos os demais representantes de Organismos Internacionais. Cumprimentar todas as senhoras e senhores representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, senhoras e senhores familiares, senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores.

Eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade.

O senhor diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: "a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada." A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida. Nas sombras somos todos privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia.

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venham à superfície e se tornem conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações.

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu.

Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.

O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido... E nesse sentido fundamental, essa é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo.

Reitero hoje, celebramos aqui um ato de Estado. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos de regime democrático.

Infelizmente, não nos acompanha o presidente Itamar Franco, a quem rendo as devidas homenagens, por sua digna trajetória. Por sua digna trajetória de luta pelas liberdades democráticas, assim como pelo zelo com que governou o Brasil, sem qualquer concessão ao autoritarismo.

Cada um de nós aqui presentes --ex-presidentes, ex-ministros, ministros, acadêmicos, juristas, militantes da causa democrática, parentes de mortos desaparecidos e mesmo eu, uma presidenta-- cada um de nós, repito, é igualmente responsável por esse momento histórico de celebração.

Cada um de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório, a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura.

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia. Pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia durante o regime autoritário.

No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início ainda antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura.

O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram pela revelação da verdade histórica. Aos que entenderam e souberam convencer a nação de que o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito que muitas famílias têm de prantear e sepultar seus entes queridos, vitimados pela violência praticada pela ação do Estado ou por sua omissão.

É por isso, é certamente por isso que estamos todos juntos aqui. O nosso encontro, hoje, em momento tão importante para o país, é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada. É uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas características do nosso país.

Tanto quanto abomina a violência e preza soluções negociadas para as suas crises, o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática.

Ao convidar os sete brasileiros que aqui estão e que integrarão a Comissão da Verdade, não fui movida por critérios pessoais nem por avaliações subjetivas. Escolhi um grupo plural de cidadãos, de cidadãs, de reconhecida sabedoria e competência. Sensatos, ponderados, preocupados com a justiça e o equilíbrio e, acima de tudo, capazes de entender a dimensão do trabalho que vão executar. Trabalho que vão executar - faço questão de dizer --com toda a liberdade, sem qualquer interferência do governo, mas com todo apoio que de necessitarem.

Quando cumpri minha atribuição de nomear a Comissão da Verdade, convidei mulheres e homens com uma biografia de identificação com a democracia e aversão aos abusos do Estado. Convidei, sobretudo, mulheres e homens inteligentes, maduros e com capacidade de liderar o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica, da pacificação e da conciliação nacionais.

O país reconhecerá nesse grupo, não tenho dúvidas, brasileiros que se notabilizaram pelo espírito democrático e pela rejeição à confrontos inúteis ou gestos de revanchismo.

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988.

Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização.

Senhoras e senhores,

Hoje também passa a vigorar a Lei de Acesso à Informação. Junto com a Comissão da Verdade, a nova lei representa um grande aprimoramento institucional para o Brasil, expressão da transparência do Estado, garantia básica de segurança e proteção para o cidadão.

Por essa lei, nunca mais os dados relativos à violações de direitos humanos poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos. As duas --a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação-- são frutos de um longo processo de construção da democracia, de quase três décadas, do qual participaram sete presidentes da República. Quando falo sete presidentes é porque estou incluindo por justiça, e porque o motivo do nosso encontro é a celebração da verdade, o papel fundamental desempenhado por Tancredo Neves, que soube costurar, com paciência competência e obstinação, a transição do autoritarismo para a democracia que hoje usufruímos.

Transição é imperativo que se lembre aqui conduzida com competência, habilidade e zelo pelo presidente José Sarney, que o destino e a história puseram no lugar de Tancredo, e que nos conduziu à democracia.

Mas, mesmo reconhecendo o papel que todos desempenharam, não posso deixar de declarar o meu orgulho, por coincidir com meu governo o amadurecimento de nossa trajetória democrática. Por meio dela, o Estado brasileiro se abre, mais amplamente, ao exame, à fiscalização e ao escrutínio da sociedade.

A Lei de Acesso à Informação garante o direito da população a conhecer os atos de governo e de estado por meio das melhores tecnologias de informação.

A transparência a partir de agora obrigatória, também por lei, funciona como o inibidor eficiente de todos os maus usos do dinheiro público, e também, de todas as violações dos direitos humanos. Fiscalização, controle e avaliação são a base de uma ação pública ética e honesta.

Esta é a razão pela qual temos o dever de construir instituições eficientes e providas de instrumentos que as tornem protegidas das imperfeições humanas.

Senhoras e senhores,

Encerro com um convite a todos os brasileiros, independentemente do papel que tiveram e das opiniões que defenderam durante o regime autoritário. Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história.

A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.

É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. Atribui-se a Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: "a verdade é filha do tempo, não dá autoridade."

Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou.

A dor lancinante da verdade (José Paulo Cavalcanti Filho)

– “A senhora tem, no máximo, seis meses de vida”. A mulher olhou para a cara triste do médico e respondeu, somente, – “Posso morrer não, doutor, tenho antes que enterrar meu filho”. Problema é que ela não sabia em que terras do Araguaia dormia esse filho perdido. Muitos anos depois daqueles seis meses, fez DNA e lhe devolvemos o que restava do *menino de sua mãe*. O velório foi diferente dos comuns. Uma festa. Como a celebração da volta de um filho pródigo. No cemitério, com todos os amigos do passado ali presentes, olhando para o caixão, disse apenas: – “Aqui ficará meu filho. De seu lado”, e apontou para a outra cova sem dono, “é meu lugar. Ficaremos juntos para sempre”. E sorriu. Naquela noite sem lua, e depois de tantos anos vazios, dormiu em paz. Sonhou com as estrelas. E não acordou mais.

Essa é uma história real. Entre muitas outras semelhantes, nessa travessia. Como a de um pai que se recusou a reconhecer os restos do filho, que saiu de casa, brigado com a família. –“Não tenho filho”, nos disse. Foi tudo. Sem que possamos julga-lo, por essas palavras. Porque pode ser apenas ressentimento, claro, algo menor. Só que pode ser mais de dentro e mais do fundo. Apenas o desejo de não voltar a viver angustia do passado, talvez duro demais para ele, para a mulher, para seus filhos. Ou como a de mãe que celebrou missa por um filho desaparecido, após o que deu aos amigos essa explicação: –“Quando um filho morre, se vai de vez. Mas, quando desaparece, fica um pedaço escondido por trás do coração. Teimando. Sem ir embora. Fiz essa missa para enterrar o resto de meu filho que se recusava a morrer”. Tantas histórias, por trás da história.

Reescrever essa história é também viver cada um desses pequenos momentos. De sonho ou desencanto. E também por isso valeu a pena. Valeu muito a pena. Pelo privilégio e grandeza do trabalho. Mas, sobretudo, porque pudemos sentir na carne cada um desses desassossegos. De alguma forma, fizemos parte dessa aventura. Quase tocando a natureza humana de pessoas iguais à gente nas mesmas esperanças, desesperanças, ilusões perdidas, fantasmas, a dor mais pura, o susto, o espanto.

A Comissão Nacional da Verdade buscou essa verdade ardentemente. Mesmo reconhecendo as limitações da condição humana. E da própria verdade. É possível que haja erros factuais (não muitos, esperamos), no Relatório Final, afinal deixamos 4.328 páginas. Mas a intenção foi sempre a de buscar a exatidão. A verdade. A exatidão e a verdades possíveis. E isso fizemos com enorme critério. Cumprindo, inclusive o duro dever (Lei 12.528/11) de identificar os autores das graves violações. Sempre com enorme cautela. Sem os nomear como autores de tortura. Apenas indicamos que os nomes foram referidos assim – em livros, jornais, documentos (sobretudo no Arquivo Nacional) ou depoimentos de vítimas, familiares e responsáveis pelas violências. Não é a mesma coisa. E quando havia qualquer dúvida,

mesmo mínima, sobre suas participações, preferimos não colocar esse nome na lista. Talvez constem de outras. Depois. Não agora.

As reações a esse Relatório Final eram mesmo previsíveis. O Clube Militar diz que ele foi “absurdo”, “risível”, “parcial”. Até “pândego”. Em respeito às respeitáveis tradições do Clube Militar, deixo de dizer quem considero “pândego”, nessa conversa. Um ex-chefe do Estado Maior da Defesa sugere uma “segunda Comissão da Verdade”. Nada contra. Considero até positiva, essa iniciativa. Até porque as forças armadas permaneceram calados, todo esse tempo. Em um silêncio que, para muitos, parecerá cúmplice. E sem mesmo perceber que, assim procedendo, apenas mantém vivo o passado. Lembro apenas que essa iniciativa não se deu, antes, por absoluta falta de vontade dos próprios militares. Porque, nos anos negros, a censura valia só para um lado. O que escrevemos agora é aquela parte da história que estava escondida. Sem contar que o próprio ato de propor uma segunda Comissão da Verdade acaba valendo como confissão das barbáries cometidas. “Ouvir o outro lado”, a frase é recorrente, vale como um reconhecimento explícito de que tudo ocorreu como indicamos. Uma desculpa. Ou justificativa, como preferirem. E pediram à justiça que proibisse a divulgação de nosso Relatório Final.

Já do outro lado, um deputado federal, com bela história de compromissos com a democracia, nos classifica de “covardes”. Um deputado estadual e um vereador disseram coisas piores ainda. Uma comissão de verdade municipal pediu à Justiça que nos proibisse de dar publicidade ao laudo da morte do presidente Juscelino. Só por não termos dito que essa morte foi um atentado. Mesmo em frente a laudo sério – em que nossa equipe de peritos mostrou, com evidências indiscutíveis, ter sido apenas um acidente. Curioso é que, em um e outro lado, as práticas são as mesmas. A da censura mais clara. São contra a censura, no discurso. E a praticam, docemente, sem nenhum constrangimento. Como se fossem dois lados da mesma moeda. A do autoritarismo. A de quem gosta de censurar. Como se democracia valesse apenas quando a serviço de seus interesses.

Em troca dessas referências desprimorosas, recebemos com alegria numerosos prêmios internacionais. E palavras generosas do Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon: “As Nações Unidas estão do lado de brasileiros, na lembrança de suas perdas”. Impossível deixar de reconhecer que Clube Militar e agregados, de um lado, e ativistas, de outro, ao se unir nessas críticas, sugerem que, provavelmente, chegamos ao ponto certo. Como diz o indeterminado cidadão comum, na frase tantas vezes repetida, o equilíbrio está no meio. “O trabalho está feito, o martelo foi lançado”, dizia Fernando Pessoa. Que valha então esse tanto esforço como um convite a que não esqueçamos do passado, em nossos corações. E que reafirmemos o valor redentor da verdade. Para que os anos de chumbo que vivemos não voltem a acontecer, nunca mais.

Com os olhos no futuro (José Paulo Cavalcanti Filho)

A questão proposta (*A Lei da Anistia deve ser revista?*) tem duas dimensões distintas. Uma primeira, que parece consensual (ou quase), é moral. A compreensão de que alguns delitos alcançados pela Lei da Anistia, como tortura ou morte de pessoas indefesas (sob guarda do Estado), estão abaixo dos limites da dignidade humana. O que importa dar relevo ao conhecimento da verdade. Para conhecer autores e cúmplices. Quem são os verdugos. Quem lhes deu ordens de torturar ou matar. Ou fechou olhos, perante dor tamanha. Para que sejam julgados, em nossas consciências, a grandeza da vilania e o opróbrio do horror.

Outra, menos simples, é discutir a revisão da lei. Nesse campo jurídico, três argumentos são usualmente referidos nesse sentido. A ver.

O de que, pela grandeza da desumanidade, esses crimes seriam imprescritíveis. Tese difícil de prosperar entre nós. Porque o Brasil não subscreveu a Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade (de 1968). Nem tratados internacionais podem criminalizar ato nenhum, posto só conferir direitos e garantias individuais – assim está em nossa Constituição (arts. 5º e 60). E porque essa Constituição refere como imprescritíveis apenas racismo e crimes contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

Do que se têm que isso teria que se dar com alteração legal. E sem recorrer à retroatividade – o que, na essência, importaria revogar (art. 28) a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (de 1969). E cláusula pétrea da Constituição (art. 5º), segundo a qual “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. No cumprimento do princípio da legalidade, base de qualquer modelo jurídico democrático – presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. XI) e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 9º).

O de que algumas ações de repressão não poderiam ser consideradas crimes conexos. O que nos leva a definir se os agentes da repressão atuavam por razões políticas ou pessoais. Considerando-se como pessoais a maldade humana em quaisquer de suas desalentadoras variações. Devendo por oposição, e mais propriamente, ser consideradas como razões políticas tudo o mais – embora, é verdade, alguns torturadores tenham se fartado, alegremente, no exercício de suas taras.

O terceiro argumento é o de que devemos aplicar as sentenças dos tribunais internacionais – mais especificamente, os da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Mesmo tendo nossa adesão à corte (em 2001) se dado só “para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998”. Apesar dessa precondição, tem sido referida a sentença do caso Gomes Lund x Brasil (e mesmo um antecedente similar, o caso Almonacid Arellano x Chile). Reconhecendo a corte não poder atuar em algumas situações (como a de Maria Lúcia Petit da Silva), mas admitindo atuar em outras – por considerar que um evento só se conclui até que se localize “o paradeiro

da pessoa desaparecida” ou o inteiro esclarecimento dos fatos. Teses muito discutíveis.

Em posição contrária, e dando fundamento a não considerar que seja possível sua revisão, está o fato de que essa Lei da Anistia, no início ordinária (6683/79), foi elevada a regra constitucional pela EC 26/85. Sendo impróprio, à toda evidência, considerar que tivemos uma “auto-anistia”. Porque dita emenda se deu em 1985. Com um presidente civil e num ambiente democrático.

No mais, o Supremo já reconheceu o “caráter bilateral da anistia, ampla e geral” (em 2010). Decorrente da especial natureza do processo de transição brasileira, substancialmente diverso do que se deu em países vizinhos. Uma transição negociada, na direção de uma democracia estável. Com olhos no futuro, pois. Assim seja. Mas sem esquecer o passado, em nossos corações. A verdade. Para que os anos de chumbo que vivemos não voltem a acontecer. Nunca mais.

<http://www.luizberto.com/a-coluna-de-jose-paulo-cavalcanti-filho/com-os-olhos-no-futuro#comments>

Pequena Introdução à Consciência Jurídica (José Paulo Bisol)

1. **Em nome da lei o homem sempre praticou seus piores crimes.** Em nome da lei, por exemplo, os médicos da Alemanha nazista esterilizaram judeus. Em nome da lei, a justiça do Reino espartano matou Tiradentes. Provavelmente chegará um momento em que o homem perceberá que a lei tem sido antes um instrumento da crueldade e da prepotência que da ordem natural e da Justiça. Não é, conseqüentemente, temerário dizer: a lei é uma palavra suja. Não é suja em si, é claro; é suja porque o homem a sujou. Essa evidência basta para que você não confunda legalidade com moralidade?

2. As tiranias são os sistemas políticos que mais legalidades produzem. Elas são sempre casuisticamente legalizantes. Diante de cada fato proposto pela realidade social como uma dificuldade, as tiranias produzem novas leis e assim vão legalizando a ilegalidade. No Brasil, por exemplo, nunca se legislou tanto como a partir de 1964. A primeira legislação que se fez nesse período foi para estabelecer que o que havia de mais importante na Constituição, lei nacional máxima, deixava de ser lei. Compreendeu? Isso significa que a primeira lei do período legislou assim: a legalidade constitucional passa a ser ilegalidade e a ilegalidade constitucional passa a ser legalidade institucional. Diga-se, de passagem, que todas as revoluções fazem isso, para pior ou para melhor, o que só faz por colocar a questão segundo a qual, como as leis, o que legitima as revoluções é a autoria do povo. Essa evidência deve ser suficiente para que você se dê conta de que, em circunstâncias não democráticas, a lei é ilegal em relação à lei da democracia eliminada, se o sistema era antes juridicamente democrático. E também para que você se dê conta de que, em circunstâncias não democráticas, a lei não passa de uma ordem de quem se colocou acima da lei. Finalmente, para que você se dê conta que a lei só é um princípio eticamente defensável quando o povo atravessa e legitima a autoridade que legisla.

3. Há uma relação necessária entre o Poder que legisla e a lei que ele legisla. A respeitabilidade moral e jurídica da lei é a expressão necessária da respeitabilidade de quem a legisla. Conseqüentemente, primeiro é preciso saber quem legislou. Depois, se havia limitações invencíveis à liberdade de quem legislou.

No que diz respeito ao autor da lei, é simples: só o povo tem legitimidade para legislar sobre si mesmo. Legislador ilegítimo, lei ilegítima.

Não estou dizendo que não se trata de lei. O realismo histórico mostra: é lei. Só estou dizendo que, não vindo do povo, essa lei não tem legitimidade moral.

E no que diz respeito à liberdade de quem legisla a lei produzida por órgãos submetidos a pressões invencíveis é semelhante à produzida por um legislador ilegítimo. De fato, o tirano legislar ele próprio ou obrigar alguém a legislar conforme seu desejo é o mesmo fenômeno, o da arbitrariedade exercida sem mediação e com mediação.

4. A lei jurídica é uma coisa, a natural é outra, a sociocultural outra. A lei jurídica pode reproduzir e pode contrariar a natural e a sociocultural. Uma lei jurídica pode dizer, por exemplo, que o filho de pais não casados é ilegítimo, embora o casamento não mude nada em matéria de legitimidade biológica, que a lei natural e a sociocultural exprimem necessariamente o real, que emergem a posteriori da natureza e pode abstrair da realidade e até deformá-la, pois é apriorística e dogmática.

Isso significa que a lei jurídica, em tese, é o próprio lugar da arbitrariedade. Daí porque uma legitimação genética é moralmente fundamental. Moralmente, a lei é boa se coincide com as institucionalizações naturais da comunidade.

O que foi dito basta para perceber que sacralizar a lei é ridículo. E basta para escoimar qualquer dúvida a respeito do valor ético das leis. O único critério para a condição ética das leis é o de sua gênese. Lei que não emerge do povo não é legítima e pode até ser instrumento do mal e da injustiça. A regra simples: nem todas as leis que emergem do povo são justas; nem todas as leis que não emergem do povo são injustas; mas todas as leis, justas ou injustas, que não emergem do povo, são ilegítimas.

5. A consciência jurídica é a exigência de submissão à ordem jurídica legítima.

Logo, o que se entende por consciência jurídica não é um conceito jurídico, é um conceito moral. A consciência jurídica consiste numa disposição para submeter-se à ordem jurídica legitimada em sua origem. Observe-se com cuidado: a consciência jurídica não é um sentimento de justiça e não é uma disposição para se submeter à ordem jurídica por se tratar de ordem jurídica. No primeiro caso, tratar-se-ia de consciência moral. A Justiça é um valor moral. No segundo caso, tratar-se-ia de alienação e ignorância. A consciência jurídica é uma disposição para se submeter à ordem jurídica proveniente da comunidade como um todo, ou,

pelo menos, aceita pela comunidade que se expressou a respeito por sua anuência. Se a ordem jurídica instituída não coincide com a ordem social naturalmente institucionalizada, a consciência jurídica não ordena a submissão à ordem instituída; pelo contrário, luta para que essa ordem seja substituída pela ordem que o povo por si mesmo institucionaliza. Em outras palavras, quando a ordem jurídica não confere com a ordem comunitária, ela é, em relação ao povo, não uma ordem, mas uma desordem instituída. E já se disse: quando a ordem não está na ordem ela está na desordem.

6. Um amigo ingênuo me diz: à consciência jurídica repugna a ilegalidade de um ato. Respondo-lhe sorrindo: não é assim. A ilegalidade é comum, até por erro, e, às vezes, por necessidade socialmente justificada. A consciência jurídica sabe disso e não é suficientemente ingênua ou mal intencionada para idealizar o Direito, seja o da norma, seja o da prática. O que repugna à consciência jurídica é a ordem jurídica deixar sem proteção jurídica comportamentos que a consciência social assume como socialmente legítimos. O que repugna à consciência jurídica é a discrepância entre a ordem jurídica instituída e a consciência social assim definida como um complexo de normas naturalmente institucionalizadas. O que realmente repugna à consciência jurídica é a ausência de consciência jurídica na ordem jurídica. O que definitivamente repugna à consciência jurídica é a lei que não vem de suas origens, o povo, e que por isso ao povo subjuga e instrumentaliza.

Comentário na banca de qualificação (Sérgio D. Porto)

A sua qualificação, Valéria, contempla, diria que gloriosamente, o tema do ‘acontecimento’. Teço aqui os meus elogios, pois na bibliografia constante do jornalismo ele não é tão lembrado, ele até é esquecido, acaba deixando o jornal carente de ser um acontecimento. Imaginem vocês os jornalistas que prezam tanto os fatos, os dados objetivos da realidade, boicotando o acontecimento, pois seria o locus da subjetividade... Imaginem também os jornalistas que se denominam assessores de imprensa, os tais relações públicos, fazendo força para os eventos em si mesmos com aquela sua conotação parafrástica, que em princípio estaria deslocada da polissemia significativa do acontecimento. Ora, é bom lembrar e para compensar, o que diz o jornalista Eugênio Bucci: no jornalismo só existem subjetividades...

O que é e como se dá o acontecimento? Proust fala em seu livro: *Em busca do tempo perdido* (citação de Vera Regina Veiga França, organizadora do livro Acontecimento: reverberações – Apresentação, pág. 7. Belo Horizonte, editora Autêntica, 2012.

‘ Parece-me que os acontecimentos são mais vastos do que apenas o momento em que ocorrem e que não conseguem caber neles por inteiro. Decerto, transbordam para o futuro pela memória que deles guardamos, mas pedem também um lugar ao tempo que os precede. Pode-se dizer que não os vemos então como serão, precisamente, mas na lembrança não são eles também modificados? ‘

Faço aqui uma outra digressão, e aí refiro-me a meu invento metodológico AS SEIS LEITURAS INTERPRETATIVAS EM MASSA FOLHADA, EM QUE ELEJO A SEXTA LEITURA, E DIGA-SE DE PASSAGEM, COMO A MAIS IMPORTANTE DELAS – A LEITURA DE ACONTECIMENTO, AQUELA QUE TEM O PODER HEGEMÔNICO DE ramificar-se e de inserir-se nas demais 5 outras leituras.

Assim, a leitura de acontecimento pode se ligar intimamente à leitura enunciativa e à leitura argumentativa, e nestes dois aspectos, tem o poder de aproximar-SE com desenvoltura duas vertentes metodológicas, a análise crítica da narrativa e a análise do discurso. Se transformamos fatos em acontecimentos, usando a narrativa, a própria notícia como meio de ligação, como ponte para que enunciatários, ouvintes, telespectadores, receptores, enfim, todos aqueles sujeitos que compõem a sociedade de massas possam receber e acolher a existência dos fatos, estamos juntando a análise crítica da narrativa à análise do discurso. Os fatos existem, acontecem, vão acontecendo, vão sendo narrados, vão sendo noticiados, trazendo consigo uma plêiade de sujeitos que co-participam desse vasto processo enunciativo e narrativo.

A autora desta dissertação diz à página 38, referindo-se à malha discursiva II: “ O início do discurso político é uma saudação da enunciadora, presidente Dilma, aos enunciatários, políticos, autoridades, civis e comandantes das forças armadas, presentes na solenidade”. E como diz Proust, na citação aqui lembrada, os acontecimentos são mais vastos do que apenas o momento em que ocorreram. A presidente diz ainda: “ Senhoras e senhores, eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade. O senhor diretas-já como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: “ a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada. “. Ora o discurso político tem este poder mágico de tornar complexo os fatos políticos, transformando-os em acontecimentos políticos, pois na medida em que é proferido vai ganhando adeptos e até mesmo o mesmo o contrário, vai se incorporando ou se despindo de novas e mais ricas realidades, ou, como acabo de dizer, até mesmo o contrário, podendo perder em sua trajetória algumas riquezas que vão ficando à margem das significações possíveis.

Maurice Mouillaud diz que “a hipótese que sustenta é de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito do fato. A informação não é um transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações. O jornal – e a mídia em seu conjunto – não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de fato, também não tem solução final.”

Assim, o acontecimento depende de narrativas em que se envolvem diversos sujeitos e várias situações contextuais e históricas, exigindo das situações aí criadas uma série produtiva e receptiva de sentidos. Daí insistir na ideia de que a leitura de acontecimento depende diretamente do bom funcionamento das leituras e posições enunciativas, argumenativas, e arqueológicas. Muito próximas estão portanto a análise de discurso da análise crítica da narrativa, que se apresenta como postura metodológica principal da dissertação de Valéria de Castro Fonseca, ora em julgamento. Não se pode operacionalizar uma Comissão Nacional da Verdade dentro de uma postura de vê-la através do jornalismo que faz a história do presente, sem que se operacionalize as noções e os conceitos de acontecimento. O esquecimento da mídia em relação a muitos fatos acontecidos durante a ditadura militar que assolou o Brasil de 1964 a 1985, revela malhas esquecidas, malhas marginalizadas, possíveis de vê-las na medida que são protegidas pela noção de acontecimento. Este soma ou diminui, multiplica ou divide, produzindo nacos de sentido e também zonas obscuras de sombras, pois assim opera a linguagem – o discurso e seus duplos sentidos e o constrangimento que essa bifurcação de sentido provoca, haja vista a reflexão do antropólogo Gregory Bateson – the Double bind, ou se quiserem, o duplo constrangimento ocasionado pela pragmática da linguagem narrada e discursiva, também trabalhada pelo psicólogo social norte-americano Erving Goffman. No livro póstumo de Mouillaud – intitulado *Le Discours ET sés doublés* – ora editado pela PUL –

Presses Universitaires de Lyon , há a afirmação de que esse duplo sentido está no coração da enunciação.

GEORGE HERBERT MEAD – ACONTECIMENTO É O QUE VEM A SER – THAT WHICH BECOMES

Nas leituras propostas por mim, já publicadas em 2 livros: análise de discurso – o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada – 2010 – Casa das Musas (citado nesta dissertação), e Vivências interpretativas em jornalismo: versão atualizada do método das ‘‘ seis leituras interpretativas em massa folhada, constante do livro Jornalismo e Sociedade, organizado por Fábio Pereira, Dione Moura e Zélia Adghirni, publicado em 2012 pela Editora Insular, insistia na ideia de que além daquilo que já foi dito, do que não foi dito, do inter-dito, do interdito (interditado), figura em destaque o dizível, exatamente aquilo que ainda pode ser dito, por força da variação de contextos históricos e das artimanhas e astúcias dos significantes textuais. E A ESSA POSTURA CHAMO LEITURA DE ACONTECIMENTOS, OPORTUNA E OPORTUNISTA, E QUE GUARDA COM AS LEITURAS POLISSÊMICAS, PARAFRÁSTICAS, ARQUEOLÓGICAS, ENUNCIATIVAS E ARGUMENTATIVAS NÃO SÓ HÁ O DESATQUE DOS CONTEXTOS HISTÓRICOS COMO TAMBÉM O SEU PODER DE EVIDENCIAR A INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM, TÃO PRESTIGIADA POR LINGUISTAS E POR FILÓSOFOS PRAGMÁTICOS DA LINGUAGEM. Se o jornalismo é a história do presente, PARECE ACEITAR inadvertidamente a ideia de se RECONHECER COMO uma atividade A SER AINDA COMPLETADA, pois a história tem sempre muito a dizer, as coisas vão continuar a acontecer. Numa suíte de reportagens a editoria de uma empresa jornalística sabe previamente que o tema não será esgotado em uma ou em poucas matérias. O assunto exige continuidade pela sua complexidade e oportunidade. Então aproveita-se comercialmente o profissional de relações públicas para dizer que tal matéria dá uma suíte de bem aceitação da opinião pública. Aí é o próprio assessor de imprensa que não acredita QUE UM só evento PREENCHA A PLENITUDE DOS SENTIDOS ENVOLVIDOS, ELE VAI DEMANDAR QUE uma série de eventos POSSA TRANSFORMAR ESSA CORRENTE DE SIGNIFICANTES EM ACONTECIMENTOS PLENOS.

Ora, a Comissão Nacional da Verdade, mesmo que não consiga fazer o Congresso rever a lei da Anistia, ela não pode funcionar com data final para ser terminada. Por mais que assim tenha sido proposto pela presidente Dilma, a cobertura de imprensa dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade pode e deve continuar em frente, pois o que vai se descobrindo gera novas descobertas. Ela deve ter uma permanência constante, pois muito coisa ainda vai aparecer, vai acontecer, muita coisa ainda vai alimentar nosso conhecimento sobre os anos de chumbo da ditadura dos militares no Brasil. A narrativa da CNV será sempre incompleta e se o discurso pode ter tido o seu começo não tem um termino, ele é o próprio discorrer, tratando-se de uma narrativa que se alimenta de intrigas, umas provocando as outras.

DISCURSO E NARRATIVA SÃO FIOS E MALHAS CAPAZES DE TECER O TECIDO SOCIAL ADOTANDO SEMPRE FIOS DE ESPERA. NESSE SENTIDO OS FATOS

PODEM SER TODOS ELES ARRISCADAMENTE EQUIPARADOS A FAIT-DIVERS, ELES TÊM A SUA EXTERIORIDADE MAIS EVIDENTE DO QUE SE FOSSEM VISTOS UNICAMENTE ATRAVÉS DE UM TEXTO JÁ REDIGIDO E FINALIZADO.

A QUALIFICAÇÃO DE VALÉRIA DE CASTRO FONSECA POSSIBILITOU-ME ASSIM ESTE PRECIOSO MOMENTO HERMENÊUTICO, NOS DIZERES DE Gadamer, aquilo que acontece a cada um de nós quando interpretamos. A dissertação ‘jornalismo como história do presente na comissão da verdade; o esquecimento da mídia’, nos dá ASSIM a esperança e a certeza de QUE o seu tema NÃO SE ESGOTARÁ. Aproveitando-nos dos adágios populares de que a luta continua, tudo passa só a eternidade que não passa, de que a fila anda, estamos diante de um texto acadêmico prospectivo, tão teleológico quanto a dimensão filosófica PRAGMÁTICA dos acontecimentos. Uma reflexão que aspira a sua continuidade no doutorado e numa vida acadêmica que certamente será marcada pelo sucesso e pela competência de sua autora.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014

Sérgio Dayrell Porto – membro da Banca Examinadora

Ofício da Comissão Nacional da Verdade ao ministro da Defesa



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Ofício nº 124 /2014-CNV

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

A Sua Excelência, o Senhor
CELSO AMORIM
Ministro de Estado da Defesa
Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", 6º Andar
70.049-900 - Brasília - DF

Senhor Ministro,

Como é de pleno conhecimento de Vossa Excelência – tendo em vista inclusive o relacionamento institucional que vimos mantendo regularmente com o Ministério da Defesa –, a Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período compreendido entre 1946 e 1988, de modo a se efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, conforme preceitua a Lei federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu.

Desde sua instalação, no mês de maio de 2012, a Comissão tem procurado atuar de forma a poder atender integralmente os objetivos que lhe foram legalmente fixados, verificando-se o engajamento de seus conselheiros, assessores e colaboradores em intensa atividade de pesquisa, com a coleta e exame de documentos, a oitiva de depoimentos e a realização de audiências públicas. No presente momento, a Comissão encontra-se empenhada na sistematização das informações obtidas, bem como no desenvolvimento de trabalho complementar de investigação, de forma a poder realizar a tarefa de elaboração do relatório circunstanciado que, também em função de disposição legal, deverá ser apresentado ao final de seu prazo de funcionamento, assinalado para o mês de dezembro do corrente ano, por força da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013.

No curso desse labor investigativo, uma das matérias a merecer a atenção da Comissão diz respeito à identificação das estruturas, dos locais, das instituições e das circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos, em cumprimento da determinação do art. 3º, III, da referida Lei nº 12.528/2011. Quanto aos locais, em que pese ser pública e notória a existência e localização de diversas instalações nas quais ocorreu a perpetração de graves violações de direitos humanos durante o período estabelecido para a apuração, tem havido, por parte da Comissão, a preocupação com a obtenção de dados bastante precisos acerca dessas instalações, a fim de que a sociedade brasileira possa ter acesso a um quadro informativo abrangente e acurado.

Assim, com o propósito justamente de promoção da necessária complementação das informações relacionadas a locais de ocorrência de graves violações de direitos humanos, a Comissão Nacional da Verdade serve-se do presente ofício para solicitar o apoio do Ministério da Defesa, no âmbito da faculdade conferida à Comissão de requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos, expressamente prevista no art. 4º, VIII, da lei de regência de suas atividades, a já aludida Lei nº 12.528/2011, e regulada nos parágrafos 1º, 2º e 3º do mesmo artigo. Interessa especialmente à Comissão a obtenção de dados correspondentes às instalações que se encontram listadas no relatório preliminar de pesquisa que se encontra apenas a este ofício, intitulado *Quadro parcial das instalações administrativamente afetadas ou que estiveram administrativamente afetadas às Forças Armadas e que foram utilizadas para a perpetração de graves violações de direitos humanos*. São as seguintes as instalações relacionadas no referido relatório:

- a) **Destacamento de Operações de Informações do I Exército (DOI/I Ex), no Rio de Janeiro;**
- b) **1ª Companhia da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro;**
- c) **Destacamento de Operações de Informações do II Exército (DOI/II Ex), em São Paulo;**
- d) **Destacamento de Operações de Informações do IV Exército (DOI/IV Ex), no Recife;**
- e) **Quartel do 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte;**
- f) **Base Naval da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro;**
- g) **Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro.**

Como é notoriamente sabido, tais instalações se destacam naquelas em que a perpetração de graves violações de direitos humanos – em especial a tortura e as práticas ilícitas

com ela identificadas, que, em muito casos, redundaram na morte das vítimas – veio a ocorrer de forma mais intensa ao longo das décadas de 1960 e 1970, sendo fartas as referências a elas na literatura histórica sobre o período. Todavia, a Comissão Nacional da Verdade julga imperioso o esclarecimento de todas as circunstâncias administrativas que conduziram ao desvirtuamento do fim público estabelecido para aquelas instalações, em clara configuração do ilícito administrativo do desvio de finalidade, já que não se pode conceber que próprios públicos afetados administrativamente às Forças Armadas pudessem ter sido formalmente destinados à prática de atos tidos por ilegais mesmo à luz da ordem jurídica vigente à época da ocorrência das graves violações de direitos humanos objeto de investigação.

Nos termos do Decreto-lei nº 9.706, de 03 de setembro de 1946, a administração dos próprios públicos aplicados em serviços públicos compete aos órgãos e repartições responsáveis por seu uso. As supramencionadas instalações, durante o período assinalado, foram ocupadas e utilizadas pelas Forças Armadas, estando afetadas às respectivas atividades, e, pois, sob sua administração (arts. 76 e 77).

A afetação deve ser entendida como a consagração do bem a uma utilização concernente a uma utilidade pública, ao cumprimento de uma função de satisfação das necessidades gerais da sociedade. Se a afetação de um bem público caracteriza-se por lhe imprimir uma destinação específica, consagrando-o permanentemente ao atendimento de uma finalidade pública, tem-se por claro que, dada a efetiva afetação de determinado bem, ocorre o surgimento de um correlato dever de sua utilização com vista, justamente, ao cumprimento do fim público a ele consagrado. Há uma razão para que se proceda à afetação de um bem, razão tal que não pode ser desconsiderada. O motivo que precede e justifica a afetação de um bem público é a existência de uma finalidade pública cujo cumprimento se faz essencial, de forma que aquele determinado bem afetado corresponda ao instrumento necessário a ser utilizado para que tal finalidade – a ele previamente destinada – seja alcançada. Em outras palavras, o bem público é um meio para o cumprimento de uma função pública, a ele previamente vinculada pelo instituto da afetação, o que gera, por consequência, o dever de uso do bem para o alcance da finalidade para a qual foi afetado.

Impõe-se, portanto, a revelação das condutas administrativas que, por ação ou omissão, ensejaram o desvio das finalidades estatuídas para as mencionadas instalações e a prolongada duração da situação de desvirtuamento. Do ponto de vista administrativo, qual era a destinação atribuída pelas Forças Armadas àquelas instalações a elas afetadas? De que forma se tornou possível o uso para fins diversos dos da destinação? Como se deu a alocação de pessoal para desenvolvimento de atividades em seu âmbito? Qual o procedimento utilizado para o

emprego de recursos financeiros públicos com o propósito de custeio e manutenção dessas instalações? De que forma houve a prestação de contas relativamente a esses recursos, bem como o atendimento das exigências inerentes ao acompanhamento da execução orçamentária? Entre outras, essas são questões que a Comissão pretende sejam respondidas, como condição para a produção de quadro que corresponda à plenitude da verdade histórica.

Com a abrangência que se faz necessária, a conformação desse quadro informativo relacionado à situação administrativa das referidas instalações afetadas ou que estiveram administrativamente afetadas às Forças Armadas só será possível com o concurso das próprias Forças Armadas. Em situações bastante pontuais, o exame de um documento específico obtido junto a uma fonte pública pode possibilitar à Comissão Nacional da Verdade, por si só, a conquista do esclarecimento almejado. Mas, no caso em pauta, isso não será possível. Trata-se de situação complexa, que envolve, para sua elucidação, um conhecimento muito especializado das normas e procedimentos administrativos adotados pelas Forças Armadas e dos acervos documentais concernentes à gestão dos bens públicos a elas afetados.

Sendo imprescindível o respaldo das Forças Armadas para a viabilização da missão inscrita na Lei nº 12.528/2011, é entendimento da Comissão Nacional da Verdade que a forma mais adequada de viabilização dessa colaboração que se demanda do Ministério da Defesa é a instituição, no âmbito das Forças Armadas, de sindicâncias administrativas que se destinem ao levantamento, de forma individualizada, da situação administrativa que, por ocasião da ocorrência das graves violações de direitos humanos do período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, correspondeu a cada uma das instalações anteriormente listadas e que se encontram identificadas no relatório preliminar de pesquisa em anexo. A instauração de comissão de sindicância específica para cada uma daquelas instalações, a ser integrada por especialistas das próprias Forças Armadas, seguramente possibilitará, através dos relatórios do conjunto das comissões de sindicância, a revelação de quadro fático que será de grande valia no processo de elaboração do relatório circunstanciado que deverá ser apresentado pela Comissão Nacional da Verdade.

O procedimento de sindicância administrativa, de duração breve e cuja finalidade é essencialmente a apuração acerca de quadro fático no qual sobressaiam ocorrências anômalas, não se confunde com o processo administrativo disciplinar, e muito menos com o processo de caráter judicial. Em meio ou ao final da sindicância, verificando-se indícios de autoria de atos ilícitos, poderá haver, por via da abertura de novo feito ou de conversão processual, a instauração de procedimento de natureza processante.

Além das regras jurídicas de aplicação geral que regulam o processo administrativo, cabe salientar que, no âmbito das Forças Armadas, a sindicância é objeto de diplomas normativos específicos, nos quais emerge de forma comum justamente o caráter investigatório do procedimento, extraindo-se de todos eles o princípio do poder-dever da autoridade militar de instaurar sindicância quando tomar conhecimento de fato que aponte para a violação de direitos ou que seja de interesse da administração militar. Assim preceituam, entre outros diplomas normativos aplicáveis à matéria, no Exército, a Portaria nº 107, de 13 de fevereiro de 2012, na Marinha, o Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983, e na Aeronáutica, a Portaria nº 545/GC3, de 17 de maio de 2006.

Observe-se que, conforme entendimento já assentado no direito brasileiro, diante dos indícios de desvio dos bens públicos, mesmo quando ocorrido em momento anterior, as autoridades competentes deverão atentar para as regras processuais atuais do ordenamento jurídico com o fim de determinar a instauração do procedimento adequado para a averiguação dos fatos, no caso, como já ressaltado, a sindicância administrativa.

Registre-se, ainda, que o decurso do tempo não autoriza que se afaste o dever de instauração do procedimento de sindicância, tendo em vista a imprescritibilidade constitucional da obrigação de ressarcimento ao Estado por dano causado ao erário (Constituição Federal, art. 37, § 5º). E o dano ao erário, no caso em tela, já se encontra plenamente comprovado, pois o Estado brasileiro, por diferentes vias jurídicas, tem sido recorrentemente instado ao pagamento de indenização por força das graves violações de direitos humanos perpetradas exatamente nas instalações cujo histórico administrativo se pretende ver esclarecido através das comissões sindicantes aqui requeridas. Com o propósito de fundamentação dessa constatação, encontram-se apontados no relatório preliminar de pesquisa que acompanha este ofício, relativamente a cada uma das instalações, casos exemplares nos quais o desvio de finalidade acabou por ensejar o dever de indenizar as vítimas daquelas violações ou seus familiares.

A evidenciar o cabimento da instauração, pelas Forças Armadas, das sindicâncias administrativas aqui objetivadas, ressalte-se, por derradeiro, que uma das finalidades desse tipo de procedimento é adoção, pela Administração, de medidas administrativas que se destinem a evitar a persistência da irregularidade ou mesmo que esta volte a se materializar. Essa diretriz, ademais, se encontra presente no diploma de instituição da Comissão Nacional da Verdade – a referida Lei nº 12.528/2011 –, figurando em seu art. 3º, VI, o objetivo que lhe foi assinalado de atuar de forma a contribuir para evitar a repetição das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado.

A cada comissão encarregada do exercício de função sindicante cuja instauração é objeto do requerimento da Comissão Nacional da Verdade que se formula por meio do presente ofício, caberá, portanto, proceder à apuração criteriosa do quadro fático associado à situação de desvio de finalidade na utilização das instalações anteriormente listadas, administrativamente afetadas ou que estiveram administrativamente afetadas às Forças Armadas e nas quais se verificou a perpetração de graves violações de direitos humanos.

A adoção, por parte do Ministério da Defesa, das providências necessárias ao atendimento deste requerimento representará significativa contribuição às atividades da Comissão Nacional da Verdade. Dada a brevidade que caracteriza o procedimento de sindicância administrativa, as informações advindas das Comissões de Sindicância que vierem a ser instauradas no âmbito das Forças Armadas com a finalidade aqui esposada poderão ser devidamente consideradas no processo de elaboração do relatório circunstanciado que, em atenção ao já referido art. 11 da Lei nº 12.528/2011, deverá ser apresentado pela Comissão Nacional da Verdade ao final de seus trabalhos, em dezembro do corrente ano.

Sendo estes os termos e fundamentos da solicitação que ora apresentamos ao Ministério da Defesa, colocamo-nos à inteira disposição para oferecer os esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários e manifestamos a Vossa Excelência as expressões de nossa consideração.

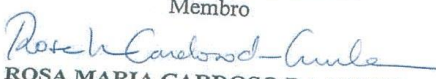
Cordialmente,


PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI
Coordenador


JOSÉ CARLOS DIAS
Membro

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO
Membro


PAULO SÉRGIO PINHEIRO
Membro


ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA
Membro